

WILLIAN DOS SANTOS MARTINS

A IMPRENSA BRASILEIRA E A POLÍTICA CARDENISTA (1934-1940)

ASSIS

2015

WILLIAN DOS SANTOS MARTINS

A IMPRENSA BRASILEIRA E A POLÍTICA CARDENISTA (1934-1940)

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Professor Doutor José Luis Bendicho Beired

ASSIS

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

M386i Martins, Willian dos Santos
A imprensa brasileira e a política cardenista / Willian dos Santos Martins (1934-1940) - Assis, 2015
156 f .

Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras
Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Dr. José Luis Bendicho Beired

1. Cárdenas, Lázaro, 1895-1970. 2. Vargas, Getúlio, 1883-1954. 3. México – Política e governo - Séc. XX. 4. Imprensa brasileira. 5. Brasil. Presidente (1930-1945: Vargas). I. Título.

CDD 079.81
972.082

AGRADECIMENTOS

As palavras aqui colocadas são insuficientes para expressar a gratidão que dedico a essas pessoas.

Os meus agradecimentos mais honestos a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho. Agradeço, inicialmente, à minha família. Aos meus amados pais, Gerson e Fátima, por sonharem comigo desde os distantes tempos da graduação. A conclusão desta importante etapa de minha vida em muito passa pelo amor que vocês me dedicaram, amor este que espero sempre retribuir à altura. Vocês me são indispensáveis. Por isso, e por todo o resto, ser-lhes-ei eternamente grato. Agradeço a minha irmã e ao meu cunhado, Dri e Du, pelos ótimos momentos em família, momentos estes que me alegraram em muitas oportunidades, e que me ajudaram a suportar as agruras cotidianas, em tantas outras. Uma ressalva ao recém-chegado Mateus, dádiva que veio para iluminar ainda mais os nossos dias.

Um justíssimo agradecimento ao meu orientador, Professor José Luís Bendicho Beired, por ser um exemplo de profissionalismo. Sou imensamente grato, professor, pelas horas que dedicou ao meu trabalho, ajudando-me a conduzi-lo para um resultado mais acertado. Muitíssimo obrigado pela honestidade, coerência e por colocar seu enorme conhecimento acerca da história latino-americana em meu favor. Certamente, se é este um momento a ser celebrado, é também um momento para lhe expressar minha gratidão.

Aos professores Carlos Alberto S. Barbosa e Áureo Busetto, agradeço pelas observações fundamentais que me ofertaram no Exame Geral de Qualificação. Igualmente agradeço ao professor André Lopes Ferreira, por sua apreciação no dia da defesa, e uma vez mais ao Carlos Alberto, que também acompanhou esta última e esperada etapa. Vossos apontamentos foram indispensáveis para a conclusão deste projeto.

À Franciana, minha amada e amiga, agrajo imensamente. Obrigado, meu amor, por ser esta presença alegre em minha vida. Suas atitudes, seu companheirismo, e a dedicação com a qual desenvolve seus projetos me fazem admirá-la e amá-la cada vez mais. Muitíssimo obrigado pelo incentivo nos momentos difíceis, pelo seu cheiro de flor, e por me tornar uma pessoa melhor.

Agradeço aos meus amigos de caminhada, assisenses, de nascimento ou de coração. Meus caros, obrigado pelas conversas, pelos cafés, pelas trocas de ideias no bar, nos intervalos de estudo ou na fila do restaurante. Vocês contribuíram de várias maneiras em

minha formação, e os reflexos de sua presença certamente compõe este trabalho. Salve Pedro, Carla, Andrey, Fábio e Danilo. Salve todos os outros tantos queridos. Sou-lhes grato.

Um agradecimento aos meus bons amigos Paulo e Herivelto. Meus velhos, obrigado pelos momentos de descontração. Eu bem sei como estes foram necessários para me recolocar em equilíbrio em muitos momentos. Sou-lhes grato pelo companheirismo, nas boas e más ocasiões, com um copo na mão, no sofá do fundo de casa.

Aos funcionários da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, sobretudo o Marcos e o Márcio. Muito obrigado, meus caros, pela solicitude e profissionalismo com o qual sempre me receberam.

Finalmente, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – pelo apoio material a mim concedido durante o Mestrado. A seriedade dessa instituição e seu compromisso com o conhecimento científico viabilizaram a confecção deste trabalho.

MARTINS, Willian dos Santos. **A IMPRENSA BRASILEIRA E A POLÍTICA CARDENISTA (1934-1940)**. 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

RESUMO

Neste trabalho, analisamos o discurso propagado pelos periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã* acerca do cardenismo, ou seja, o governo de Lázaro Cárdenas del Río, presidente do México entre os anos de 1934 e 1940. Primordialmente, objetivamos compreender e avaliar como estes órgãos da imprensa brasileira conceberam e repercutiram sobre as práticas políticas cardenistas, bem como examinar em que medida as experiências mexicanas foram relacionadas a uma série de discussões que permeavam o desenvolvimento brasileiro nos anos 1930. Também pretendemos comparar os discursos fornecidos por ambos os jornais, averiguando de que modo as diferentes tendências políticas sustentadas pelos núcleos diretores influenciaram e orientaram as produções concernentes ao cardenismo.

Palavras-chave: Cardenismo; Varguismo; Imprensa brasileira.

MARTINS, Willian dos Santos. **THE BRASILIAN PRESS AND THE CARDENIST POLITICS (1934-1940)**. 2015. 156 f. Dissertation (Master's Degree in History). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

ABSTRACT

In this study was analysed the speech propagated by the newspapers *O Estado de S. Paulo* and *Correio da Manhã* about Cadernism and the government of Lázaro Cárdenas del Río, Mexico's president between 1934 and 1940. Primarily the objective is to understand and evaluate how these organs of Brazilian press conceived and reflected in Cardenist practices and politics, as well as examine how Mexican experiences were related to a series of discussions that permeated Brazilian development in 1930's. Also we intend to compare the speeches provided by both newspapers, finding out how the different trends supported by the writers influenced and guided the productions concerning to Cadernism.

Keywords: Cardenism; Varguism; Brazilian Press.

SUMÁRIO

Introdução	08
Capítulo 1. O cardenismo n’ <i>O Estado de S. Paulo</i>	14
1.1. Uma experiência comunista	15
1.2. A batalha do petróleo	31
1.2.1. “O raio em céu azul”	32
1.2.2. O nacionalismo econômico	40
1.3. Boa Vizinhança e Pan-americanismo	46
1.3.1. Esperanças e idealizações	47
1.3.2. Desilusões e temores	53
Capítulo 2. A política cardenista no <i>Correio da Manhã</i>	63
2.1. Lázaro Cárdenas	65
2.2. As “Lições do Novo México”	78
2.2.1. A questão petrolífera	79
2.2.2. A questão agrária	96
2.2.3. A questão educacional	109
Capítulo 3. <i>O Estado de S. Paulo</i> e o <i>Correio da Manhã</i> : Duas óticas sobre o mesmo prisma	120
3.1. <i>O Estado de S. Paulo</i>	122
3.2. <i>O Correio da Manhã</i>	126
3.3. Duas tendências conflitantes	130
Considerações finais	148
Fontes	151
Referências bibliográficas	151

Introdução

Ao longo dos anos, o cardenismo, este importante momento da história recente do México, chamou a atenção de muitos pesquisadores, interessados em analisar a obra do presidente Lázaro Cárdenas del Río. Surgiram, assim, variadas interpretações historiográficas acerca desta experiência, geralmente apaixonadas, abarrotadas de apologias, de manifestações simpáticas ou antipáticas, qualificando a mesma com uma enorme gama de adjetivos, tais como nacionalista, agrarista, expropriatória, intervencionista, socialista, cultural, populista, dentre outros. Conforme o historiador Luis Anaya Merchant (2010, p. 1284), as pesquisas referentes ao cardenismo não apresentaram consenso em sua caracterização política. Para os autores com tendência à “esquerda”, o governo de Lázaro Cárdenas constituiu um regime progressista e anti-imperialista, algumas vezes socialista, porém autoritário, centralista e maquiavélico. Por outro lado, os autores de “direita” não divergiram tanto em suas impressões, identificando no presidente mexicano um nocivo demagogo e um agitador comunista, importador de ideologias exóticas, líder de uma experiência autoritária, ruínoza à propriedade privada, à família e à religião.

A historiografia cardenista, dessa forma, se manifestou de modo bastante polêmico e indecifrável. Contudo, para fins de análise podemos observar elementos que, apesar da pluralidade de visões, apresentaram-se em uníssono, destacando-se o considerável e irrestrito apoio popular para com o cardenismo, a manifestação do nacionalismo em âmbito político, econômico e cultural, além de um posicionamento ideológico que, se não foi socialista, manifestou-se em consonância com muitos de seus elementos.

Esta experiência tão marcante despertou o interesse de diversos setores da sociedade civil, inclusive da imprensa internacional, que refletiu sobre as práticas políticas vivenciadas no México durante o governo de Lázaro Cárdenas del Río. Através deste estudo, analisaremos a repercussão do cardenismo na imprensa brasileira por meio dos periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, observando como os discursos produzidos por tais órgãos foram guiados por aspectos ideológicos, bem como pelos interesses daqueles que procuravam formular uma opinião acerca do México revolucionário.

As pesquisas por meio da imprensa têm se apresentado como alternativa profícua para as finalidades historiográficas, já que os jornais podem ser apreendidos em duas perspectivas diferentes. No primeiro caso, destacam-se como fontes primárias de análise, abarcando elementos sobre os mais variados processos históricos. No segundo, como objetos de estudo, chamam atenção suas interpretações, geralmente notáveis em artigos assinados e editoriais, que se constituem como instrumentos de intervenção na vida política e social de uma nação. Em nossa pesquisa, seguimos as proposições de Maria H. R. Capelato e Maria L.

Prado, que refutaram as definições acerca da imprensa como mero veículo de informações. (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19)

A nosso ver, as matérias referentes ao cardenismo confeccionadas pel' *O Estado de S. Paulo* e pelo *Correio da Manhã* se delinearão como representações¹ da realidade, pois acreditamos que estes periódicos, ao discutirem o governo mexicano, buscaram persuadir a opinião pública² de seus valores e visões de mundo, utilizando-se de alegorias e outras estratégias com o objetivo de influenciar seus leitores. Estas representações possuíam como referencial o momento político brasileiro.

Através dos periódicos, procuramos estabelecer relações entre acontecimentos que se operavam no México, de Cárdenas, e no Brasil, de Vargas. Em nossa análise, os diários comportam-se como verdadeiros atores políticos, apropriando-se de experiências externas para justificar e/ou legitimar suas opções em relação à política brasileira. Conforme o sociólogo uruguaio Héctor Borrat, a apreciação de qualquer periódico como ator político não pode, em hipótese alguma, dissociar-se das análises do sistema político no qual ele se insere, afinal o jornal sempre é produtor de seu momento, valendo-se de um fluxo constante e renovável de conflitos noticiáveis, geralmente relacionados ou determinados por acontecimentos de âmbito local:

[...] el periódico puede ser participante – como parte e como tercero – de conflictos internos con o entre los miembros de este colectivo, de conflictos con sus pares y con los otros componentes del subsistema de los medios de comunicación de masas y de conflictos con cualquier outro actor social. (BORRAT, 1989, p. 14)

Portanto, para que pudéssemos apreender as conexões entre o cardenismo e o cenário político brasileiro dos anos 1930, foi necessário analisar o processo histórico do varguismo,

¹ O conceito de representações, discutido pelo historiador francês Roger Chartier, sugeriu que estas, depois de construídas, são apropriadas por uma infinidade de sujeitos. Todavia, elas correspondem aos interesses do grupo que as forjou e se utilizam, entre outros recursos, da dissimulação da realidade. Neste âmbito, compreende-se que os representantes de *OESP* e do *Correio da Manhã*, bastante identificados com o liberalismo político, narraram a história do cardenismo sobre vieses que corroboraram suas visões de mundo, relacionando-o diretamente com a conjuntura política brasileira dos anos 1930. Assim, estes órgãos procuraram influenciar e orientar seus leitores com base em seus próprios interesses, apropriando-se de experiências outras, como a que se expressava no México cardenista, para consolidar suas perspectivas e alternativas para o desenvolvimento nacional. (CHARTIER, 2002, p. 52-54)

² Em conformidade com as proposições de Jean-Jacques Becker, a respeito do conceito de opinião pública, suas tendências, e o modo como ela é integrada por diferentes correntes de opinião. (BECKER, 1996, p. 93-94)

observando atentamente em que medida as questões discutidas nas páginas dos diários sobre o México se articularam com os debates em torno de vários problemas brasileiros.

Optamos por escolher *O Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã* como fontes de pesquisa em vista da expressividade desses jornais no cenário brasileiro dos anos 1930. Naquela época, *O Estado de S. Paulo* era o diário mais importante do principal centro econômico do país, e as perspectivas políticas desta empresa se basearam na defesa incontestada dos postulados do liberalismo político e econômico. Conforme Maria H. R. Capelato e Maria L. Prado, o matutino extrapolou suas atribuições meramente informativas, pautadas sobre a neutralidade, apresentando-se como intérprete da opinião pública. Neste sentido, *O Estado de S. Paulo* representava, antes de um jornal, um projeto político:

Um dos principais conceitos manipulados pelos representantes de “O ESP” no sentido de validar as idéias veiculadas nos editoriais do periódico é, indubitavelmente, o de “opinião pública”. Conforme afirma Landshut, o “Estado moderno põe como princípio de sua verdade a *soberania popular*, e essa, por seu turno, deve ser a *opinião pública*. Sem essa atribuição, sem a proposição da opinião pública como a fonte de toda a autoridade investida nas decisões que comprometem o todo, a moderna democracia carece de substância da sua própria verdade”.³ Admitindo esta concepção como fundamento das instituições democráticas, o jornal, na qualidade de órgão de imprensa, arvorou-se em intérprete da “opinião pública” brasileira e justificou as posições assumidas como sendo ditadas pela vontade popular, pelo sentimento coletivo. (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 93-94)

O *Correio da Manhã*, por sua vez, localizado na cidade do Rio de Janeiro, àquela época capital nacional e sede do governo federal, desenvolveu uma produção jornalística independente, ao menos em teoria desvinculada de grupos políticos. De acordo com as pesquisas desenvolvidas por Marialva Barbosa⁴, o *Correio*, enquanto existiu, foi percebido pelos próprios jornalistas como referencial de imprensa, um exemplo que deveria ser imitado, sobretudo, em função de seu caráter oposicionista. O matutino carioca também exprimia, dessa maneira, um “projeto político”, baseado principalmente no nacionalismo político e econômico. (BARBOSA, 2007, p. 84)

Em nossas abordagens, procuramos colocar em prática várias técnicas de análise, como as propostas por Renée B. Zicman, com o objetivo de tornar nossos resultados mais

³ (HABERMAS, 1971, p. 188 apud CAPELATO; PRADO, 1980, p. 93-94)

⁴ Graduada em jornalismo, Marialva Barbosa possui Doutorado em História, tendo a imprensa como objeto de pesquisa.

sólidos. Segundo a autora, examinar criticamente o “por trás” das instituições tomadas como fonte é fundamental. Somente assim são evitados equívocos cometidos por muitos historiadores que, sem qualquer análise prévia, acabam por transformar suas fontes em caminhos que os conduzem diretamente “à verdade”. Como meio para sanar esta deficiência, Zicman defendeu que os periódicos abrangidos como fontes sejam rigorosamente analisados em seus aspectos político-ideológicos:

Contrariamente à tendência geral destes trabalhos, acreditamos que o estudo mais atento dos órgãos de Imprensa tomados como fonte do conhecimento histórico deve ser um pressuposto necessário de todo trabalho que utiliza este tipo de fonte documental. Partimos da hipótese geral que a Imprensa age sempre no campo político-ideológico e, portanto, toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados. (ZICMAN, 1985, p. 90)

Entre os objetivos que nortearam a confecção deste trabalho, destacou-se o exame minucioso da produção diária d’*O Estado de S. Paulo* e do *Correio da Manhã* em função do cardenismo, analisando em que medida as discussões propostas pelos periódicos foram influenciadas pela conjuntura política brasileira dos anos 1930, bem como pelas perspectivas ideológicas sustentadas pelos núcleos diretores dos dois jornais.

Como desdobramentos desse objetivo principal, procuramos comparar se as matérias publicadas pelos diários acerca do cardenismo estiveram em consonância, ou se suas abordagens se apresentaram distintas. Examinamos, também, se os discursos propostos por cada jornal sofreram alterações ao longo do período estudado, ou se permaneceram constantes, bem como averiguamos em que medida os periódicos se valeram das experiências cardenistas como alternativas possíveis para o desenvolvimento do Brasil em aspectos econômicos, políticos e sociais. Verificamos, também, se as representações construídas por estes órgãos estiveram em uníssono, ou se houve a ocorrência de polissemias. Por fim, procuramos definir como *O Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã* se apresentaram nos debates políticos em torno do varguismo, estudando de que maneira a realidade brasileira dos anos 1930 influenciou seus discursos acerca da experiência cardenista.

Para tanto, examinamos as publicações de opinião emitidas por estes órgãos, como editoriais e artigos assinados. Nesses textos, acontecimentos outros, como os que se operavam

no México, foram utilizados para corroborar, legitimizar ou desqualificar as opções dos núcleos diretores d'*O Estado de S. Paulo* e do *Correio da Manhã* em face das políticas promovidas no Brasil.

O primeiro capítulo de nossa dissertação procurou analisar como o periódico paulistano *O Estado de S. Paulo* interpretou o governo de Lázaro Cárdenas, presidente do México entre os anos de 1934 e 1940. Observou-se como a orientação ideológica do matutino, fundamentada sobre a defesa de vários princípios liberais, influenciou no modo como os representantes do diário conceberam o cardenismo, geralmente em tom crítico e reprovativo. Averiguamos, também, como *O Estado de S. Paulo*, em sua condição de opositor do governo de Getúlio Vargas, apropriou-se de aspectos do cardenismo para desqualificar e criticar as práticas políticas empreendidas pelo presidente brasileiro. Dessa forma, o jornal procurou interferir abertamente nos debates políticos dos anos 1930.

A discussão realizada no segundo capítulo de nossa dissertação, ao menos em aspectos metodológicos, assemelhou-se a que foi realizada em "*O cardenismo n'O Estado de S. Paulo*", atendo-se, contudo, ao periódico carioca *Correio da Manhã*. A pesquisa realizada nos permitiu afirmar que o *Correio* apreendeu o cardenismo de modo bastante diverso d'*O Estado de S. Paulo*. Seus redatores e colaboradores se mostraram muito mais simpáticos à experiência mexicana, apresentando-a, em vários momentos, como alternativa para a realidade brasileira. Desse modo, para que este discurso fosse coerentemente examinado, foi fundamental averiguarmos os projetos políticos expostos pelo núcleo diretor do *Correio da Manhã* para o desenvolvimento da nação brasileira, pois estes foram, em larga medida, justificados com exemplos oriundos do cardenismo.

No último capítulo de nossa dissertação, comparamos as produções desenvolvidas pel'*O Estado de S. Paulo* e pelo *Correio da Manhã* acerca do cardenismo. Os profundos conflitos entre essas visões, a nosso ver, são a resultante de dois projetos políticos distintos, defendidos sumariamente por cada núcleo diretor. Estes projetos, no contexto dos anos 1930, procuravam alavancar o desenvolvimento da nação brasileira, valendo-se de uma instrumentalização bastante antagônica, fiada no liberalismo, no caso d'*O Estado de S. Paulo*, e no nacionalismo político e econômico, no caso do *Correio da Manhã*. Estas visões diferentes, decerto, refletiram-se na maneira como os dois órgãos conceberam e se utilizaram do cardenismo.

Capítulo 1.
O cardenismo n'O Estado de S. Paulo

Neste capítulo, procuraremos analisar como *O Estado de S. Paulo* repercutiu sobre o regime político conhecido como cardenismo. Para tal, estabeleceremos, por meio do discurso veiculado pelo jornal, as conexões entre as experiências políticas e econômicas de Brasil e México no período balizado entre os anos de 1934 e 1940. Daremos ênfase ao exame de editoriais e artigos assinados, já que estes nos permitirão determinar as opiniões difundidas pelo núcleo diretor do diário acerca deste marcante momento da mexicana.

Organizamos este capítulo por meio de uma abordagem temático-cronológica em três seções distintas. Primeiro, buscaremos analisar como o jornal interpretou o governo de Lázaro Cárdenas del Río, associando-o, ao longo de sua vigência, ao comunismo, também identificado como bolchevismo. Depois, em decorrência das numerosas reportagens coletadas durante a pesquisa, abordaremos os eventos que cercaram a expropriação das companhias petrolíferas, bem como os desdobramentos que sucederam esta controversa medida. Por fim, consideraremos os debates propagados pelo matutino em torno das políticas exteriores latino-americanas, averiguando como o México cardenista foi inserido em uma série de discussões mais amplas.

1.1. Uma experiência comunista

Compreender o modo como *O Estado de S. Paulo* concebeu e discutiu o governo do general Lázaro Cárdenas em aspectos ideológicos constitui exercício fundamental para a análise que pretendemos realizar. Decerto, a percepção do diário em torno de tal experiência permeou toda a produção que recolhemos ao longo da pesquisa. A leitura do periódico em relação ao cardenismo se apresentou bastante particular, afinal o matutino associou, constantemente, a experiência cardenista ao comunismo e ao bolchevismo. Muitas vezes, o jornal se apropriou do cardenismo para exemplificar caminhos pelos quais a política brasileira jamais deveria seguir. Esta produção foi norteadada por uma série de princípios afeiçoados às teorias liberais, tão presentes no universo ideológico dos redatores e colaboradores d'*O Estado de S. Paulo*. As interpretações destes jornalistas foram fundamentadas sobre uma enfática oposição às alternativas que, de alguma maneira, se aproximassem do comunismo:

Somos conservadores. Entre os regimes coletivistas ou comunistas, que abolem a propriedade particular, e os outros, que a mantêm, não vacilamos,

somos pelos outros. Nem a organização social, nem a doutrina política dos comunistas nos seduzem. Os processos de ação que eles têm posto em prática, esses, então, nos provocam horror [...] Dito isto, afirmamos que não recusaremos a nossa solidariedade aos que combaterem o comunismo. Tê-la-á o governo do Brasil quando o comunismo constituir, na verdade, um perigo para o Estado.⁵

As primeiras abordagens do periódico em relação a Lázaro Cárdenas surgiram ainda durante a campanha para o processo eleitoral de 1934. Naquele momento, o matutino veiculou algumas breves notas acerca das eleições, mas, de início tergiversou sem oferecer qualquer tipo de apreciação em relação aos candidatos que a disputariam.

Em junho de 1934, o resultado oficial do pleito mexicano foi publicado n' *O Estado de S. Paulo*, confirmando a ascensão do ex-governador de Michoacán à suprema magistratura do país. Conforme o matutino, Lázaro Cárdenas “proclamou a vontade de prosseguir na política da atual administração”⁶, ou seja, aquela praticada durante o Maximato⁷, de submissão ao “Chefe Máximo”, postura que se evidenciou com a nomeação de seu primeiro gabinete, repleto de antigos aliados de Plutarco E. Calles, tais como Juan Bojórquez, Garrido Canabal, Garcia Telles e Rodolpho Calles.⁸

Em sua primeira apreciação sobre Lázaro Cárdenas, *O Estado de S. Paulo* o classificou como homem do povo, representante da nova geração de revolucionários, típico nativo mexicano, de origem camponesa, nascido em Jiquilpan, Michoacán, a 21 de maio de 1895. O matutino exaltou a meteórica ascensão de Lázaro Cárdenas e sua impressionante carreira militar “[...] uma das mais brilhantes, pois em 1928 conquistava o mais elevado grau militar: general de divisão”, assim como o fato de que presidira “[...] a organização política mais poderosa do México: o Partido Nacional Revolucionário”. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o fato de Lázaro Cárdenas ter sido governador do estado de Michoacán, entre os anos de 1928 e 1932, lhe conferia a tão necessária experiência de estadista, imprescindível para os chefes de grandes nações.⁹

⁵ *O Estado de S. Paulo*, “Notas e informações”, 15/07/1927, p. 03.

⁶ *O Estado de S. Paulo*, “A política do presidente eleito do México”, 04/07/1934, p. 02.

⁷ Denominou-se Maximato o período em que Plutarco E. Calles se tornou o “Chefe Máximo” do movimento revolucionário mexicano, exercendo influência determinante sobre as políticas de seus sucessores, os senhores Emilio Portes Gil, presidente do México entre 1928 e 1930, Pascual Ortiz Rubio, presidente do México entre 1930 e 1932, e Abelardo Luján Rodríguez, que governou o país entre 1932 e 1934. Plutarco E. Calles, em 1929, construiu e encabeçou a liderança do Partido Nacional Revolucionário (PNR), reunindo em um mesmo grupo político diversas organizações trabalhistas e setores do exército. Naquele momento, o “Chefe Máximo” ditava o ritmo da política nacional mexicana. (CHÁVEZ, 2000, p. 369-371)

⁸ *O Estado de S. Paulo*, “A composição do novo governo do México”, 01/12/1934, p. 14.

⁹ *idem*.

De início, o matutino paulistano mostrou-se otimista em relação às mudanças políticas que Lázaro Cárdenas implantou no México. A primeira opinião abertamente emitida n’*O Estado de S. Paulo* acerca do cardenismo foi publicada via editorial, em 26 de novembro de 1935. Conforme o diário, embora houvesse um sem número considerável de suposições espalhadas pela imprensa, cujo conteúdo demonstrava que o México se encaminhava abertamente para um regime político próximo do socialismo de Estado, a situação não era tão alarmante, uma vez que no país havia uma corrente bastante avolumada de administradores favoráveis à colaboração do capital estrangeiro. O matutino exaltou as declarações de Lázaro Cárdenas, que convidavam os investimentos externos a participarem do desenvolvimento local, oferecendo-lhes todas as garantias necessárias. Segundo o editorialista, o presidente agiu com precisão ao emitir tais declarações, pois as mesmas findaram especulações de que o país pudesse enveredar por um regime político próximo do socialismo. Segundo o jornal, o México era o exemplo materializado de que a tendência nacionalista das políticas econômicas era incapaz de alavancar o desenvolvimento nacional, mesmo que os países que a praticassem dispusessem de grandes recursos naturais:

Essa diretriz político-econômica, de feição extremamente nacionalista, parece não ter consultado aos interesses primordiais do país. *As enormes riquezas ali existentes não conseguiram atingir maior grau de prosperidade com os recursos próprios.* O país é rico, tem elementos de expansão, mas carece da ajuda do capital de fora.¹⁰

O matutino criticou o tratamento que os governos mexicanos anteriores a Lázaro Cárdenas haviam conferido aos investimentos provenientes do exterior, “Ora, sucede que esses capitais, em vista do tratamento pouco convidativo, não se atreverão a novas incursões, sem que haja, da parte do México, garantias sólidas quanto aos seus direitos”¹¹ e, em consequência, teceu elogios ao presidente mexicano pela boa disposição de suas declarações em relação ao capital externo:

Achamos interessante a declaração do atual presidente do México, porque vem quebrar uma norma de conduta que o grande país latino achara até agora acertada [...]

¹⁰ *O Estado de S. Paulo*, “Notas e informações”, 26/11/1935, p. 03, grifo nosso.

¹¹ *O Estado de S. Paulo*, “Notas e informações”, 26/11/1935, p. 03.

Não queremos defender este ou aquele lado, mas apenas acentuar que, depois de uma experiência de vários decênios, um dos países onde é mais forte o influxo do capital estrangeiro, e pela ordem de um presidente que bem pode considerar-se simpático às ideias avançadas, reconhece a necessidade da colaboração dos capitais disponíveis no desenvolvimento das nações ricas em matérias primas e recursos minerais, porém pobres em dinheiro.¹²

A nosso ver, ao exaltar o discurso do presidente mexicano em defesa dos capitais estrangeiros, o matutino exprimiu a necessidade de certas práticas liberais que, de tão urgentes ao progresso humano, eram aplicáveis até mesmo aos regimes políticos que se deixavam seduzir pelos “perigosos ideais socialistas”. A publicação de um editorial desta qualidade significava, ainda, uma crítica de maneira indireta ao governo de Getúlio Vargas, que seguia abertamente os caminhos de uma política financeira baseada no nacionalismo econômico. Lázaro Cárdenas, líder de uma nação cujo passado recente se relacionava a essa prática admitia o erro de tal conduta, e fornecia um sólido exemplo à nação brasileira que, na visão dos redatores d’*O Estado de S. Paulo*, infelizmente a tinha adotado como meio de gerir suas políticas econômicas.

Contudo, a primeira impressão favorável do periódico em relação ao presidente Lázaro Cárdenas foi alterada já nas publicações seguintes. Em lugar do otimismo inicial surgiram frequentes críticas à maneira como a política cardenista se posicionava perante as diversas ondas grevistas. Conforme o diário, o cardenismo, geralmente em concordância com as reivindicações trabalhistas, evidenciava uma tendência “esquerdista” do Estado mexicano, vinculada à demagogia dos regimes socialistas. Gradualmente, o diário construiu e se utilizou de uma retórica para desqualificar o cardenismo.

Desde janeiro de 1935, pairava sobre o México uma atmosfera bastante conflituosa, sobretudo em decorrência das muitas divergências que opunham as classes trabalhadoras ao empresariado local. A intensificação das paralizações motivou o surgimento de uma crise política até então sem precedentes, colocando Lázaro Cárdenas e Plutarco E. Calles em rota de colisão. O “Chefe Máximo” da Revolução Mexicana recriminou o presidente em muitas ocasiões, sobretudo em virtude de sua postura condescendente à desordem existente no país. Calles, de certa forma, esperava maior autoridade e energia do Executivo ao enfrentar o que considerava um colapso social.

¹² *idem*.

Conforme o historiador Fernando Benítez (1977, p. 21-23), no ano de 1928, o último ano em que Calles presidiu o México, registrou-se no país um total de sete greves. A condição do proletariado era bastante precária, apesar das raras manifestações. O escasso número de paralisações refletia muito mais a asfixia opressiva que Calles exercia sobre os setores trabalhistas do que o contentamento do operariado. A grande depressão dos anos 1930, somada a uma crise econômica que se irradiou pelo México, tornou este cenário ainda mais desalentador. Durante o governo de Abelardo Luján Rodríguez, entre 1932 e 1934, o país foi atingido por uma severa crise econômica. De acordo com as análises de Arturo Anguiano (1986, p. 33-36), a indústria petrolífera, dependente do capital estrangeiro, sobretudo do estadunidense, observou seus principais mercados se retraírem consideravelmente. De modo paralelo, a prata, outra imprescindível fonte de divisas para o México, sofreu vertiginosa desvalorização no mercado externo. O caos econômico se estendeu à agricultura e elevou o desemprego a níveis assombrosos. Como consequência, sobreveio o severo arrocho salarial, que se intensificou no início dos anos 1930, principalmente nos incipientes centros industriais do país.

Lázaro Cárdenas, por sua vez, considerando a possibilidade de fortalecer o Executivo frente ao poder de Plutarco E. Calles, aliou-se aos estratos insatisfeitos e procurou reanimar as combatidas classes trabalhadoras. Para tal, mostrou-se simpático aos seus reclames. De acordo com Fernando Benítez (1977, p. 11), o presidente mexicano, nesse contexto, pouco a pouco edificou seus objetivos. Lentamente, Cárdenas, sustentado pela aliança estabelecida com os operários, construiu o mecanismo que lhe permitiria opor-se às forças conservadoras provenientes do callismo. Em consequência desta postura simpática do Estado, o número das paralisações de trabalhadores, em 1935, elevou-se para 642, aumentando mais de noventa vezes em relação ao ano de 1928.¹³

Ao observar esse cenário, *O Estado de S. Paulo* compreendeu a experiência cardenista como uma “política de caráter extremista” que suscitou diversas inquietações. As acusações de Plutarco E. Calles de que o presidente teria coagido altos chefes de serviço e procuradores federais à renúncia endossaram a opinião do periódico. O matutino asseverou que o cardenismo se embasava sobre “um programa de reformas políticas que estão em oposição às que foram anteriormente preconizadas [...]”¹⁴, ou seja, aquelas sustentadas por

¹³ Esta tese vai de encontro às proposições de Anguiano, que demonstraram a eficácia da aliança estabelecida entre Lázaro Cárdenas e os setores populares. Tal aliança, proporcionada pela política de massas, culminou em uma indispensável centralização política, cuja aplicação permitiu ao presidente mexicano desenvolver um aprofundado projeto de reformas políticas. (ANGUIANO, 1986, p. 46)

¹⁴ *O Estado de S. Paulo*, “Considera-se o ato do pres. Cárdenas um desafio ao general Calles”, 16/06/1935, p. 06.

Calles. Cárdenas foi representado como o responsável por romper a família revolucionária, animando uma nova e desnecessária onda de manifestações populares. Neste ínterim, Calles ameaçara o presidente, tendo em conta que, em 1932, Pascual Ortiz Rubio, ex-presidente do México, acabou destituído de suas funções em situação análoga. Em contrapartida, segundo *O Estado de S. Paulo*, Cárdenas demonstrou total inflexibilidade, regozijando-se com as felicitações que partiam dos círculos operários por sua atitude favorável às greves e paralisações¹⁵. De acordo com o diário, o presidente mexicano obteve “cada vez mais o apoio dos homens públicos nacionais, *dirigindo-se sempre para a esquerda*” e governou a fim de “*aliviar os oprimidos e impedir os conflitos entre o capital e o trabalho [...]*”.¹⁶

Plutarco E. Calles, procurando resgatar seu antigo prestígio, liderou uma ofensiva pública contra o presidente a fim de desmoralizá-lo. Por sua vez, ao tomar conhecimento de tais declarações, Lázaro Cárdenas encontrou a justificativa para reorganizar completamente o gabinete. Hábil e rapidamente, enviou representantes do Executivo às lideranças do Exército e aos governadores de todos os Estados mexicanos, demonstrando a necessidade imediata de escolherem entre ele ou Calles. As respostas positivas que obteve lhe deram a força necessária para convidar alguns irredutíveis callistas, aliados do “Chefe Máximo” que integravam o Estado, a abandonarem as suas pastas. Em seus lugares, Cárdenas pôde colocar homens de sua inteira confiança, fortalecendo a ala esquerdista vigorosamente. Dessa maneira, e de súbito, o Maximato chegou ao seu fim. (BENÍTEZ, 1977, p. 18-20)

Segundo os estudos de Arturo Anguiano (1986, p. 14-16), a política cardenista era diferente daquela preconizada por Plutarco E. Calles. Enquanto esta vislumbrava um México industrializado, a primeira idealizava a nação como uma imbatível potência agrária. Até o ano de 1934, a estrutura fundiária mexicana, a despeito do programa revolucionário que havia previsto uma ampla e profunda reforma agrária, pouco havia se alterado. Aproximadamente 13 mil *hacendados* concentravam em seu domínio 84% de toda terra cultivável do país, enquanto aos demais 60 mil proprietários se destinavam os insuficientes 16% remanescentes.

No entanto, este panorama foi consideravelmente alterado durante o cardenismo. Um efetivo programa de reforma agrária foi paulatinamente engendrado, e Lázaro Cárdenas procurou fortalecer suas bases políticas, aproximando-se do campesinato. Para tal, o presidente mexicano estimulou a expansão do sistema *ejidal*. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, Lázaro Cárdenas, em excursão pelo interior do país, constatou que em grande parte da república imperava um latente “problema das terras”, sobretudo, porque a revolução se

¹⁵ *O Estado de S. Paulo*, “Demitiu-se coletivamente o gabinete mexicano”, 16/06/1935, p. 06.

¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, “Parece melhorar a situação política no México”, 18/06/1935, p. 02, grifo nosso.

esquecera de seu principal vetor, ou seja, solucionar as disputas e querelas relacionadas ao campo¹⁷. De acordo com o matutino, o programa agrícola cardenista se apresentou de modo terrivelmente radical, sendo o principal objetivo do governo “garantir uma organização de ‘elementos agrários’ que constituam reservas do exército e que possam velar pelos seus próprios interesses, assegurando a paz em todos os centros rurais”. Em tom reprobatório, *O Estado de S. Paulo* afirmou que Cárdenas, infelizmente, não era homem de fugir à palavra, e que ofereceria aos camponeses, além de terras, as prometidas armas.¹⁸

Em um telegrama publicado no matutino paulistano, a relação estabelecida entre Lázaro Cárdenas e as classes trabalhadoras mexicanas foi retratada de modo bastante ruinoso. Nessa interpretação, o jornal representou o presidente mexicano como um homem manipulador, capaz de utilizar os anseios e as emoções do povo para empreender políticas de caráter esquerdista. Curiosamente, esta publicação, localizada à última página do volume de 18 de julho de 1935, foi inserida em uma coluna composta por outras duas notificações direcionadas ao comunismo; a primeira, referente às políticas públicas da União Soviética; a segunda, acerca do Congresso Internacional Comunista, a ser realizado em Moscou naquele mês. A nosso ver, o diário organizava sua diagramação reunindo assuntos que, sob o ponto de vista de seus redatores, compunham parte de um mesmo universo temático. Neste caso, alocar tal reportagem justamente nesse espaço significou, uma vez mais, estabelecer conexões entre o cardenismo e o bolchevismo.

Em fins de 1935, o retorno de Plutarco E. Calles ao México reavivou uma série de antigas disputas. Mediante este contexto, por meio de um editorial, publicado a 21 de janeiro de 1936, o diário construiu um discurso saudosista para com os tempos em que o “Chefe Máximo” havia predominado sobre a política mexicana. *O Estado de S. Paulo* criticou o radicalismo do programa de reformas cardenistas, afirmando que o presidente mexicano sofria claramente influências do “extremismo moscovita”, ou seja, a “oportunista e destrutiva força” que se avizinhava das nações “onde as paixões políticas e as dissensões partidárias tomam aspectos desagradáveis”¹⁹. Por sua vez, Calles representava o oposto, tendo desenvolvido um governo verdadeiramente revolucionário que, segundo o editorialista, se assentava sobre um “regimento de normas” salutar para o povo mexicano em sua totalidade. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, Calles, com sua grande força pessoal e dignidade, teria desenvolvido um governo verdadeiramente revolucionário:

¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, “Formação de elementos agrários no México”, 18/07/1935, p. 18.

¹⁸ *idem*.

¹⁹ *O Estado de S. Paulo*, “Notas e informações”, 21/01/1936, p. 03.

Por muitos anos, *a energia de Plutarco Calles*, o “homem de ferro” levantara com a ajuda das massas um governo eminentemente revolucionário. Nenhum país sul-americano aderiu tão estritamente às grandes tendências reformistas dos últimos tempos. A legislação social mexicana, a que o ex-presidente Calles dera a melhor parte de sua colaboração, ficará como um dos mais audaciosos estatutos sociais do Novo Mundo.²⁰

Em contrapartida, em relação ao cardenismo, o periódico expressou apreensão e desapontamento, porque “os novos governantes iniciaram combinações políticas inesperadas”, catalisando uma enorme crise política. O México, segundo os redatores do jornal, havia se dividido em duas alas distintas e irreconciliáveis, sintetizadas por um lado no “cardenismo”, ao qual se associavam o “espírito revolucionário” e os “adeptos da ala esquerda”, e por outro no “callismo”, cuja sustentação provinha das forças conservadoras, ou seja, dos proprietários rurais, dos comerciantes e dos grandes industriais. Conforme o editorial, o México naquele momento despontava como mais um laboratório onde se processavam as lutas entre o capitalismo e o socialismo. O diário, sem pestanejar, mostrou-se favorável ao “conservadorismo dos elementos mais ponderados”, já que o callismo, ao sintetizar uma tendência contrária à “esquerda cardenista”, apresentava-se em maior consonância com os princípios ideológicos por ele defendidos.

Em nenhum momento *O Estado de S. Paulo* mencionou que os estatutos agrários e a legislação trabalhista já estavam previstos no texto constitucional de 1917, atribuindo sua autoria a Calles a fim de legitimar seu discurso pró “Chefe Máximo”²¹. Desse modo, segundo os redatores do matutino paulistano, Plutarco E. Calles, e somente ele, havia sido o grande mentor da revolução social que se operava no país. É bastante óbvio que o periódico, ao enfatizar as qualidades positivas do callismo, naquele momento, colocava as escolhas de Lázaro Cárdenas em cheque:

Não perdoam os elementos da chamada ala esquerda do México a “traição” de Calles. Dele é que saiu a inspiração das leis sociais do México e *com sua energia inquebrantável é que se forjaram os novos estatutos agrários*. Respondem aos conservadores que o “homem de ferro” não poderia aquiescer em ir até onde desejam os esquerdistas, isto é, ao verdadeiro comunismo moscovita, contrario às necessidades vitais do México.²²

²⁰ *idem*, grifo nosso.

²¹ (TOBLER, 1994, p. 393-401)

²² *O Estado de S. Paulo*, “Notas e informações”, 21/01/1936, p. 03, grifo nosso.

Aos olhos do matutino, por sua vez, Lázaro Cárdenas era um homem manipulável, incapaz de perceber que o conflito por ele sustentado, além de prestar um desserviço às necessidades vitais de sua pátria, consistia em um engodo das fileiras esquerdistas que procuravam engendrar uma “atmosfera propícia, a cuja sombra pensa o bolchevismo instalar suas oficinas de destruição e estabelecer a trama perigosa de suas intrigas”.²³

A nosso ver, este editorial dialogou abertamente com a conjuntura política brasileira daquele momento. *O Estado de S. Paulo* valeu-se de acontecimentos ocorridos no México para alertar a sociedade local sobre o oportunismo das doutrinas marxistas. No Brasil, após o episódio do levante comunista²⁴, em 1935, a histeria anticomunista atingiu níveis sem precedentes. As análises de Ana Maria Martins e Tania Regina de Luca (2008, p. 169-170) indicaram que diversos órgãos de nossa imprensa, até então ferrenhos opositores do Estado varguista, passaram a apoiar o centralismo político do regime como medida preventiva.

Neste cenário, podemos observar os limites do liberalismo defendido por *O Estado de S. Paulo*. Conforme Rodrigo P. S. Motta (2002, p. 190) nos anos 1930, o crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a crescente popularidade de Luiz C. Prestes e a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) trouxeram como consequência uma presença mais substancial do anticomunismo na vida política nacional. A ameaça vermelha se manifestou como um “perigo” real, de modo que seus adversários foram estimulados a se organizarem no sentido contrário. Sobretudo após 1935, intensificou-se uma impressionante repressão contra aqueles que procuravam disseminar as temidas doutrinas marxistas.

O Estado de S. Paulo não teceu qualquer comentário crítico em relação aos inúmeros abusos perpetrados contra os integrantes da ANL, tais como as prisões arbitrárias ou as torturas. A decretação do estado de guerra, em dezembro de 1935, inclusive foi celebrada em suas páginas:

Dentro de uma perspectiva liberal coerente, no momento em que se admite que a Constituição seja passível de modificações, admitiu-se tudo. O princípio sagrado da inviolabilidade do texto constitucional, que já havia sofrido inúmeros arranhões com a conivência, *referendum* e às vezes sob a instigação dos próprios representantes do jornal, franqueava-se, agora, com a admissão explícita da quebra dos princípios doutrinários, a mutilações mais

²³ *idem*.

²⁴ O levante comunista de 1935, pejorativamente denominado como a “Intentona Comunista”, consolidou o anticomunismo no Brasil. O seu impacto foi enorme sobre as opiniões conservadoras, uma vez que o seu sucesso poderia ter causado mudanças profundas na estrutura social brasileira. A histeria se aprofundou quando a imprensa conseguiu estabelecer vínculos entre o movimento armado que se pretendia deflagrar e a participação de grupos estrangeiros ligados ao Komintern. (MOTTA, 2002, p. 190)

profundas e imprescindíveis. Alguns dias depois, a lei era sancionada. A propósito, o jornal comentava que ela podia ser mais severa. (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 59)

Ainda sobre a posição dos liberais d’*O Estado de S. Paulo* em relação à decretação do estado de guerra:

Consideram uma obra de patriotismo e clarividência política o fato de o Congresso facultar ao Executivo a decretação do estado de guerra, já que a violência do assalto e articulação de elementos subversivos a justificavam. Para eles, o combate ao comunismo era de vida ou morte. (CAPELATO; PRADO, p. 59)

De acordo com o jornal, algumas nações cederam sua boa-fé aos maquiavélicos estratagemas do comunismo. Este foi o caso do México que, no contexto da crise entre Lázaro Cárdenas e Plutarco E. Calles, apossou-se do lugar anteriormente ocupado pelo Brasil:

Não é sem motivos que o quartel general dos extremistas moscovitas pensa passar-se com armas e bagagens para alguns países centro-americanos, de onde esperam continuar o programa de seus credos. Os pontos de apoio que há pouco lhe ajudavam a propaganda – o Brasil e o Uruguai – já não são, na opinião dos seus chefes, os campos propícios de outrora [...] O México fora, pois, escolhido como novo centro de agitação extremista.²⁵

Conforme destacaram Maria H. Capelato e Maria L. Prado, o periódico felicitou a força do varguismo como instrumento capaz de dismantelar a Aliança Nacional Libertadora e seus canais subversivos. De certa forma, a parafernália utilizada para conter a expansão das doutrinas marxistas seria irrestritamente, e sempre, justificável. *O Estado de S. Paulo* apoiaria um maior centralismo político, caso tal apoio fosse necessário para salvaguardar os interesses nacionais dos inaceitáveis ardis bolcheviques.

A ofensiva que o governo Vargas lançou contra os comunistas demarcou a mudança das disposições que, até aquele momento, havia orientado o bom relacionamento diplomático entre o Brasil e o México. De acordo com o historiador Guillermo Palacios (2008, p. 282-

²⁵ *O Estado de S. Paulo*, “Notas e informações”, 21/01/1936, p. 03.

285), a prisão de Luís Carlos Prestes, em março de 1936, promoveu a indignação da esquerda mexicana para com o Estado varguista. No dia 26 do mesmo mês, um grupo de intelectuais mexicanos, dentre os quais se destacava Vicente Lombardo Toledano, secretário geral da Confederação de Trabalhadores do México, enviou por meio de Alfonso Reyes, Embaixador do México no Brasil, uma carta a Getúlio Vargas, na qual a situação política brasileira era repudiada. O documento externou o temor pela vida de Prestes, protestando contra sua prisão. Melindrados, os representantes brasileiros pediram retratação oficial ao governo do México, afinal, a carta ostentava a assinatura de funcionários de alto gabarito do Estado cardenista. O grande mal estar causado por este episódio chegou ao México, onde a imagem brasileira sofreu enorme desgaste. As manifestações em favor de Luís Carlos Prestes ganharam o irrestrito apoio popular, já que os sindicatos e algumas organizações da esquerda mexicana passaram a protestar ruidosamente diante da Embaixada do Brasil, localizada na capital do país.

As tensas relações diplomáticas entre o Brasil e o México, no entanto, não foram abordadas com maior profundidade pelo *O Estado de S. Paulo*. O matutino veiculou apenas algumas breves notas que destacaram o cortês relacionamento entre os dois países e os bons números de seu crescente intercâmbio comercial. Uma hipótese que talvez justifique o fato de *O Estado de S. Paulo* não aprofundar suas discussões em relação às desavenças diplomáticas que envolveram o Brasil e o México naquele momento é que o diário, talvez, preferisse enfatizar criticamente as semelhanças dos regimes políticos de ambos a divulgar as diferenças de ideais que sustentavam seus projetos de desenvolvimento nacional. De acordo com Palacios, o Brasil e o México disputavam um espaço de hegemonia dentro do continente, de modo que o primeiro oferecia aos demais países latinos seu regime autoritário e corporativista, enquanto o segundo divulgava a alternativa de sua revolução nacionalista:

Em certo sentido [...] esse confronto de formas institucionais de governo e orientações ideológicas que opunha agora o Brasil e o México, o Estado Novo e a Revolução Mexicana, reproduzia no âmbito continental a luta que se dava internamente em vários países latino-americanos – sobretudo no Brasil de 1937 – entre esquerda e direita, ao mesmo tempo em que encenava uma espécie de paródia do embate mundial entre os dois extremos do espectro político, apadrinhados respectivamente pela Rússia soviética e pelos países do Eixo fascista. (PALACIOS, 2008, p. 301)

Do ponto de vista dos liberais d'*O Estado de S. Paulo*, tanto o modelo mexicano quanto o modelo brasileiro eram, naquele momento, desinteressantes e representavam o atraso. Assim, a completa ausência de discussões neste sentido por parte do jornal se torna mais plausível.

A relação entre o governo cardenista e as classes trabalhadoras mexicanas voltou, posteriormente, a figurar como temática recorrente do diário paulistano. Em 9 de outubro de 1936, foi noticiada a expropriação de uma propriedade de 1,4 milhão de hectares, localizada na região de La Laguna, entre os estados de Durango e Coahuila. De acordo com o periódico, esta constituía “[...] uma das partes mais ricas da região agrícola do México”²⁶. A nacionalização em La Laguna foi a primeira de uma série de expropriações espetaculares empreendidas por Lázaro Cárdenas, sobrevindas as realizadas em Yucatán, Vale del Yaqui, Nueva Italia e Los Mochis. Para o cardenismo, a concentração de terras encarnou um mal a ser combatido, pois “O latifúndio também é considerado, especialmente em países como o México, como a causa primária da estagnação econômica e do descontentamento social e étnico”.²⁷

Embora tal política estivesse em conformidade com o programa de reformas proposto por Lázaro Cárdenas, podemos dizer que sua implantação, sob o ponto de vista exclusivamente econômico, reverberou em um amplo fracasso. Em relação à produção de algodão, por exemplo, em aspectos numéricos, os resultados obtidos pelo setor agrícola mexicano no ano de 1936, depois das expropriações promovidas por Lázaro Cárdenas, regrediram a índices observados no ano de 1931, se revelando como uma clara e direta consequência do esfacelamento de imensas unidades produtivas. Os maus resultados foram agravados, segundo *O Estado de S. Paulo*, pelos escassos créditos concedidos ao setor, assim como pela ineficácia da infraestrutura local. Este suposto malogro econômico foi o aspecto preferido do qual o matutino se valeu para desqualificar o sistema *ejidal* mexicano. No entanto, interpretações historiográficas, a *posteriori*, expuseram que os *ejidos*, apesar dos conhecidos prejuízos em âmbito econômico, possibilitaram uma efetiva transferência de capitais empregados no setor industrial e de serviços para o setor agropecuário, de modo que a principal preocupação do programa de reformas cardenistas, a promoção de maior justiça social, realizou-se.²⁸

²⁶ *O Estado de S. Paulo*, “Fracionamento de uma região algodoeira”, 09/10/1936, p. 05.

²⁷ SHAW, Paul V. “Interpretações da América Latina.” *O Estado de S. Paulo*, 09/10/1937, p. 04.

²⁸ Aqui destacamos, entre outros estudos, Arturo Anguiano (1975), Fernando Benítez (1977), Héctor A. Camín & Lorenzo Meyer (2000), Romana Fálcon (1983) e Victoria Lerner (1980).

As relações entre capital e trabalho durante o cardenismo foram outro objeto de críticas abordado pelos articulistas e redatores d’*O Estado de S. Paulo*. De acordo com o periódico, o presidente mexicano ao apoiar as ondas grevistas procurou, maquiavelicamente, adestrar o operariado. A simpatia do governo federal às reivindicações animou as classes trabalhadoras, que se tornaram cada vez mais seguras para desafiar o patronato²⁹. O matutino se alarmou com Lázaro Cárdenas, apresentando-o como um temerário revolucionário socialista. Em suas páginas, o presidente mexicano era sempre concebido como um indivíduo de grande força, respaldado por uma honestidade supostamente inexpugnável. Em seu governo, o proletariado teria chegado a dominar a política nacional que, aos poucos, tornou-se completamente mexicanizada e socializada. Para o diário, o programa político assentado sobre o camponês, o operário e o soldado permitiu a Lázaro Cárdenas centralizar o poder de modo quase absoluto e construir o infalível aparelho do Partido da Revolução Mexicana. O diário criticou a presença do Estado em todos os níveis da vida política local e o fato de que a oposição praticamente não se fazia ouvir. De acordo com o matutino, a Confederação de Trabalhadores do México e a Confederação Nacional Camponesa eram extensões do recém-formado PRM, e suas atuações eram teatralmente simbólicas, uma vez que tais órgãos não possuíam autonomia para exercer um papel de representação autônoma dos trabalhadores. Para *O Estado de S. Paulo* foi somente por meio dessas instituições falidas, destituídas de poder real, que Lázaro Cárdenas pôde, sem oposição, propagar a política reformista e socializante que levou o país à extrema pobreza.³⁰

Além do mais, segundo *O Estado de S. Paulo*, Cárdenas revelara-se desde o início de sua carreira um verdadeiro estrategista, dotado de um gênio maquiavelicamente ardiloso. De acordo com o matutino, o presidente mexicano, tal como uma raposa, despontara à sombra da amizade de Plutarco E. Calles e, a partir de então, concentrou enorme força política. Posteriormente, em um momento de crise do callismo, engenhosamente, Cárdenas adquirira a máquina do poder em seu favor, aproveitando-se, ainda, da fragilidade estadunidense, sintetizada na política de boa vizinhança³¹. Foi somente mediante esta conduta reprovável que Lázaro Cárdenas pôde empreender um programa de reformas com maior autonomia,

²⁹ SHAW, Paul V. “Greves, greves e mais greves.” *O Estado de S. Paulo*, 13/06/1937, p. 04.

³⁰ SHAW, Paul V. “O México e a boa vizinhança.” *O Estado de S. Paulo*, 27/04/1938, p. 04.

³¹ A política de boa vizinhança demarcou a alteração das disposições de Washington em relação à América Latina. À Conferência de Montevideo, realizada em 1933, abandonou-se o famigerado *big stick*, que até então havia orientado as relações diplomáticas norte-americanas, por um ideal de cooperação continental pautado sobre a solidariedade e o respeito. (CORSI, 2000, p. 167-168)

mostrando-se perspicaz para engendrar meios de sobrepujar todos os obstáculos e adversários políticos que a ele se apresentaram.³²

A posição crítica d'*O Estado de S. Paulo* em relação à política de alianças estabelecida entre Cárdenas e o operariado mexicano remete também a uma série de discussões que estavam em voga na conjuntura política brasileira dos anos 1930. Como o mandatário mexicano, Vargas estabeleceu vínculos com os setores trabalhistas e encarnou o papel de “patrono” da legislação social brasileira, ‘pai dos pobres’, benfeitor, estadista que outorgou os direitos ao trabalhador brasileiro”³³. (D’ARAUJO, 2003, p. 217)

Segundo Maria C. D’Araujo (2003, p. 225), o controle do Estado sobre os sindicatos no Brasil encerrou um importante mecanismo de legitimação do Estado Novo, consolidando-se com a Constituição de 1937. O diário, em campanha favorável à candidatura de Armando de Salles Oliveira às eleições previstas para o ano de 1938, criticava abertamente a política varguista:

A organização sindical, que está na primeira linha dos novos direitos do trabalho, nós a preservaremos e guiaremos, para que os sindicatos não se desviem como instrumentos da política partidária, e possam alcançar o seu alto destino.³⁴

O matutino cedia suas páginas à oposição do governo Vargas, acusando-o de valer-se de políticas trabalhistas como mecanismos de barganha eleitoreira:

Os agrupamentos das solidariedades profissionais e corporativas não podem ser utilizadas como armas de ataque e de divisão entre classes, mas como órgãos necessários de prosperidade econômica e de paz sindical.³⁵

Ressaltamos, entretanto, que as opiniões do corpo editorial do jornal em relação ao cardenismo contrastaram algumas vezes com as contribuições emitidas por outros autores, demonstrando o caráter polissêmico do matutino paulistano. Em artigo de Paul Vanorden

³² SWIGGETT, Glen L. “O presidente Cárdenas.” *O Estado de S. Paulo*, 07/09/1938, p. 04.

³³ (D’Araujo, 2003, p. 217)

³⁴ *O Estado de S. Paulo*, “O Sr. Armando Salles falou ontem ao eleitorado nacional no maior comício já realizado no Brasil”, 1707/1937, p. 01.

³⁵ *idem*.

Shaw³⁶, assíduo colaborador d'*O Estado de S. Paulo*, esclareceu-se que a prosperidade de muitas regiões mexicanas era decorrente de sua estrutura fundiária moderna composta por pequenas e fecundas unidades, “[...] onde os humildes produzem mais por alqueire que os grandes latifundiários nas suas enormes estâncias”³⁷. Segundo Shaw, a produção era maior em dois aspectos, pois, “Arrancam não somente mais cereais do solo, como também mais satisfação íntima”³⁸. O artigo forneceu um contraponto importante ao que comumente era veiculado pel’*O Estado de S. Paulo* em relação às políticas agrárias do cardenismo, destacando que em muitas regiões mexicanas prevalecia uma estabilidade antes nunca observada, bem como um salutar exercício de cidadania. Assim como nos Estados Unidos, a fim de alavancar o progresso local, os pequenos proprietários exigiram do governo federal a implantação de escolas, jornais e outros elementos de cultura e recreação, o que decisivamente tornava o cenário do campo mexicano bastante interessante.

A nosso ver, ao tecer tais elogios, o periódico elaborava uma vez mais representações em função da conjuntura política nacional. Para o matutino paulistano, o modelo agrário mexicano, baseado em pequenas propriedades, assemelhava-se ao modelo de exploração rural implantado no Estado de São Paulo durante o governo de Armando de Salles Oliveira. De modo natural e benéfico se operava na unidade federativa mais rica da união uma expansão do processo que originava pequenas e médias propriedades:

O progresso e a riqueza contemporânea de São Paulo, quer nos domínios da agricultura, quer no setor de suas indústrias, se deve à pequena propriedade e aos pequenos capitais, empastados em nossas atividades manufatureiras.³⁹

Conforme o diário, em São Paulo, sob o governo de Armando de Salles Oliveira, materializara-se uma “revolução econômica” que “poucos países modernos foram capazes de realizar”⁴⁰. Decerto, se as pequenas propriedades eram salutares em São Paulo, seriam-no também no México, justificando-se assim os incomuns elogios à política cardenista nas páginas do matutino.

³⁶ Paul Vanorden Shaw foi professor da Universidade de São Paulo, regendo a cadeira de História da Civilização Americana. Nascido nos Estados Unidos da América produziu muitos artigos, publicados em *O Estado de S. Paulo*, analisados nesta pesquisa.

³⁷ SHAW, Paul V. “Fazendinhas.” *O Estado de S. Paulo*, 27/09/1936, p. 04.

³⁸ *idem*.

³⁹ *O Estado de S. Paulo*, “Notas e informações”, 16/10/1936, p. 03.

⁴⁰ *idem*.

Notamos que o diário concebia o Estado de São Paulo como um universo à parte do Brasil, opondo seu progresso material e social, estimulados por Salles Oliveira, ao atraso que reinava no restante do país:

O Estado de São Paulo é a unidade brasileira que mais está contribuindo, graças ao aumento de suas vendas externas, para a reação, manifestada em 1936, contra o declínio no valor ouro das exportações nacionais [...] Outros Estados venderam menos em ouro, de janeiro a junho deste ano, do que em período equivalente de 1935.⁴¹

O asilo político concedido pelo governo mexicano a León Trotsky foi outro filão explorado pel’*O Estado de S. Paulo* para reproduzir críticas ao cardenismo. Com base nesse evento o diário desqualificou as opções políticas do presidente mexicano, associando seu governo às desgraças oriundas do comunismo. Em nota, o jornal reportou a tramitação operada por Diego Rivera, um dos grandes mestres do movimento muralista⁴², que procurava arranjar a estadia do avançado teórico marxista⁴³. Em 9 de janeiro de 1937, León Trotsky chegou a San Luis de Potosi acompanhado de sua esposa⁴⁴ e não tardaram a surgir nas páginas do matutino afirmações lamuriosas sobre a influência que o líder comunista, teoricamente, exercia sobre a política local. A acolhida a Trotsky, o “antigo comissário da guerra da U. R. S. S.”⁴⁵, foi uma deplorável escolha do “governo socialista do México”⁴⁶, já que oferecer benefícios a um “criminoso déspota” era uma clara apologia às tiranias. Segundo *O Estado de S. Paulo*, “Não é possível ter-se alguma simpatia por Trotsky, que foi, por sua vez, após a revolução de 1917, um *dos mais odiosos e mais sanguinários autores de violências*”⁴⁷. Com uma eloquente retórica, o diário considerou as teorias de León Trotsky mais nocivas do que as práticas de Josef Stalin, afinal, o trotskismo, não contente em arruinar somente a União Soviética, procurava “alastrar a revolução pelo mundo todo”. Finalmente, o periódico concluiu que o relacionamento de qualquer espécie com a URSS, ou com os seus representantes, consistiria sempre em inomináveis prejuízos:

⁴¹ *O Estado de S. Paulo*, “Notas e informações”, 01/10/1936, p. 03.

⁴² O movimento muralista conformou as transformações da consciência social mexicana, originadas ainda durante o processo revolucionário, às mudanças da consciência estética sintetizadas pela revolução artística europeia do século XX. (TRABA, 1994, n.p.)

⁴³ *O Estado de S. Paulo*, “Trotsky tencionaria asilar-se no México”, 05/12/1936, p. 22.

⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, “A residência de Trotsky no México”, 12/01/1937, p. 08.

⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, “Discurso de Leon Trotsky pronunciado ontem no México”, 11/02/1937, p. 02.

⁴⁶ BENNIGSEM, Emmanuel de. “Qual será o futuro?” *O Estado de S. Paulo*, 03/04/1938, p. 04.

⁴⁷ *idem*.

O bolchevismo continua no sulco do czarismo e nós, sem sermos injustos no julgamento dos esforços de reconstrução por ele desenvolvidos, sentimos que representa apenas um tipo de civilização inferior, e que nenhum povo realmente civilizado terá a possibilidade e muito menos a necessidade de imitá-lo.⁴⁸

Nem mesmo a trágica morte de León Trotsky, em 20 de agosto de 1940, foi capaz de despertar a misericórdia d'*O Estado de S. Paulo*. Conforme o jornal, o assalto desfechado pela polícia secreta da União Soviética⁴⁹, do qual o líder marxista havia sido vítima, não constituiu surpresa alguma àqueles que acompanhavam sua vida pública impregnada de polêmicas e violências. Trotsky foi um dos mais atuantes e influentes líderes marxistas e seu poder de persuasão e energia, aliados à sua violência e terrorismo, permitiram-lhe desenvolver, na Rússia, o comunismo que “desorganizou e arruinou toda a vida econômica do país [...]”⁵⁰. De acordo com o diário, Trotsky ocuparia para sempre um lugar na história, “[...] embora seja possível duvidar que seja um bom lugar”.⁵¹

Em resumo, salvo raríssimas exceções, as múltiplas representações acerca do cardenismo n'*O Estado de S. Paulo* o criticaram devido a uma suposta relação entre esta experiência e as práticas comunistas. De acordo com o matutino, como veremos adiante, as escolhas de Lázaro Cárdenas significaram uma constante ameaça e um péssimo exemplo para os demais países latino-americanos.

1.2. A batalha do petróleo

A expropriação das companhias petrolíferas, consumada em março de 1938, constituiu o evento mais espetacular do avançado programa de reformas implementado por Lázaro Cárdenas no México. Dedicamos parte deste capítulo à análise minuciosa das interpretações produzidas pel'*O Estado de S. Paulo* acerca deste episódio por dois motivos distintos.

⁴⁸ NITTI, Francisco. “Os paradoxos da Rússia bolchevista.” *O Estado de S. Paulo*, 24/04/1938, p. 04, grifo nosso.

⁴⁹ (BENÍTEZ, 1977, p. 102)

⁵⁰ NITTI, Francisco. “Os paradoxos da Rússia bolchevista.” *O Estado de S. Paulo*, 24/04/1938, p. 04.

⁵¹ PAULOVITCH, E. “Trotsky.” *O Estado de S. Paulo*, 24/08/1940, p. 04.

Primeiro porque, em pesquisa, depois de um exame preliminar acerca das fontes recolhidas, deparamo-nos, entre editoriais, artigos, notas e telegramas internacionais, com 438 notícias relacionadas à experiência cardenista. Destas, 246 estavam concentradas sobre os anos de 1938 e 1939 e, guardadas raríssimas exceções, dialogaram abertamente com o episódio da expropriação.

O segundo motivo consiste em que, para além da importância de tais números, levamos em consideração outro fator a fim de nos debruçarmos sobre esta temática. De modo direto, a expropriação das companhias petrolíferas determinou o relacionamento diplomático entre os Estados Unidos e o México nos anos subsequentes, influenciando na maneira como *O Estado de S. Paulo* abordou questões variadas sobre a política internacional operada no continente. Conforme o diário, o convívio entre a Cidade do México e Washington se apresentava, de certa forma, como o “barômetro da saúde interamericana”.⁵²

Para tal, dividimos este tópico em duas partes. Em um primeiro momento, demonstraremos como o matutino repercutiu sobre este marcante evento da história política do México pós-revolucionário, para posteriormente analisarmos as posições condenatórias que o núcleo diretor e os diversos colaboradores do diário manifestaram diante da expropriação, amplificando seu discurso ácido e reprovador com relação às opções do cardenismo.

1.2.1. “O raio em céu azul”⁵³

No México, as divergências de interesses entre patrões e empregados que culminaram na expropriação das companhias petrolíferas antecedem em muito o dia 18 de março de 1938. Em 1909, ainda durante o governo de Porfirio Díaz, foi implantada a lei que previa a exploração petrolífera por aqueles que detivessem a superfície dos poços. Em sua maioria, estes pertenciam a estrangeiros que receberam generosos incentivos fiscais por parte do governo para alavancarem a modesta produção petrolífera. Todavia, em 1910, com a deflagração do movimento revolucionário, este panorama foi sensivelmente alterado, desencadeando uma série de transformações que levariam o texto constitucional à revisão. A

⁵² SHAW, Paul V. “Importante semana americana.” *O Estado de S. Paulo*, 10/04/1938, p. 04.

⁵³ O embaixador dos Estados Unidos no México, Josephus Daniels, mostrou-se surpreso com a deliberação de Lázaro Cárdenas em favor da expropriação. Segundo o norte-americano, a decisão foi inesperada como “um raio em céu azul”. (GILLY, 1994, p. 13)

nova Carta, publicada a 5 de fevereiro de 1917, asseverou em seu vigésimo sétimo artigo que os depósitos petrolíferos, em sua totalidade, pertenceriam à nação. A partir daquele momento se delineou um conflito no México, já que não ficou bem estabelecido se o regimento do mecanismo constitucional englobaria ou não as jazidas que foram concedidas anteriormente a 1917.⁵⁴

Surgiram assim, a partir de 1917, muitos embates e muitos acordos, todos com o intuito de conformar os interesses do Estado revolucionário às necessidades das grandes companhias estrangeiras que, em larga medida, exploravam o petróleo mexicano. Destacaram-se entre eles, o acordo De la Huerta-Lamont, firmado em 1922, e o acordo de Bucareli, assinado em 1923, os quais promoveram uma atmosfera mais cordial e respeitosa nas relações entre mexicanos e norte-americanos, detentores de grande parte das companhias petrolíferas.⁵⁵

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, a nomeação de Dwight Morrow ao posto de embaixador dos Estados Unidos no México, ao final de 1927, externou o desejo de Washington de negociar uma solução plausível e definitiva acerca dos conflitos que circundavam a exploração petrolífera naquele país, contribuindo para aplacar as animosidades que, constantemente, colocavam o Estado revolucionário em rota de colisão com o empresariado estrangeiro⁵⁶. A visão disseminada pelo matutino, no entanto, nos pareceu um tanto equivocada, pois transmitiu a falsa ideia de que as negociações para concluir o acordo se deram em total harmonia. A legislação sancionada em 1928, a despeito dessa atmosfera moderada, preservou rigorosamente os antigos interesses norte-americanos, embora de um ponto de vista simbólico tenha se apresentado como uma vitória mexicana.

Como analisou Fernando Benítez, quando Lázaro Cárdenas assumiu a presidência do México, as questões em torno da exploração petrolífera ainda estavam bastante distantes de serem resolvidas. O presidente se mostrava antipático à presença das petroleiras no país, pois acreditava que os grandes conglomerados internacionais enriqueciam mediante a exploração do operariado local. Para Cárdenas, as companhias utilizavam uma ampla variedade de métodos para controlar os sindicatos, mantendo as greves, o principal mecanismo de pressão dos trabalhadores, sob um completo e nefasto domínio.⁵⁷

⁵⁴ Em *El cardenismo - Uma utopía mexicana*, Adolfo Gilly teceu profundíssimo estudo acerca da expropriação das companhias petrolíferas.

⁵⁵ (CAMÍN; MEYER, 2000, p. 117)

⁵⁶ SHAW, Paul V. "Importante semana americana." *O Estado de S. Paulo*, 10/04/1938, p. 04.

⁵⁷ Tais sindicatos eram conhecidos como sindicatos brancos, em virtude da nulidade de suas ações. Os trabalhadores, a fim de suplantar as péssimas condições de trabalho e obter alguma vantagem, vendiam-se aos esquemas de corrupção. Em contrapartida, perpetuavam sua condição de explorados. (BENÍTEZ, 1977, p. 64-66)

Em 1936, entretanto, este cenário prejudicial aos operários começou a ser desconstruído. A partir da aliança estabelecida entre o Estado e o Sindicato de Trabalhadores Petroleiros da República Mexicana, as companhias se viram obrigadas a adotar uma posição defensiva. O proletariado, mobilizado pelo Sindicato, desferiu uma vigorosa onda grevista sobre o país, paralisando completamente o setor petrolífero. As atividades seriam retomadas somente se os industriais alterassem a política salarial vigente, repondo perdas calculadas em aproximadamente 70 milhões de pesos.

O prolongamento do conflito passou a preocupar o Estado, que interveio rápida e efetivamente em favor dos operários. Esta posição do governo Cárdenas se explica porque as consequências das paralisações, em âmbito econômico, tornavam-se cada vez mais ruinosas. As companhias pressionadas a repor o valor solicitado pelos trabalhadores e coagidas pela administração cardenista declararam que poderiam, no máximo, restituir valor que não ultrapassasse a soma dos 14 milhões de pesos. Os operários, inconformados, rejeitaram a proposta e levaram a discussão à Junta Federal de Conciliação e Arbitragem, a fim de resolver o impasse. Organizou-se, assim, uma comissão que estudou a situação das companhias petrolíferas profundamente. Depois deste estudo, a Junta expediu um relatório afirmando que as empresas poderiam, sem prejuízos, pagar aos trabalhadores a soma de 26 milhões de pesos. No entanto, estas se negaram a cumprir a determinação do Estado mexicano. (BENÍTEZ, 1977, p. 65)

Foi contra esta intransigência que Lázaro Cárdenas se posicionou quando, a 18 de março de 1938, decretou a expropriação das companhias petrolíferas. Atento, *O Estado de S. Paulo* publicou as justificativas do governo mexicano, que acusava as empresas de causarem dificuldades ao descumprirem a sentença imposta pela Suprema Corte de Arbitragem⁵⁸. O governo mexicano se comprometeu em ressarcir os bens expropriados em um prazo de dez anos, disposição que não acalmou os ânimos dos antigos proprietários. De acordo com o periódico, já no dia 19, o embate entre o México e os interesses das empresas expropriadas sinalizava que se arrastaria por longos anos. O sr. Farish, presidente da Standard Oil Company⁵⁹, vociferou contra o que definiu como o “arbitrário confisco de seus capitais”, alegando que se utilizaria de todos os meios legais, bem como do arbitramento das comissões de direito internacional para resistir à ação iniciada por Lázaro Cárdenas⁶⁰. O Departamento

⁵⁸ *O Estado de S. Paulo*, “A expropriação das companhias petrolíferas do México”, 20/03/1938, p. 36.

⁵⁹ Fundada em 1870 por John D. Rockefeller, a Standard Oil Company foi a maior produtora, refinadora e distribuidora de petróleo do mundo. (*Our history*. Disponível em: <<http://corporate.exxonmobil.com/en/company/about-us/history/overview>>. Acesso em: 13/12/2013.)

⁶⁰ *O Estado de S. Paulo*, “Protesto do presidente da ‘Standard Oil Company’”, 20/03/1938, p. 36.

de Estado de Washington, de início, não se pronunciou contrariamente às resoluções do governo mexicano. Através de Summer Welles e Cordell Hull, porta-vozes da política amistosa de Franklin D. Roosevelt, a diplomacia norte-americana reconheceu o direito mexicano de expropriar as indústrias. Segundo a Casa Branca, o país, dotado de soberania, agiu conforme suas próprias leis, embora existissem algumas obrigações a serem respeitadas. Este posicionamento corroborou o discurso que o próprio Welles havia realizado em dezembro de 1937:

Não existem, em Direito Internacional, dois princípios mais salutares em si mesmo e mais geralmente admitidos que o princípio de que o indivíduo domiciliado em país estrangeiro está sujeito às leis deste, e as propriedades legitimamente adquiridas pelos estrangeiros podem ser expropriadas para facilitar a causa pública do país interessado [...] Já passou o dia em que os cidadãos dos Estados Unidos, adquirindo propriedade em outra república americana, podiam exigir a sua manutenção unicamente em virtude de sua cidadania.⁶¹

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, a deliberação levada a cabo pelo general Cárdenas resultou do malogro das negociações tentadas entre as três partes envolvidas, ou seja, o governo mexicano, os representantes das grandes companhias expropriadas e os trabalhadores das indústrias petrolíferas. Em relação aos conflitos anteriores envolvendo o petróleo mexicano, o jornal assinalou que a pressão diplomática norte-americana, até então, havia sido capaz de solucionar os muitos impasses. O matutino lembrou que o acordo de Bucareli, assinado em 1923, constituía uma saída dentro das expectativas do direito internacional, que resultou no reconhecimento de Álvaro Obregón como legítimo presidente do México por parte dos Estados Unidos. Não obstante, o diário não mencionou que o conteúdo do acordo praticamente impediu Obregón de distribuir, em reforma agrária, as terras que se encontravam naquele momento em posse de cidadãos norte-americanos.

Segundo o diário, o advento da Política de Boa Vizinhança possibilitou ao presidente Lázaro Cárdenas expandir seu programa de reformas de cunho “nacionalista e socialista”, tal como demonstraram as distribuições de lotes de terra em La Laguna e Yucatán, ou a expropriação da estrada de ferro nacional de Tijuana. Do ponto de vista dos redatores d’*O*

⁶¹ *O Estado de S. Paulo*, “De como Washington examinará a resolução do presidente Cárdenas”, 20/03/1938, p. 36.

Estado de S. Paulo, e seguindo a tendência de identificar a experiência cardenista com certo maquiavelismo, o governo mexicano, valendo-se oportunamente da conjuntura política que permeava suas relações com os Estados Unidos, promoveu o aprofundamento de sua mitologia revolucionária ao expropriar as companhias petrolíferas⁶². As interpretações historiográficas não seguem neste sentido. Tzvi Medin (1973, p. 124-125), por exemplo, concluiu que o presidente mexicano, ao expropriar as empresas em benefício da utilidade pública, reafirmava antes o compromisso moral e ideológico das práticas políticas cardenistas.

As empresas procuraram dissuadir Cárdenas de sua decisão, apelando à Corte de Justiça Internacional e propondo um embargo econômico ao México. Havia certo otimismo, sobretudo nos círculos londrinos, de que o decreto de expropriação pudesse ser revogado em virtude das múltiplas dificuldades que se apresentariam ao país latino. Os antigos magnatas do óleo, com o intuito de obterem o apoio da opinião pública mexicana, calculavam inclusive, naquele momento, satisfazer as condições previstas pela legislação trabalhista mexicana, dispondo-se a pagar os aumentos salariais que ocasionaram as divergências. O presidente Cárdenas, por sua vez, compreendia que introduzir o produto no mercado exterior, em decorrência das muitas sanções diplomáticas impostas pelos ingleses, seria bastante difícil, e anunciou a possível redução da produção de petróleo, bem como dos salários dos empregados do setor, como medida para evitar um colapso total na economia mexicana. Ao consumir a expropriação, o Estado cardenista se comprometeu com um oneroso encargo, afinal a atitude em face do conflito petrolífero afetaria muitos de seus negócios. As transações com os Estados Unidos, fundamentais à boa saúde financeira do México, foram paralisadas, recaindo as maiores consequências sobre a indústria automobilística e a de eletrodomésticos⁶³. Neste cenário difícil observou-se, contudo, um interessante fenômeno: a população apoiou maciçamente a resolução presidencial, por mais custosa que ela se lhe houvesse apresentado. As uniões trabalhistas e os comitês estudantis promoveram passeatas pelas ruas da Cidade do México para felicitar o presidente, acompanhados de bandas e de estandartes. O matutino noticiou que, no dia 23 de março de 1938, aproximadamente um milhão de mexicanos aclamaram Lázaro Cárdenas pelas ruas da capital.⁶⁴

Tal apoio foi uma vitória pessoal para Cárdenas. Em seguida às manifestações do povo, o presidente mexicano deu evidências de que, de fato, a determinação em favor da expropriação era irrevogável. Lázaro Cárdenas assegurou que a pátria, a despeito de todas as

⁶² *O Estado de S. Paulo*, “A nacionalização do subsolo mexicano”, 20/03/1938, p. 36.

⁶³ *O Estado de S. Paulo*, “Embargo imposto pelas companhias petrolíferas ao México”, 22/03/1938, p. 01.

⁶⁴ *O Estado de S. Paulo*, “Grandes manifestações de apoio ao governo do México”, 24/03/1938, p. 02.

falsas propagandas que procuravam desmoralizá-la, honraria seus compromissos financeiros, compensando economicamente os antigos proprietários⁶⁵. Em reunião realizada entre o presidente, os ministros e os governadores de todos os estados da República, estabeleceu-se que cada unidade federativa, a fim de reunir a soma estipulada para as indenizações, cederia 5% de todas as receitas obtidas em suas indústrias extrativistas.⁶⁶

Washington observou esta movimentação com notável interesse, embora em silêncio, privando-se de emitir qualquer espécie de protesto. Esta placidez, aliás, gerou a insatisfação da opinião pública norte-americana. Em editorial do *New York Times*, publicado em 25 de março de 1938, o Departamento de Estado foi cobrado a suspender imediatamente as aquisições de prata mexicana. Os clamores do jornal norte-americano parecem ter causado o efeito necessário, afinal, três dias depois de publicado o editorial, Lázaro Cárdenas anunciou, em discurso, que o governo dos Estados Unidos suspenderia as compras do metal a partir de 10 de abril vindouro. Cárdenas aproveitou a ocasião para reafirmar que a cooperação da população ao programa de reformas nacionais era, em um cenário difícil para o país, absolutamente indispensável, mesmo em face das grandes provações que estavam por vir. A fim de tranquilizar os atemorizados investidores estrangeiros, o presidente garantiu que a atitude norte-americana não implicaria em qualquer revés sobre a economia local. Como destacou *O Estado de S. Paulo*, o nacionalismo mexicano se avultou em face das dificuldades cada vez maiores, assim como o entusiasmo e a confiança no governo federal.⁶⁷

O Secretário de Estado norte-americano Cordell Hull, em entrevista à imprensa, externou os temores existentes nos Estados Unidos após o episódio da expropriação, pois caso Lázaro Cárdenas eventualmente renunciasse ao posto presidencial, como anteviam algumas pessimistas previsões, abrir-se-ia um flanco para a penetração de ideologias fascistas no continente. Conforme Hull, Cárdenas necessitava resistir porque as forças conservadoras mexicanas afeiçoadas às doutrinas da extrema direita se multiplicavam cada vez mais rapidamente em um cenário de crise política e econômica. Neste sentido, a Política de Boa Vizinhança se tornava ainda mais imprescindível, de modo que o governo dos Estados Unidos, apesar de todas as pressões internas, privaria as autoridades mexicanas de dificuldades maiores do que aquelas já existentes. Segundo o secretário, os direitos norte-americanos deveriam ser evidentemente considerados, porém, Washington prosseguiria encorajando todos os governos liberais da América Latina a trilharem o caminho da

⁶⁵ *O Estado de S. Paulo*, “Os compromissos do México com as nações estrangeiras”, 25/03/1938, p. 14.

⁶⁶ *O Estado de S. Paulo*, “A indenização das companhias petrolíferas do México”, 27/03/1938, p. 32.

⁶⁷ *O Estado de S. Paulo*, “A suspensão das compras de prata mexicana pelos EE. UU.”, 29/03/1938, p. 16.

democracia, ainda que esta atitude, vez ou outra, pudesse acarretar-lhe prejuízos. A posição do Departamento de Estado não foi bem recebida pelos industriais estadunidenses. Os proprietários despojados simplesmente não acreditavam que o governo mexicano estivesse em condições de honrar seus compromissos e vociferaram contra a Casa Branca por abandoná-los ante a ousadia mexicana.⁶⁸

Lázaro Cárdenas, sem sombra de dúvidas, foi um hábil estadista. Com o intuito de legitimar o decreto de expropriação, o presidente mexicano exaltou a posição adotada pelo Departamento de Estado norte-americano, pois compreendia que o sucesso da medida se sacramentaria somente com a anuência de Washington. Em nota enviada ao embaixador Josephus Daniels, o general michoacano afirmou que o evento de 18 de março “veio reafirmar mais uma vez a soberania dos povos deste continente, que o estadista do mais poderoso país americano, S.exa. o sr. presidente Roosevelt, tem tão entusiasticamente mantido”⁶⁹. No mais, Cárdenas aproveitou a oportunidade para proferir uma série de eloquentes discursos que estimulavam o crescente patriotismo mexicano. O objetivo de Lázaro Cárdenas, naquele momento, era fomentar o irrestrito apoio popular que legitimaria completamente sua controversa decisão:

“V. exa. pode estar certo, Sr. embaixador, que o México saberá honrar as suas obrigações de hoje, bem como as de ontem. Sr. embaixador, é uma satisfação para o México possuir a amizade de um povo que, por meio de seu presidente, continua a apoiar a política de boas relações e respeito a cada nação, política que está conquistando para vosso país a estima de muitos povos do mundo”.⁷⁰

Posteriormente, o matutino paulistano discutiu os muitos impasses escamoteados pela cordialidade das relações entre os Estados Unidos e o México. As companhias expropriadas se negaram a receber indenizações em petróleo, tal como pretendia o governo mexicano, e afirmaram que a resolução dos conflitos se encaminharia somente mediante a substancial e justa compensação em dinheiro. Os representantes das petrolíferas reiteraram ainda que o acordo de 1923 havia estabelecido o ressarcimento dos bens expropriados

⁶⁸ *O Estado de S. Paulo*, “O governo mexicano e a indenização às empresas de petróleo”, 01/04/1938, p. 14.

⁶⁹ *O Estado de S. Paulo*, “As relações de amizade entre o México e os Estados Unidos”, 02/04/1938, p. 16.

⁷⁰ *O Estado de S. Paulo*, “A nota do presidente Cárdenas”, 02/04/1938, p. 16.

exclusivamente em dólares. Este posicionamento foi considerado bastante intransigente, tanto pelas autoridades mexicanas quanto pelos porta-vozes da política rooseveltiana.⁷¹

Em relação à Inglaterra, cujos investimentos em petróleo no México, àquela altura, superavam os norte-americanos, a situação se apresentou bastante difícil, já que os britânicos não reconheceram a legalidade da expropriação⁷². Em Londres havia uma enorme indignação e o governo se pronunciou afirmando que não deixaria de protestar ante a polêmica medida adotada por Lázaro Cárdenas. O Estado mexicano foi acusado de utilizar, arbitrariamente, recursos severos e desproporcionais com o particular intuito de assegurar a exclusividade da exploração dos campos petrolíferos de Tampico⁷³. Em contrapartida, Lázaro Cárdenas recusou qualquer concessão aos britânicos, asseverando que o processo de expropriação se consumou unicamente em consequência de interesses públicos. Em nota, o presidente alegou que a decisão em face do conflito não foi determinada por circunstâncias políticas, repudiando de modo veemente as declarações inglesas. De acordo com o presidente mexicano, o desenlace em favor da expropriação se originou do desrespeito que as indústrias impuseram à soberania do Estado mexicano ao ignorarem a decisão do mais alto tribunal de justiça do país⁷⁴. Depois de trocadas algumas farpas entre Cidade do México e Londres, as relações diplomáticas entre os dois países foram rompidas.

As atenções do governo mexicano, após as contestações inglesas, voltaram-se à questão indenizatória. A fim de reunir o montante de 100 milhões de pesos, quantia que segundo o Executivo cabia às companhias como pagamento pelos bens expropriados, formulou-se um projeto de empréstimo interno, aprovado pela Câmara e pelo Senado sem qualquer oposição⁷⁵. Os antigos proprietários, ao tomarem conhecimento deste valor, alarmaram-se pois, de acordo com os seus cálculos, esperavam pagamento não inferior a meio bilhão de pesos.⁷⁶

As conversações evidentemente prosseguiram e o periódico acompanhou as negociações que procuravam resolver o conflito em torno da questão petrolífera. Todavia, como muitas arestas não foram aparadas, o governo mexicano e as companhias expropriadas não chegaram a um consenso. Encontramos várias notas e telegramas internacionais que apontavam para as dificuldades de se encontrar um denominador comum para as disputas

⁷¹ *O Estado de S. Paulo*, “A nota do presidente Cárdenas”, 02/04/1938, p. 16.

⁷² *O Estado de S. Paulo*, “A nota da Inglaterra sobre o petróleo”, 10/04/1938, p. 30.

⁷³ *O Estado de S. Paulo*, “O México responde à nota inglesa sobre o petróleo”, 13/04/1938, p. 02.

⁷⁴ *O Estado de S. Paulo*, “Repercussão da resposta do México à nota inglesa”, 14/04/1938, p. 14.

⁷⁵ *O Estado de S. Paulo*, “A expropriação das companhias de petróleo”, 20/04/1938, p. 14.

⁷⁶ KNICKERBOCKER, H. R. “O México e a política de boa vizinhança.” *O Estado de S. Paulo*, 05/03/1939, p. 04.

originadas em março de 1938 ainda durante o ano de 1940, o último do mandato de Lázaro Cárdenas como presidente do México. De concreto, sabemos apenas que as empresas não voltaram a explorar o petróleo mexicano. Adiante, analisaremos as posições críticas expedidas pelo núcleo diretor do matutino em relação à expropriação. Essas interpretações se refletiram em várias outras temáticas discutidas pel' *O Estado de S. Paulo*, tais como os debates que se davam em torno da economia de caráter nacionalista como meio de alavancar o progresso material do Brasil, a temerária expansão das doutrinas nazifascistas ou as discussões em torno das políticas externas no continente americano.

1.2.2. O nacionalismo econômico

Foram vários os comentários tecidos pel' *O Estado de S. Paulo* em torno dos desenlaces do conflito petrolífero mexicano. A expropriação consumada durante o governo de Lázaro Cárdenas foi reprovada pelo diário, já que não coadunava com os princípios liberais sustentados pelo núcleo diretor do periódico. De acordo com o matutino paulistano, o problema acerca das jazidas decorreu do exacerbado nacionalismo com o qual o cardenismo conduziu os assuntos relacionados à economia nacional. Tal atitude, aos olhos d' *O Estado de S. Paulo*, foi considerada desinteressante, pois reavivou diferenças que em outros tempos quase haviam provocado uma guerra entre o México e seu poderoso vizinho do norte.

Em artigo de Paul V. Shaw foram expostas as consequências causadas pelo decreto de expropriação, bem como, as novas tendências que a partir daquele momento comporiam as relações diplomáticas entre Cidade do México e Washington. Apesar de emitir opiniões que condenaram a escolha de Lázaro Cárdenas, o articulista mencionou a fidelidade mexicana aos princípios que até então haviam orientado o processo revolucionário mexicano. O país, afinal, embora se encontrasse em severas dificuldades econômicas, recusou-se a comercializar o petróleo expropriado com nações cuja ideologia considerava inaceitáveis. Shaw reiterou também que o Estado norte-americano durante muitos anos havia procurado convencer as companhias a melhorarem seu relacionamento com o governo mexicano, estimulando-as a cumprir a legislação trabalhista local. Todavia, soberba e gananciosamente, as empresas jamais haviam se sujeitado às leis mexicanas. A expropriação, neste sentido, constituiu o último recurso do qual o governo Cárdenas dispunha para defender os interesses nacionais perante a inamistosa atitude das companhias. A opinião do articulista era de que as

corporações, ao não acatarem a decisão da Junta de Conciliação e Arbitragem, não agiram com os recomendáveis padrões de ética profissional. Como veremos adiante, Paul V. Shaw era, antes de tudo, um entusiasta da Política de Boa Vizinhança rooseveltiana e, segundo seu ponto de vista, o problema entre as companhias expropriadas e o governo mexicano, de início, não envolvia o Departamento de Estado norte-americano. Desse modo, Shaw acreditava que as “excelentes relações diplomáticas entre os dois países”, frutos da boa disposição de Washington em relação à América Latina, não sofreriam qualquer desgaste. O artigo desconsiderou completamente o embargo econômico que os norte-americanos lançaram ao México. De modo quase idealizado, os Estados Unidos foram representados como uma nação dotada de profunda nobreza e enorme compaixão, capaz de imolar sua própria saúde financeira em benefício de um vizinho em apuros:

Neste momento, a Samuelândia, que adotara uma política da compra de prata que salvara a situação econômica do México e *que quase resultara em sacrifício de sua própria saúde financeira*, resolveu abandonar as compras de prata do México. [...] A expropriação talvez seja uma medida um tanto violenta quiçá, para contrabalançar a perda de câmbio com a suspensão das vendas de prata ao Tio Sam. Neste caso *o incidente é de origem puramente econômica* e não alterará a situação dos países entre si.⁷⁷

As interpretações do matutino em relação às consequências ocasionadas pelo decreto de expropriação se tornaram gradualmente mais pessimistas, levando o diário a lamentar a resolução que o governo mexicano havia dado ao conflito. Em novo artigo de Paul V. Shaw, percebemos um interessante ardid do qual o autor se utilizou para persuadir os leitores de sua opinião. De modo loquaz, o jornalista elogiou Lázaro Cárdenas tecendo floreios sobre suas qualidades e sua origem indígena para, em seguida e de modo veemente, criticá-lo por sua opção favorável à expropriação. Ao exaltar o presidente mexicano, o autor não deixou dúvidas sobre sua admiração, não obstante, tal postura conferiu maior dignidade às suas abundantes recriminações.

De acordo com Shaw, Lázaro Cárdenas era, decerto, um indivíduo corajoso e dotado de imensurável simplicidade, fiel aos seus, isto é, os nativos mexicanos. Sua ascensão, em 1934, havia representado a renovação do processo revolucionário, afinal os callistas, que dominavam a cena política até então, tinham esmorecido em sua luta. Depois de eleito,

⁷⁷ SHAW, Paul V. “Importante semana americana.” *O Estado de S. Paulo*, 10/04/1938, p. 04, grifo nosso.

Cárdenas conquistou o coração de grande parte do povo mexicano, liderando o país que antes da colonização espanhola havia produzido uma das mais ricas e impressionantes civilizações e, depois da revolução, trouxe à luz grandes mestres, tais como Diego Rivera, David Alfaro Siqueiros e Jose Clemente Orozco⁷⁸. Todavia, ao ratificar o decreto de expropriação, o popular estadista teria colocado toda esta importante obra em cheque, já que sua desacertada escolha fomentou uma desnecessária e turbulenta atmosfera, cujo desfecho fatal seria o alastramento de uma nova onda revolucionária sobre o país. Paul V. Shaw, assim, lamentou este terrível prognóstico, pois, quando finalmente pareciam superados os traumas dos últimos “vinte anos de guerra civil”, o caos novamente se avizinhava do México em virtude de uma má e irresponsável escolha de seu líder. Segundo Shaw, o fervor revolucionário, de maneira imprudente, abria precedentes para uma série de ataques, favorecendo os diversos inimigos da pátria sintetizados, sobretudo, nas alas que compartilhavam os credos fascistas.⁷⁹

A opinião d’*O Estado de S. Paulo* acerca das políticas diplomáticas de Washington também se alterou. Em outros artigos, as críticas à expropriação das companhias petrolíferas foram reafirmadas, e surgiram outras em relação à posição adotada pelo secretário de Estado norte-americano, o sr. Cordell Hull, considerado o responsável por modificar tradições e praxes que, até então, haviam determinado as políticas exteriores dos Estados Unidos. De acordo com o jornal, o Departamento de Estado fugia dos ônus que competiam aos grandes administradores, subtraindo-se perante as ameaças que solapavam os interesses de seus filhos. Em lugar do vigor de outrora imperava naquele momento uma apatia mórbida, que angustiava todo o povo dos Estados Unidos. A representação construída pelo periódico edificou um cenário no qual Lázaro Cárdenas, de modo sutil e quase maquiavélico, auxiliado por Vicente L. Toledano – indivíduo afeiçoado às doutrinas marxistas –, concebera o programa de socialização “cujo único fim ulterior é a nacionalização dos recursos materiais e das forças humanas no México”⁸⁰. Para os colaboradores do matutino, a situação no continente americano era desanimadora, e nas páginas d’*O Estado de S. Paulo* encontramos um discurso pessimista, exemplificado pelo caos existente no México. De acordo com o matutino paulistano, o regime de transição até então trilhado se encontrava, sob a desastrada administração de Lázaro Cárdenas, ameaçadíssimo. A rebelião de Saturnino Cedillo⁸¹

⁷⁸ SHAW, Paul V. “Conjecturas sobre o México.” *O Estado de S. Paulo*, 22/05/1938, p. 04.

⁷⁹ *idem*.

⁸⁰ SWIGGETT, Glen L. “México e Estados Unidos.” *O Estado de S. Paulo*, 12/06/1938, p. 04.

⁸¹ A rebelião deflagrada pelo general Saturnino Cedillo, a 18 de maio de 1938, inseriu-se no conturbado cenário político dos anos 1930, resultando da inconformidade de estruturas específicas do México revolucionário, neste caso o *cacicazgo*, para com o momento institucional revolucionário implantado por Lázaro Cárdenas. Em

evidenciava a desordem reinante no país, e controlá-la de modo rápido era extremamente fundamental, já que para muitas nações de origem ameríndia o México representava um exemplo a ser imitado.⁸²

A condenação veiculada n’*O Estado de S. Paulo*, que considerou “a expropriação dos terrenos de óleo, claramente errada [...]”⁸³, relacionou-se à conjuntura política brasileira daquele momento. Acreditamos que o matutino, ao externar tantas críticas ao nacionalismo econômico que compunha o programa de reformas cardenistas, sugeria diretamente os caminhos que deveriam ser seguidos pelo governo brasileiro, conforme a visão de seus redatores.

O Estado de S. Paulo, com base em sua costumeira defesa dos princípios liberalistas, repudiou o nacionalismo econômico como meio de gerir as políticas financeiras do Brasil. Segundo Maria H. Capelato e Maria L. Prado (1980, p. 88), o jornal paulistano, nos anos 1930, concebia o país dentro de uma escala evolucionista, alocando-o, naquele momento, em uma etapa transitória de desenvolvimento. Nesse cenário, os capitais dos quais o Brasil não poderia prescindir para estimular seu progresso se concentravam em países cujas etapas evolutivas primárias já haviam se efetivado. Dito isto, a apologia à penetração de capital estrangeiro presente nas reportagens d’*O Estado de S. Paulo* ocorria de modo quase natural. De acordo com o diário, o México, dentro desta mesma escala de evolução, inseria-se em etapa semelhante à brasileira, de modo que agredir os investimentos externos, como naquele momento faziam seus governantes, caracterizava um erro crasso. O diário, em mais de uma oportunidade aconselhou os países dependentes a não ferirem os interesses das potências estrangeiras, pois este posicionamento redundaria sempre em enormes prejuízos para a concretização das “obras do progresso”:

A rota do “progresso e do desenvolvimento” havia que ser necessariamente percorrida com a presença do capital estrangeiro. Enquanto não se tornasse um “país capitalista”, o Brasil não tinha escolha: teria que viver do regime de “interdependência econômica”. (CAPELATO, 1989, p. 52)

verdade, o *cacicazgo* de Cedillo constituiu um anacronismo, materializado no seio da modernização política do Estado. (FÁLCON, 1973, p. 77-86)

⁸² *O Estado de S. Paulo*, “A América neste momento”, 29/06/1938, p. 18.

⁸³ KINICKERBOCKER, H. R. “O México e a política de boa vizinhança.” *O Estado de S. Paulo*, 14/03/1939, p. 04.

Em sua posição de modelador da opinião pública⁸⁴, *O Estado de S. Paulo* procurou afetar as políticas implantadas pelo regime varguista, já que elas não estavam em conformidade com o projeto político defendido por seus redatores. De acordo com Mônica Pimenta Velloso, em fins de 1937, depois de ratificado o golpe de novembro, intensificou-se a necessidade de legitimar o regime nascente. Logo, os artífices do Estado Novo o propagaram como uma nova oportunidade, procurando difundir uma ideologia que preconizava a nova experiência como a perfeita alternativa à decadente e ultrapassada república oligárquica. O Estado liberal de outrora não havia conseguido vincular o homem brasileiro à sua terra, porque as instituições reinantes até então, em resumo, colidiram com a realidade social existente no país. A revolução dos anos 1930 despontou, assim, como a trágica libertação das amarras de um modelo falido. O caos político presente, manifestado com ênfase em 1935, no episódio da Intentona, teria derivado da ineficácia das práticas liberais aplicadas até aquele momento. A superação de tais práticas não era uma opção, mas sim uma necessidade. O ônus desta tarefa repousaria, a partir de então, sobre um Estado nacionalista, centralizado e antiliberal. (GOMES *et alii.*, 1982, p. 71-73)

Este nacionalismo antiliberal do Estado, por sua vez, afetou as políticas econômicas do Brasil dos anos 1930⁸⁵. Nacionalismo, neste aspecto, expressa a restrição às iniciativas estrangeiras, tanto em termos políticos quanto financeiros. Como no país não existia uma tradição anti-imperialista, a fim de produzir uma, o Estado agiu de modo mais concentrado em relação ao capital estrangeiro, impondo barreiras à sua expansão. De acordo com o presidente Getúlio Vargas:

Não escapa à percepção de ninguém que tão notável surto reconstrutor (da economia) só foi possível porque nenhum obstáculo conseguiu desviar o rumo nacionalista e nacionalizante da obra governamental. Sem alardes antecipados nem medidas espetaculares, fomos levantando, pedra sobre pedra, a muralha que detém as forças dissolventes da união nacional.⁸⁶

Foi contra esta tendência que *O Estado de S. Paulo* se posicionou. O periódico se apropriou da experiência mexicana, associando-a a um cenário caótico para legitimar suas

⁸⁴ Expressão cunhada por Maria H. Capelato e Maria L. Prado para definir a relação de *O Estado de S. Paulo* com a opinião pública. (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19)

⁸⁵ O projeto liberal defendido pelo periódico foi derrotado com a consumação do Estado Novo. O artigo 135 da Constituição de 1937 previa a interferência do poder público sobre a economia quando os interesses nacionais estivessem ameaçados. (CAPELATO, 1989, p. 61)

⁸⁶ Discurso proferido por Getúlio Vargas em defesa do nacionalismo político e econômico. (DIP, 1943, p. 134)

repreensões ao varguismo. Segundo Edgard Carone, a partir de 1937, o nacionalismo econômico foi utilizado pelo Estado, representado por uma pequena burguesia, para erigir a ideologia que, de fato, legitimaria o regime:

“Não é possível que queiramos deixar a outrem aquilo que incumbe precipuamente a nós, àquilo que é nosso dever primordial e que só nós mesmos podemos executar com amor, com as vistas voltadas tão só para nossos interesses fundamentais... A obra de libertação econômica das Nações e de sua defesa só poderá vingar, sob o impulso vigoroso, enérgico, perseverante, dos nacionais”. (CARONE, 1976, p. 72-73)

Finalmente, concluímos que *O Estado de S. Paulo*, ao defender a participação de capitais estrangeiros em nossa economia, opunha-se ao projeto político do Estado Novo, que previa a expansão do nacionalismo econômico. As interpretações acerca do cardenismo encontradas no diário, desse modo, sofreram influências claras dos dirigentes liberais que a reconstruíam como uma experiência de viés negativo. Destacamos que esta reconstrução dialogou abertamente com os muitos conflitos e discussões que, naquele momento, compunham o efervescente cenário político brasileiro. Todavia, percebemos a ausência de interpretações mais enfáticas d’*O Estado de S. Paulo* em relação à exploração do petróleo brasileiro. Em pesquisa, encontramos uma única matéria acerca da exploração do petróleo nacional, defendendo a participação dos recursos privados em seu processo de extração⁸⁷. Provavelmente a escassez de opiniões mais contundentes do diário paulistano sobre esta temática derivou das polêmicas que, no início dos anos 1930, envolveram o matutino, sobretudo mediante a ação de Monteiro Lobato, colaborador naquela época, e de seus discursos nacionalistas em favor da exploração do petróleo brasileiro.

Monteiro Lobato, depois de alguns anos vivendo nos Estados Unidos, retornou ao Brasil defendendo que o ferro, o petróleo e as estradas seriam os responsáveis por alavancar o progresso material e social do país. Como colaborador assíduo d’*O Estado de S. Paulo*, Lobato publicou no jornal duas séries de artigos. A primeira, denominada “Máquina e Energia”; e a segunda, “O petróleo no Brasil”, ambas no ano de 1931. Depois, mergulhou no problema da exploração do petróleo brasileiro, elaborando o documento “O Escândalo do

⁸⁷ *O Estado de S. Paulo*, “Enfim, o petróleo no Brasil”, 10/04/1938, p. 01.

Petróleo", em 1936, no qual acusava o governo Getúlio Vargas de corrupção na exploração deste recurso.⁸⁸

Posteriormente, essas discussões desapareceram do diário e, em seus lugares, os redatores d'*O Estado de S. Paulo* passaram a promover, cada vez mais, a penetração dos capitais estrangeiros na conformação dos setores industriais brasileiros. Talvez esta tendência do núcleo diretor explique a escassez de reportagens e produções com relação a essa temática.

1.3. Boa vizinhança e Pan-americanismo

O Estado de S. Paulo, por meio de diversas matérias, notícias e argumentações, reconstruiu a teia sobre a qual as diversas nações americanas permutaram interesses, conflitos e influências. Nos anos de 1930, em muitas ocasiões, as políticas exteriores latino-americanas foram bastante afetadas, quando não determinadas, pelas relações econômicas, militares e culturais que os países do continente mantinham com os Estados Unidos da América:

Na medida em que a América Latina continua a ser uma área de influência e manobra dos Estados Unidos, os países latino-americanos, individualmente ou em grupo, somente se definem em suas relações externas a partir dos Estados Unidos. Seja por adesão, seja por oposição, quando esta ocorre, as doutrinas, decisões e ações dos governantes dos países da América Latina continuam a ser profundamente determinadas pelas doutrinas, decisões e ações dos governantes dos Estados Unidos. (IANNI, 1973, p. 01)

Neste cenário, *O Estado de S. Paulo* discutiu a Política de Boa Vizinhança com destacada frequência. De modo geral, o matutino paulistano, a despeito de defender o princípio liberal de autodeterminação dos povos, elogiou a boa disposição do governo de Franklin D. Roosevelt que, na visão de seus redatores, estimulou uma série de ideais pan-americanistas.

De acordo com os editoriais e artigos publicados no jornal, os estadunidenses alteraram as diretrizes de suas políticas diplomáticas nos anos 1930, e a partir de então se

⁸⁸ (Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,monteiro-lobato,1023,0.htm>>. Acesso em: 11/03/2013.)

pautaram sobre a solidariedade, o respeito e a cooperação mútua, inculcando nas outras nações do continente a importância de que elas se unissem contra as ameaças que representavam as ideologias alienígenas, sintetizadas no nazi-fascismo e no comunismo. Nessas complexas discussões, o periódico abordou o relacionamento entre os Estados Unidos e o México, apreendendo o cardenismo em aspectos que transcenderam seu agitado panorama interno.

Para melhor explicar, decompomos este tópico, também, em duas partes. Em um primeiro momento, demonstraremos como o periódico veiculou posições que compreendiam a evolução mexicana – e aqui, talvez, latino-americana nos seja um termo mais adequado – como resultado dos ideais pan-americanistas difundidos pelos Estados Unidos. A visão do matutino em relação ao cardenismo, inicialmente ácida e condenatória, aos poucos se apresentou mais otimista, sobretudo em decorrência das ações de Washington que, por meio da Política de Boa Vizinhança, inspiraram a civilidade naquele país.

Depois, avaliaremos como o conteúdo destas interpretações se alterou em virtude da expropriação das companhias petrolíferas; afinal o México, ao mostrar-se um mau vizinho, atentou contra os princípios de colaboração previstos pelo pan-americanismo. Neste sentido, conforme *O Estado de S. Paulo*, a decisão de Lázaro Cárdenas ameaçou a integridade de todo o continente, expondo-o aos ardis das ignominiosas ideologias nazifascistas.

1.3.1. Esperanças e idealizações

Em muitas oportunidades, *O Estado de S. Paulo* estabeleceu paralelos entre as experiências mexicanas e estadunidenses. Para o periódico, o modelo de gestão norte-americano ofereceu a alternativa ideal às nações que aspiravam superar as dificuldades socioeconômicas e a manifestação legítima do progresso. Desse modo, nessa comparação, não poucas vezes restaram ao México críticas e recriminações. Em editorial, publicado em janeiro de 1936, encontramos um exemplo clássico desta disposição. O matutino, ao discutir questões referentes à educação, exprimiu a superioridade norte-americana em relação ao vizinho latino, manifestando o princípio elitista que compunha as perspectivas ideológicas de seus diretores⁸⁹:

⁸⁹ Segundo Maria H. Capelato e Maria L. Prado, a ideologia do jornal adaptou em seu cerne uma série de componentes elitistas. Segundo o matutino, as raças, em conformidade com as teorias de Lapouge e Gobineau,

A história moderna presencia por toda parte a expansão formidável dos povos cultos e preparados e o recuo ou a derrota dos povos incultos e atrasados [...]

[...] *os Estados Unidos são um país em que não há analfabetos e o México é um país que, originário de latinos espanhóis, se compõe exclusivamente de iletrados.*⁹⁰

Para corroborar seus argumentos, *O Estado de S. Paulo* se apropriou da história das duas nações, exaltando a superioridade dos Estados Unidos:

Houve uma guerra entre os Estados Unidos e o México, este, naturalmente inculto e atrasado, foi vencido, e o tratado de Guadalupe Hidalgo, assignado em 4 de julho de 1848, veio pôr fim, e não só reconheceu a anexação do Texas, mas colocou sob a jurisdição dos Estados Unidos os imensos territórios do Novo Mexico e da Califórnia.⁹¹

O diário condenou o modelo educacional mexicano que, sob a administração de Lázaro Cárdenas, dirigiu-se à instrução socialista⁹². De acordo com Victoria Lerner (1979), a proposta cardenista em relação à educação – em conformidade com o seu avançado programa de reformas – procurou, além de fomentar o desenvolvimento intelectual dos cidadãos, difundir a consciência, sobretudo nas classes camponesas, de que deveriam impor suas reivindicações. Este sistema educacional, no momento em que Cárdenas assumiu a presidência do México, encontrava-se em uma gravíssima crise. As pesquisas de Vaughan (1997, p. 162) comprovaram que os aspectos antirreligiosos preconizados pelos educadores acabaram por afastar das escolas muitos camponeses e a maior parte das mulheres. Desse modo, os inimigos da revolução agrária, sintetizados nos grandes proprietários, estavam em vantagem para responder ao programa de reforma agrária cardenista. Para *O Estado de S. Paulo*, o que ocorria no México em relação à educação era o resultado direto da má administração sustentada pelo governo federal. Abrimos um paralelo para demonstrar como o

eram um fator capaz de determinar o sucesso ou o fracasso de um país como nação. (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 117-120)

⁹⁰ *O Estado de S. Paulo*, “O problema de todos os dias”, 17/01/1936, p. 03, grifo nosso.

⁹¹ *idem*.

⁹² A instrução, ou educação, socialista compôs parte do avançado programa de reformas políticas cardenistas. Este sistema procurou conscientizar politicamente as camadas populares, disseminando os ideais que permitiriam ao país, no futuro, tornar-se socialista. Contudo, a instrução socialista se caracterizou mais sobre uma enorme oposição anticlerical do que sobre propostas de mudança política, encontrando ferrenha oposição tanto da Igreja Católica quanto dos grandes latifundiários, que viam seus interesses seriamente ameaçados. (VAUGHAN, 1997, p. 164-166)

matutino, valendo-se da experiência cardenista, discutiu o modelo educacional brasileiro, externando uma série de críticas às diretrizes pedagógicas do governo Getúlio Vargas.

Conforme Maria H. Capelato (1989, p. 212), no processo de legitimação do Estado Novo, Getúlio Vargas foi várias vezes idealizado como uma figura indispensável. No imaginário popular, ele seria o líder responsável por dirigir o Brasil ao progresso, de modo que caberia a ele, o chefe de Estado, determinar o destino das massas, traçando e conduzindo as diretrizes da educação nacional. Em relação à maneira como eram geridas as políticas educacionais nacionais, *O Estado de S. Paulo* mostrou-se bastante inquieto, atacando frequente e veementemente o varguismo, já que prevaleciam “a inércia e a indiferença brasileira para a questão da educação popular [...]”. De acordo com o núcleo diretor do diário, o tema da instrução não poderia, em hipótese alguma, ser abordado com o desdém que as autoridades geralmente o apreendiam, afinal, este tratamento reproduziu um modelo completamente falido:

“Entre cem brasileiros, setenta e cinco são iletrados! Em mil brasileiros, setecentos e cinquenta são iletrados! Em vinte brasileiros quinze são analfabetos!”.⁹³

Neste sentido, a gestão educacional exigia maior rigor porque os maus resultados econômicos ostentados pelo país eram, antes de tudo, a consequência última da má administração dos mecanismos pedagógicos. De acordo com o matutino, a inábil estruturação do sistema educacional brasileiro poderia, eventualmente, fomentar experiências catastróficas, como aquela que se operava no México sob a égide da instrução socialista.

A fim de solucionar este espinhoso problema, o diário propôs que o sistema educacional brasileiro, considerado tão miserável quanto o mexicano, adotasse os padrões presentes na pedagogia estadunidense, considerada efetiva e de altíssima qualidade⁹⁴. A nosso ver, ao asseverar tais críticas ao sistema educacional local, *O Estado de S. Paulo* demonstrou o temor que seus dirigentes possuíam em relação à maneira como o Estado Novo procurava legitimar sua ideologia autoritária; afinal, nos anos 1930, o Executivo implantou uma série de reformas sobre as diretrizes pedagógicas brasileiras. Como destacou Maria H. Capelato, o Estado disseminou um sistema educacional que valorizava, entre outros aspectos, a boa

⁹³ *O Estado de S. Paulo*, “O problema de todos os dias”, 17/01/1936, p. 03.

⁹⁴ *idem*.

conduta moral e cívica, voltada em favor do trabalho ordeiro, bem como a vocação militar e física, a fim de justificar o progresso por meio de um discurso que enfatizava a ordem. Decerto, os liberais d’*O Estado de S. Paulo* receavam que tal sistema perpetuasse a condição sobre a qual a política brasileira era conduzida naquele momento e, em decorrência deste temor, reproduziram suas considerações negativas de modo sutil.

Retomando o cardenismo, notamos que a partir desse momento, ao abordar o México no cenário internacional, *O Estado de S. Paulo* edificou uma série de representações menos severas sobre o país latino. Esta visão mais positiva do matutino se relacionava à evolução dos ideais pan-americanistas, conectando-se diretamente aos efeitos positivos que a Política de Boa Vizinhança promovia no continente.

De acordo com o diário paulistano, ao encaminhar Ernest Gruening à chefia da “Seção Colonial”⁹⁵, o governo estadunidense sinalizou a alteração de sua política externa em relação à América Latina. Gruening atuou na Conferência Pan-Americana de Montevideo, realizada em 1933, como conselheiro de Franklin D. Roosevelt e Cordell Hull. Conforme *O Estado de S. Paulo*, sua disposição anti-imperialista inibiu quaisquer tipos de especulações acerca de seu caráter que, de modo intenso e sincero, procurava pressionar o Departamento de Estado a praticar uma política interamericana mais liberal e inteligente.⁹⁶

Segundo Paul V. Shaw, a opinião norte-americana em relação aos outros povos do continente havia sido determinada, ao longo dos tempos, em função de vários pressupostos preconceituosos. Os estadunidenses se consideravam superiores aos latino-americanos porque estes, muitas vezes, demonstraram-se incapazes de governar a si próprios. Conforme Shaw, os norte-americanos externavam constantemente um julgamento que considerava as civilizações latinas decadentes, corrompidas por uma série de contendas intestinais. Em virtude desta posição corrompida, o povo dos Estados Unidos passou a nutrir certo desinteresse em relação aos seus vizinhos, formulando visões distorcidas acerca deles, as quais eram sustentadas exclusivamente por uma profunda ignorância.⁹⁷

O artigo asseverou que o preconceito norte-americano originou um tratamento vergonhoso e estúpido, sintetizado na política do *big stick*. Todavia, a ascensão de Ernest Gruening simbolizava uma virada neste tratamento, pois seu olhar sobre a América Latina era diferenciado e otimista. Para *O Estado de S. Paulo*, a política exterior norte-americana que até

⁹⁵ Conforme Paul V. Shaw, mais especificamente a Divisão de Territórios e Possessões Insulares de Virgínia, Alaska, Hawaii e Porto Rico, órgão que geriu os negócios exteriores dos Estados Unidos sobre esta zona de influência.

⁹⁶ SHAW, Paul V. “O ‘Império’ dos Estados Unidos.” *O Estado de S. Paulo*, 18/10/1936, p. 04.

⁹⁷ *idem*.

então procurara explorar e americanizar os povos considerados de baixa cultura – neste caso os latino-americanos – empreenderia o respeito e a cooperação mútua. As demais nações do continente viveriam sob suas próprias luzes, adaptando o exemplo da grande nação do norte às particularidades de suas tradições. De maneira quase idealizada, Paul V. Shaw concluiu seu artigo afirmando que era este o resoluto e irreprochável benefício originado pela Política de Boa Vizinhança.

Posteriormente, o periódico explorou os desdobramentos da Conferência Pan-Americana de Paz, realizada na cidade de Buenos Aires, em 1936, para tecer considerações sobre o espírito de tolerância que se irradiava pela América. Em novo artigo de Paul V. Shaw, a postura de Washington foi novamente felicitada:

Voltando ao presente, posso comunicar que as conversas que tive com os senhores Cordell Hull, Summer Welles, Herbert Fels e muitos outros da delegação norte-americana, convenceram-me de que *este grupo vai até Buenos Aires* imbuído da seriedade de sua responsabilidade e *com uma sincera simpatia pela América-Latina*, algo que não se notava nas delegações norte-americanas às outras conferências Pan-americanas.⁹⁸

Nesta Conferência foi estabelecido que os países do continente americano mantivessem uma postura de neutralidade em relação às movimentações bélicas que eram operadas na Europa. Em seguida, o diário recriminou o governo do México, já que o país abandonou a preconizada neutralidade quando enviou armas ao governo constitucional de Madri, que lutava contra a ascensão de Francisco Franco. Também foi criticada a atitude de Lázaro Cárdenas que, no contexto da Guerra Civil Espanhola, abriu as portas do México a milhares de refugiados.⁹⁹

Segundo *O Estado de S. Paulo*, uma das surpresas da Conferência Pan-Americana de Paz foi a cooperação que se deu, apesar de todas as dissensões de interesses, entre os governos dos Estados Unidos e do México. Representados pelo diplomata Francisco Najera, os mexicanos lideraram as nações de língua hispânica em diversas negociações concretizadas em Buenos Aires. O jornal destacou que o México, ao lado do Brasil, foi o país que mais havia contribuído para que as resoluções decididas em Buenos Aires estivessem em uníssono. O matutino assegurou, ainda, que o relacionamento entre norte-americanos e mexicanos se

⁹⁸ SHAW, Paul V. “A evolução do pan-americanismo atual.” *O Estado de S. Paulo*, 29/10/1936, p. 04, grifo nosso.

⁹⁹ LORE, Ludwig. “A intervenção estrangeira na Espanha.” *O Estado de S. Paulo*, 21/02/1937, p. 04.

encontrava em franco processo de transformação, embora o México simbolizasse todas as nações que, no passado, haviam sofrido os efeitos colaterais das políticas expansionistas de Washington. Conforme *O Estado de S. Paulo*, a posição dos Estados Unidos em relação ao México era digna de celebração, afinal, as agressões promovidas pelo governo nacionalista e socialista do México foram respondidas por uma louvável boa vontade. Desse modo, “Não se ouvem mais pedidos de intervenção ou críticas a um governo ‘comunista e ateu’, tampouco exigências de pressão armada contra um povo ‘bárbaro e índio que não sabe governar-se’”.¹⁰⁰

O diário paulistano destacou que a política de ameaças praticada por Washington no passado, quando houve inclusive uma intervenção armada dos Estados Unidos no porto de Veracruz, apresentava-se impraticável naquele momento, já que no país latino havia despertado a civilidade de uma verdadeira nação. De acordo com Shaw, a evolução mexicana se consumara com a política pan-americanista, que permitiu ao país colocar-se como igual em relação aos Estados Unidos. De modo quase romantizado, o diário afirmou que a dominação estadunidense, antes necessária e pedagógica, cedia pouco a pouco lugar à dialética das negociações. A visão propagada pel’*O Estado de S. Paulo* fomentou em seus leitores, provavelmente, a errônea ideia de que os Estados Unidos haviam abandonado os mecanismos de pressão que, em todos os momentos, salvaguardaram seus múltiplos interesses¹⁰¹. A fim de corroborar a proximidade existente entre os dois países, o periódico asseverou, inclusive, que a política rooseveltiana teria se inspirado “nas diretrizes do México revolucionário”¹⁰².

A nosso ver, as interpretações do jornal, que recriaram um cenário cortês e cavalheiresco no qual os conflitos interamericanos eram apaziguados por um grandioso nível de civilidade eram antes o resultado da eloquente retórica de seus colaboradores, e não das práticas que direcionaram as políticas exteriores em âmbito continental nos anos 1930. Em verdade, a Política de Boa Vizinhança se utilizou de outros meios para difundir a supremacia e a dominação norte-americana sobre a América. Antonio Pedro Tota demonstrou em seu *O imperialismo sedutor* como os Estados Unidos da América utilizaram elementos outros para assegurar sua hegemonia econômica no Brasil, mesmo sob os preceitos da Política de Boa Vizinhança. Segundo o autor, os norte-americanos disseminaram sua influência por meios culturais, propagando o *american way of life* através das grandes produções de Hollywood ou dos programas de rádio:

¹⁰⁰ SHAW, Paul V. “México e Estados Unidos.” *O Estado de S. Paulo*, 11/07/1937, p. 04.

¹⁰¹ “México e Estados Unidos.” *O Estado de S. Paulo*, 11/07/1937, p. 04.

¹⁰² *idem*.

Os artifícios empregados nessa “conquista” bem-sucedida foram os meios de comunicação, particularmente o rádio e o cinema, usados como parte da denominada Política de Boa Vizinhança, desenvolvida durante o governo Roosevelt. Sob a ameaça da conquista dos trópicos pelos nazistas, tentou-se atrair a simpatia pelo estilo de vida norte-americano, estratégia mais segura e eficaz do que a ameaça aberta de intervenção bélica. Nesse jogo, os norte-americanos elogiaram nosso café, nossa música e Carmen Miranda. Paramos de olhar para a Europa e passamos a admirar o progresso norte-americano, seu cinema, a indústria de *gadgets*, seu “moderno” estilo de vida. (TOTA, 2000, apud MARTES, 2001, n.p.)

Neste sentido, em lugar das armas e dos generais, característicos do período associado ao *big stick*, surgiram mecanismos muitos mais sutis e menos onerosos que, camuflados sob um ideal de cooperação pan-americanista, asseguraram a predominância estadunidense em todo o continente. *O Estado de S. Paulo*, a nosso ver, ao promover a Política de Boa Vizinhança procurou disseminar a cultura norte-americana para o público brasileiro em nível quase subliminar. Assim, era reafirmada muitas vezes a superioridade dos Estados Unidos perante uma Europa decadente, aturdida pelos horrores da Grande Guerra.

1.3.2. Desilusões e temores

Como veremos a seguir, a produção d’*O Estado de S. Paulo* em relação ao cenário diplomático interamericano se alterou bruscamente em consequência do decreto que ratificou a expropriação das companhias petrolíferas, o qual fora expedido por Lázaro Cárdenas em março de 1938. Depois de confirmada a nacionalização, o jornal passou a recriminar de modo veemente a Política de Boa Vizinhança, desqualificando, inclusive, um dos princípios que, desde sua gênese, orientara muitas de suas produções: a defesa da soberania nacional¹⁰³. Nas páginas do diário foram publicadas várias reportagens que, em geral, endossavam um discurso em favor de uma intervenção militar norte-americana no México. Aos olhos do matutino, o Departamento de Estado poderia justificar uma conduta mais agressiva devido à atitude temerária de Lázaro Cárdenas.

¹⁰³ As páginas de *O Estado de S. Paulo* defenderam ardentemente o princípio de soberania nacional. O jornal condenou de forma veemente as medidas intervencionistas praticadas pelas grandes nações. (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 125-126)

A tônica das críticas girou em torno de uma suposta inépcia ostentada por Washington em suas relações com os países latinos do continente. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, os estadunidenses teriam se descuidado de seus legítimos interesses no afã de apagar da memória latino-americana as antigas máculas de seu imperialismo. Depois da expropriação, Cordell Hull defendeu verbalmente os interesses lesados dos cidadãos norte-americanos, entretanto, não enviou uma nota de reprovação oficial ao gabinete de Lázaro Cárdenas, prática bastante comum em outros tempos. Neste sentido, o matutino paulistano recriminou a administração rooseveltiana que apresentava, naquele momento, uma irritante cordialidade “muda e moleirona”.¹⁰⁴

De acordo com artigo publicado por Paul V. Shaw, Washington deveria tratar os problemas em torno da expropriação de outra forma. O articulista, antes um entusiasta da Política de Boa Vizinhança, passou a censurar a posição sustentada pelo Departamento de Estado que, ao reconhecer o direito mexicano de expedir o famigerado decreto, havia abandonado os seus sem qualquer manifestação de solidariedade.

A nosso ver, é bastante evidente que os Estados Unidos foram estrategicamente menos intransigentes do que a Inglaterra em relação à expropriação devido aos sérios problemas que o nacionalismo alimentava na América Latina. Em uma escala de importância, naquele contexto em que a Alemanha procurava penetrar cultural e comercialmente as fronteiras latino-americanas, era fundamental para os norte-americanos manterem boas relações com os demais países do continente.

Não obstante, os redatores d'*O Estado de S. Paulo* não levaram este fator em consideração ao analisar o complexo relacionamento interamericano nos anos 1930. Em seus pontos de vistas, a expropriação das companhias de petróleo era consequência somente do esmorecimento da política externa norte-americana. Saudosamente, o diário paulistano lembrou que em outros tempos, com Woodrow Wilson, mediante a ousadia dos governos mexicanos nas questões referentes ao petróleo, o porto de Veracruz foi bombardeado, e que com Warren G. Harding e Calvin Colidge, tantas notas impertinentes foram enviadas ao país localizado ao sul do Rio Grande. Diante de tantos conflitos, encontrar um consenso entre a soberania de uma nação e as sagradas leis que regulamentavam o direito internacional seria, conforme *O Estado de S. Paulo*, a chave para obter as resoluções. Paralelo a isso, o periódico externou seu descontentamento para com as políticas nacionalizadoras que se irradiavam América Latina afora. De acordo com o jornal, tais políticas sempre gerariam conflitos e

¹⁰⁴ SHAW, Paul V. “O México e a boa vizinhança.” *O Estado de S. Paulo*, 27/04/1938, p. 04.

animosidades entre os vários países do continente, uma vez que seus interesses econômicos e políticos eram, necessariamente, conflitantes entre si.¹⁰⁵

Depois, ao discutir as eleições parlamentares que ocorreriam nos Estados Unidos em novembro, *O Estado de S. Paulo* atacou uma vez mais a Política de Boa Vizinhança. O matutino entendia que a aplicação dos princípios que orientavam o relacionamento entre os “bons vizinhos” afetava seriamente os negócios norte-americanos. De acordo com o diário, as consequências dos impasses que se originaram das divergências políticas com o México deslegitimavam as opções do Departamento de Estado:

*A oposição aprecia as conquistas maiores da política de boa vizinhança e reconhece as transformações que causou no ambiente americano, mas acha que Roosevelt, Hull e Welles foram de um extremo ao outro e a política do bom vizinho tornou-se mole, servil, e que resultou na exploração dos Estados Unidos, dos seus interesses e dos seus capitais, precisamente no setor onde essa política foi aplicada.*¹⁰⁶

Em conformidade com *O Estado de S. Paulo*, o decreto de 18 de março constituiu a prova de que a diplomacia de Washington havia se tornado “afeminada”, fraca e imprestável, incapaz de superar o audacioso desafio imposto por Lázaro Cárdenas. Segundo o discurso do matutino paulistano, o governo mexicano havia se mostrado bastante artiloso, uma vez que utilizara o espírito de cooperação entre os bons vizinhos para satisfazer suas pífidas ganâncias, como demonstraram a expropriação das companhias petrolíferas e a nacionalização de propriedades agrárias em posse de cidadãos norte-americanos. O periódico condenou também a posição dos Estados Unidos que, com o intuito de tornar-se um vizinho mais amistoso, colocou-se em uma situação de acanhamento diante dos países latino-americanos, tal como uma “namoradina”, cordial e subserviente.¹⁰⁷

Ao discurso de Cordell Hull, que havia reconhecido o direito mexicano de, como país soberano, nacionalizar as indústrias estrangeiras que lá se encontravam, seguiram-se nas páginas do diário as mais diversas recriminações. O termo “bom vizinho” passou a ser contestado e frequentemente censurado em virtude das muitas interpretações que suscitava. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, Franklin D. Roosevelt e Lázaro Cárdenas interpretavam o significado deste conceito de modos totalmente distintos. Neste sentido, o primeiro se

¹⁰⁵ SHAW, Paul V. “O México e a boa vizinhança.” *O Estado de S. Paulo*, 27/04/1938, p. 04.

¹⁰⁶ *O Estado de S. Paulo*, “Roosevelt, eleições e cisão”, 16/08/1938, p. 14, grifo nosso.

¹⁰⁷ *idem*.

privava das responsabilidades que cabiam ao chefe de uma grande potência; enquanto o segundo, oportunamente, beneficiava-se de uma situação delicada para promover políticas temerárias, antiéticas e inclinadas ao socialismo. O diário, no entanto, enfatizou que enquanto o restante do planeta se encontrava à beira de uma hecatombe, em virtude da guerra que se desenrolava na Europa, a América debatia por meio de notas veementes, porém corteses e legalizadas, as dissensões que opunham os interesses de seus países. Neste cenário, de acordo com *O Estado de S. Paulo*, tanto os cidadãos mexicanos quanto os norte-americanos procuravam examinar suas desavenças de modo objetivo, abstendo-se dos infrutíferos julgamentos que os ânimos exaltados geralmente propiciavam. O jornal celebrou, assim, o fato de que a civilização americana, ao invés de medir os calibres de seus canhões, discutia as interpretações acerca de um conceito, neste caso, o de “bom vizinho”, no âmbito do direito internacional.¹⁰⁸

Em suas análises, como vimos, *O Estado de S. Paulo* abordou as muitas transformações que a política exterior estadunidense promoveu em relação ao governo de Lázaro Cárdenas e dos demais países latino-americanos na segunda metade dos anos 1930. Em conformidade com o periódico, a propagação da nova corrente imperialista promovida por Washington, naquele momento, era perfeitamente cabível. O posicionamento do Departamento de Estado se alterou radicalmente em relação a certos países da América Latina – como o México, por exemplo – tornando-se mais expansionista e agressivo. O matutino paulistano justificou esta nova conduta e afirmou que após a conquista da Abissínia e da Tchecoslováquia pelos alemães, o imperialismo necessitou, infelizmente, revigorar-se. Esta justificativa, que demonstrava a nobreza de uma grande nação que voluntariamente se expunha ao ódio de outros povos a fim de defendê-los, procurou apenas fomentar dramaticamente um aspecto emocional que, de fato, legitimasse uma nova onda de dominação. Em verdade, os Estados Unidos mudaram a tônica de sua política exterior em decorrência da expropriação levada a cabo por Lázaro Cárdenas, com o intuito de pressionar o México a revogar a decisão que prejudicou grandes empresários norte-americanos¹⁰⁹. Em relação a estes novos rumos, *O Estado de S. Paulo* reiterou seu horror às práticas imperialistas, contudo defendeu de modo ardente o ponto de vista estadunidense, afirmando que a calamitosa situação no continente não permitia vacilações e brechas nas negociações. A nova posição imperialista ostentada por Washington, assim, era digna de celebração.¹¹⁰

¹⁰⁸ *O Estado de S. Paulo*, “O anverso da medalha mexicana”, 31/08/1938, p. 14.

¹⁰⁹ *O Estado de S. Paulo*, “Confisco e compensação”, 27/08/1938, p. 02.

¹¹⁰ SHAW, Paul V. “Amistosa advertência.” *O Estado de S. Paulo*, 11/12/1938, p. 04.

Tais discussões, no contexto dos anos 1930, relacionaram-se diretamente com a penetração da Alemanha no cenário econômico do continente americano. Neste ínterim, *O Estado de S. Paulo*, em mais de uma oportunidade, defendeu que a política de livre comércio sustentada por Cordell Hull deveria ser convertida em um intercâmbio de permutas, tal como o praticado pelos alemães, pois, somente mediante tal postura, os Estados Unidos recuperariam a hegemonia comercial que até então havia caracterizado suas relações para com os outros países do continente. Desse modo, a boa saúde econômica da grande nação não padeceria, assim como a tendência liberal e democrática existente no continente. O diário paulistano asseverou, inclusive, que os países que negassem sua “boa amizade” aos estadunidenses deveriam ser condicionados a adotarem tal postura. O periódico chamou a atenção, inclusive, para o fato de que a grande nação capitalista, caso não obtivesse a cooperação espontânea dos países sob sua zona de influência, dispunha de uma série de mecanismos que, se bem empregados, os convenceriam de que a não cooperação estimulava suas próprias decadências. Dentre estes mecanismos, o principal era aquele composto pelo fator econômico, pois, em geral, nenhuma das nações americanas possuía condições de arcar com os efeitos negativos advindos de um mau relacionamento com Washington. Cedo ou tarde, esses países se sujeitariam à tão necessária liderança norte-americana, através da qual o Departamento de Estado poderia, finalmente, proteger o continente de uma suposta marcha nazifascista.

Para *O Estado de S. Paulo*, o caráter defensivo da diplomacia de Washington, comprovado por sua paciência em relação ao México e seu programa revolucionário, deveria urgentemente ceder lugar à firmeza de outrora. Às vésperas da Oitava Conferência Pan Americana, a realizar-se em Lima, em 1938, o cenário continental se apresentava, conforme o diário paulistano, desalentador. A Alemanha, a Itália e o Japão se mostravam fortes e imperialistas, enquanto a Sociedade das Nações jazia decrépita e moribunda. A fim de reconstruir um cenário no qual a intervenção norte-americana se justificasse, o matutino se utilizou de numerosas alegorias. Em suas páginas, França e Inglaterra, em completa submissão, curvavam-se perante Hitler e Mussolini, enquanto as nações latino-americanas flertavam abertamente com o terror das doutrinas totalitárias. O crescente comércio alemão, que se expandia a passos largos por todos os cantos do continente, reproduzia um cenário de caos social que seria superado somente com a energia vigorosa dos Estados Unidos.¹¹¹

¹¹¹ SHAW, Paul V. “Amistosa advertência.” *O Estado de S. Paulo*, 11/12/1938, p. 04.

Acerca deste cenário caótico, *O Estado de S. Paulo* publicou inclusive conjecturas sobre um possível confronto armado que envolveria os Estados Unidos e o México, mergulhando a América no terror que afligia a Europa. De acordo com o matutino, os interesses norte-americanos e britânicos só poderiam ser restabelecidos mediante uma intervenção armada, já que Lázaro Cárdenas, em sua resolução, contava com o irrestrito apoio popular. Uma vez mais, o diário afirmou que o espectro belicoso que pairava no horizonte mundial exigia que os Estados Unidos partissem em auxílio das ameaçadas democracias. A despeito de constituir uma prática imperialista, uma política expansionista sobre o continente americano, neste sentido, encontrava-se completamente justificada¹¹². Conforme *O Estado de S. Paulo*, o embargo econômico desferido sobre o México, por exemplo, teria levado o general Lázaro Cárdenas a afirmar que, caso as companhias não aceitassem a compensação que lhes cabia, venderia o petróleo mexicano a qualquer país que por ele se interessasse. Mediante a possibilidade de Alemanha, Itália e Japão estabelecerem um contrato junto aos mexicanos, a fim de obterem o petróleo expropriado, o periódico reiterou a necessidade de Washington interferir de modo mais efetivo em relação aos muitos problemas que assolavam as relações interamericanas.¹¹³

A partir de março de 1939, vários artigos de autoria de Hubert Renfro Knickerbocker¹¹⁴ foram publicados no matutino paulistano, atendo-se especificamente ao relacionamento diplomático que envolvia Estados Unidos e México. Estas interpretações ratificaram a posição crítica que *O Estado de S. Paulo* direcionou às polêmicas escolhas do governo mexicano. O diário, por meio de Knickerbocker, uma vez mais recriminou as práticas políticas do cardenismo:

O general Cárdenas é mais do que o chefe de Estado Mexicano, sob um sistema que confere ao presidente mexicano poderes ditatoriais. Ele é o último chefe da revolução mexicana que, iniciada em 1910, ainda não chegou ao seu termo. E não apenas o último, mas o mais energeticamente socialista e, ao mesmo tempo mais acirradamente nacionalista.¹¹⁵

¹¹² CLOSE, Upton. “A disciplina mexicana.” *O Estado de S. Paulo*, 01/01/1939, p. 04.

¹¹³ KNICKERBOCKER, H. R. “O México e a política de Boa Vizinhança.” *O Estado de S. Paulo*, 05/03/1939, p. 04.

¹¹⁴ Jornalista norte-americano graduado na Southwestern University, em 1917. Por meio de seus artigos condenou veementemente as alternativas políticas que enveredaram por caminhos autoritários, como o fascismo, o nazismo e o stalinismo. (*Knickerbocker, Hubert Renfro*. Disponível em: <<http://www.tshaonline.org/handbook/online/articles/fkn03>>. Acesso em: 22/12/2013.)

¹¹⁵ *idem*.

Estes artigos condenaram também a maneira artificiosa com a qual o México conduziu sua política exterior, que visava, segundo o jornal, obter vantagens em face da expansão das doutrinas totalitárias:

A política de “boa vizinhança” foi imaginada pelo governo de Washington para conquistar a confiança e a amizade da América Latina, que é útil ao comércio em tempo de paz, e de importância vital em tempo de guerra, sendo ainda sua finalidade combater os agressivos países imperialistas totalitários, que negociam à base de permuta [...] Dessas premissas a conclusão que se tira nos círculos oficiais mexicanos é que os Estados Unidos, tendo em mira a defesa dos direitos de proprietários, nunca procurará exercer pressão sobre o México.¹¹⁶

As matérias subsequentes taxativamente desqualificaram o México cardenista. Em conformidade com o jornal, o país latino respondia de modo bastante ingrato aos sinceros esforços cooperativos de Washington. Com frequência, *O Estado de S. Paulo*, associou o evento da expropriação à expansão do nazi-fascismo pelo continente, alertando para os prejuízos da presença alemã que se fazia cada vez mais maciça¹¹⁷. O jornal, inclusive em tom abertamente conspiratório, publicou artigo sobre supostas ameaças “lúgubres e apocalípticas” que se erguiam naquele momento contra os Estados Unidos. Primeiro, foram mencionadas bases submarinas que seriam instaladas no golfo de Tehuantepec – o golfo meridional do México – que tinham por intenção destruir completamente o canal do Panamá; depois, afirmou-se que estas bases seriam alojadas também no golfo da Califórnia, possibilitando assaltos aéreos à costa ocidental dos Estados Unidos; em seguida, o jornal sugeriu que poderosas rádios italianas e japonesas, capazes de estabelecer comunicação direta com Berlim, Roma e Tóquio, estavam sendo secretamente instaladas no México; e finalmente, *O Estado de S. Paulo* fez um alerta sobre as tramitações que procuravam criar no México uma força antiamericana provocadora, com a única função de manter, de modo constante, efetivos mobilizados à fronteira do Rio Grande.¹¹⁸

O periódico se mostrou decepcionado em relação à política externa mantida por Washington. Segundo H. R. Knickerbocker, os algarismos impressionantes do comércio

¹¹⁶ KNICKERBOCKER, H. R. “O México e a política de Boa Vizinhança.” *O Estado de S. Paulo*, 09/03/1939, p. 04.

¹¹⁷ KNICKERBOCKER, H. R. “O México e a política de Boa Vizinhança.” *O Estado de S. Paulo*, 14/03/1939, p. 04.

¹¹⁸ KNICKERBOCKER, H. R. “O México e a política de Boa Vizinhança.” *O Estado de S. Paulo*, 22/03/1939, p. 04.

praticado entre alemães e mexicanos decorriam da fraqueza do Departamento de Estado, que beneficiava a Política de Boa Vizinhança em detrimento da segurança continental. O diário criticou abertamente o fato de os alemães terem vendido ao México um total de, aproximadamente, 20 milhões de dólares no ano de 1938, número que dobrava as cifras de quatro anos antes, quando Cárdenas assumira a presidência.¹¹⁹

Conforme o periódico, o presidente Lázaro Cárdenas, de modo consciente, calculava ceder aos maquiavélicos estratagemas do Eixo para, em troca, barganhar junto aos Estados Unidos, e em posição bastante vantajosa, a aceitação de todas as suas imposições. Frente a este cenário altamente crítico, o jornal reiterou a necessidade dos países latino-americanos se posicionarem em face da expansão nazista, aliando-se aos Estados Unidos. Os estudos de Francisco Luiz Corsi, de modo preciso, definiram esta conjuntura política:

Na segunda metade dos anos 1930, a situação mundial deteriorou-se rapidamente. A política armamentista de Hitler e sua tentativa de redefinir a posição da Alemanha na ordem internacional (que começou com a ocupação da Renânia), somadas à invasão da Etiópia pela Itália, ao expansionismo japonês na Ásia e à guerra civil espanhola, acirraram as disputas interimperialistas por áreas de influência [...]

A América Latina, nesse contexto, foi alvo de acirrada disputa entre os EUA e a Alemanha. (CORSI, 1999, p. 51)

Estas discussões empreendidas pel’*O Estado de S. Paulo* demonstravam o temor ante a política externa praticada pelos países latino-americanos e se relacionaram, a nosso ver, a uma série de debates que fervilhavam no Brasil. Como destacaram as pesquisas de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (1992), a política externa brasileira, no final dos anos 1930, utilizou-se de uma postura dúbia para negociar mercadorias tanto com os Estados Unidos quanto com a Alemanha. Ao primeiro direcionou o livre-comércio, e ao segundo o comércio compensado, teoricamente proibido pelos tratados de livre-comércio.

O intercâmbio brasileiro com a Alemanha, aliás, a exemplo do que ocorria no México cardenista, alargou-se vultuosamente, passando a rivalizar com os números que eram característicos da relação com os Estados Unidos, até então o parceiro comercial mais tradicional do país. Em 1934, no quadro geral do comércio externo brasileiro a Alemanha ocupava o terceiro lugar quanto às exportações, absorvendo 14% da produção local, e o

¹¹⁹ KNICKERBOCKER, H. R. “O México e a política de Boa Vizinhança.” *O Estado de S. Paulo*, 18/03/1939, p. 04.

segundo quanto às importações, com um volume de vendas estipulado em 13%. Quatro anos depois, no entanto, os alemães figuravam como o principal fornecedor do Brasil, vendendo ao país 25% de tudo o que era consumido, e o segundo lugar quanto ao que era vendido, absorvendo 19% de todas as exportações brasileiras.¹²⁰

Os norte-americanos, evidentemente, conheciam esta situação; todavia, a promoção dos ideais pan-americanistas permitiram ao Brasil maior liberdade e autonomia. A política externa dos Estados Unidos agia, assim, visando aspectos estratégicos que priorizavam muitas vezes interesses políticos em detrimento de aspectos econômicos. Como observamos nos eventos relacionados à expropriação das petrolíferas, aos Estados Unidos era necessário evitar indisposições diplomáticas:

O governo dos EUA não adotou medidas retaliatórias contra o Brasil, apesar de ter condições para tanto. Essa atitude deveu-se provavelmente ao desejo de não pôr em risco a política de boa vizinhança e ao receio de que retaliações pudessem levar o Brasil a aproximar-se ainda mais da Alemanha, o que denotava os limites do poder norte-americano. (CORSI, 1999, p. 61)

Gerson Moura (1980, p. 21) definiu com propriedade a tônica da política externa brasileira a partir de 1935. Aproveitando-se das disputas ideológicas que contrapunham os Estados Unidos à Alemanha, com a finalidade de obter vantagens econômicas, o Brasil praticou a “equidistância pragmática”¹²¹, situação que se encerrou somente em 1941; quando, em consequência da missão Aranha, ou seja, a visita do ministro e chanceler brasileiro aos Estados Unidos, em 1939, foram assinados os Acordos de Washington.

Neste sentido, *O Estado de S. Paulo* condenou o posicionamento da política exterior varguista. Suas asseverações em relação à política exterior do cardenismo, que de modo tão frequente e veemente foi relacionada aos meios que engendrariam uma suposta penetração nazifascista no continente americano, foram utilizadas pelo diário de duas maneiras distintas. Primeiro, para reprovar o governo mexicano em vista de seu suposto socialismo; segundo, para deslegitimar o varguismo e suas escolhas políticas assentadas sobre o autoritarismo e os

¹²⁰ Conselho Federal de Comércio Exterior, 1944, p. 229, 238-239, apud CORSI, 1999, p. 60.

¹²¹ Segundo Gerson Moura, a “equidistância pragmática” era a posição que o Brasil assumiu em relação à Alemanha e aos Estados Unidos. O varguismo, ao flertar ideologicamente com os díspares regimes, colocava-se em favor daquele que lhe trouxesse maiores benefícios. (MOURA, 1980, p. 23)

flertes com o eixo Berlim-Roma. Enfatizou-se, desse modo, o papel do jornal como órgão de oposição ao varguismo.

Nossas afirmações decorrem do fato de que o governo brasileiro também se utilizava de posições ambíguas a fim de obter vantagens econômicas. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (1992), por exemplo, afirmaram que a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, localizada em Volta Redonda, decorreu das pressões que o governo brasileiro, por meios diplomáticos, exerceu sobre os Estados Unidos. Aquele era o momento propício para tais práticas, já que os norte-americanos, encurralados, necessitavam atrair o apoio do Brasil, pois temiam que outro, provavelmente a Alemanha, o fizesse em seu lugar. Conforme destacou Moura (1980, p. 152-155), Vargas pressionou os norte-americanos a tomarem uma posição definitiva em relação à questão siderúrgica. Caso os Estados Unidos não passassem a colaborar direta e substancialmente com o desenvolvimento econômico brasileiro o país recusaria uma colaboração mais íntima com o Departamento de Estado.

Notou-se que o discurso do periódico em relação ao cardenismo manteve uma constância crítica, que se intensificava na medida em que Lázaro Cárdenas aprofundava seu avançado programa de reformas políticas. Os colaboradores de *O Estado de S. Paulo*, a nosso ver, compactuaram de modo geral com o projeto político sustentado pelo núcleo diretor, demonstrando em suas produções um apreço ao liberalismo político e econômico; apesar de, em algumas ocasiões, termos verificado certa polissemia em suas interpretações.

Entendemos que estes posicionamentos menos ácidos se deram em virtude das necessidades que a conjuntura política brasileira impunha ao periódico naquele momento, e não da simpatia que os redatores e colaboradores do diário nutriam em relação ao cardenismo. As análises que tecemos em relação à candidatura de Armando de Salles Oliveira nos servem, neste caso, como sólido exemplo. De modo frequente, o discurso do jornal acerca do cardenismo, geralmente em tom condenatório, vinculou-se a debates que eram, antes de qualquer coisa, importantes para o Brasil. Afirmamos, assim, que *O Estado de S. Paulo*, em seu ideal oposicionista, utilizou-se da experiência mexicana para deslegitimar uma série de posições do Estado varguista.

Capítulo 2.
A política cardenista no *Correio da Manhã*

O governo de Lázaro Cárdenas del Río foi assiduamente explorado pelos jornalistas do *Correio da Manhã* e representado, em geral, em seus aspectos positivos, principalmente depois do ano de 1936, quando as opiniões do diário acerca das práticas cardenistas deixaram as oscilações de lado para se tornarem quase que unanimemente favoráveis às medidas adotadas pelo presidente mexicano.

Poder-se-ia conjecturar que o *Correio* reprovava o cardenismo de alguma maneira, associando-o ao comunismo ou ao radicalismo de esquerda, afinal seu posicionamento esteve atrelado em alguns aspectos à defesa de princípios do liberalismo. A despeito disso, as interpretações do *Correio* seguiram em outra direção, pois o cardenismo foi, em muitos momentos, abordado como um sólido e benéfico exemplo, digno de ser imitado pelas autoridades brasileiras. Verificamos que o corpo editorial do jornal, em questões consideradas fundamentais para o desenvolvimento e o progresso nacional, tais como a exploração agrária ou petrolífera, utilizou-se do cardenismo como referencial positivo, apresentando-o como alternativa capaz de satisfazer as necessidades da sociedade brasileira.

A fim de analisar como o jornal carioca apreendeu o cardenismo, dividimos este capítulo em duas seções. Inicialmente, procuraremos demonstrar como o *Correio da Manhã* externou eloquente admiração ao se referir ao presidente Lázaro Cárdenas. De certa maneira, esta decorreu de uma visão bastante idealizada sustentada pelo núcleo diretor do periódico em torno da figura do presidente mexicano, que ora era representado como um indivíduo dotado de inteligência assombrosa, ora como possuidor de uma retidão inabalável. Tal percepção, bastante favorável ao indivíduo Lázaro Cárdenas, era a consequência manifestada da visão positiva com a qual os redatores do jornal apreendiam sua obra, ou seja, as políticas por ele empreendidas.

Depois, abordaremos em análise três “lições do cardenismo” que, segundo o *Correio da Manhã*, representavam caminhos de gestão para as autoridades brasileiras.

A primeira “lição” está relacionada à “questão do petróleo” no México e ao episódio que culminou na expropriação das companhias petrolíferas, consumada por Lázaro Cárdenas a 18 de março de 1938. A interpretação do jornal foi determinada muitas vezes por discussões que antes de pensarem no México cardenista se referiram à exploração do petróleo no Brasil – exploração esta, aliás, pela qual o *Correio da Manhã* empreendeu uma verdadeira campanha nos anos 1930.

A segunda “lição” se refere à “questão agrícola” e ao modelo de exploração agropecuário empreendido durante o cardenismo, fornecidos ao Brasil pelo corpo editorial do

diário como alternativa eficiente para muitos problemas que afligiam os produtores locais, bem como para tecer uma série de críticas às políticas agrárias do varguismo.

A terceira e última “lição” apresentada pelo *Correio da Manhã* como exemplar para o Brasil, segundo o núcleo diretor do diário carioca, diz respeito à “questão educacional” e às reformas que a política cardenista projeto no cenário escolar mexicano.

Tais análises se justificam porque o periódico fluminense, ao discutir as ações de Lázaro Cárdenas em cada um desses âmbitos, reafirmava o projeto político que, segundo os seus diretores e colaboradores, alavancaria o desenvolvimento econômico, social e político no Brasil.

2.1. Lázaro Cárdenas

O presidente Lázaro Cárdenas frequentou assiduamente as páginas do *Correio da Manhã* durante o sexênio em que governou o México. A primeira menção ao seu nome ocorreu ainda durante a campanha eleitoral que culminou em sua vitória, no ano de 1934. Em uma reportagem de primeira página, o periódico carioca destacou que o Partido Nacional Revolucionário, reunido em Querétaro, escolhera Cárdenas como representante para as eleições a serem realizadas em julho. A reportagem exibia ainda uma fotografia de Plutarco E. Calles, que com o semblante austero e sisudo ilustrava sua força no cenário político mexicano. Neste sentido, percebe-se que a candidatura de Cárdenas fora pessoalmente avalizada e aprovada por Calles.¹²²

Ao longo do ano de 1934, outras reportagens acerca do processo eleitoral mexicano foram publicadas no *Correio da Manhã*. Às vésperas do pleito, o diário carioca reportou aos seus leitores os conflitos oriundos da campanha, asseverando ainda que a vitória de Lázaro Cárdenas era uma realidade, pois “Nos círculos oficiais se considera consumada a vitória do general Cárdenas, e não se acredita que as eleições presidenciais degenerem em levantes armados”¹²³. Depois, por meio de nova reportagem, o matutino informou que as previsões haviam se confirmado, e que Lázaro Cárdenas fora eleito presidente do México com a maioria esmagadora dos votos. O periódico destacou que o eleito daria continuidade à política vigente,

¹²² *Correio da Manhã*, “A futura presidência do México”, 03/01/1934, p. 01.

¹²³ *Correio da Manhã*, “A luta política na república mexicana”, 04/05/1934, p. 08.

ou seja, se sujeitaria à liderança do “Chefe Máximo” da Revolução Mexicana, Plutarco E. Calles.¹²⁴

No início de 1935, o *Correio da Manhã* teceu sua primeira opinião em relação ao novo presidente do México. Por meio de um breve editorial, podemos concluir que os redatores do diário observavam a ainda desconhecida figura de Lázaro Cárdenas com um tímido otimismo:

[...] durante uma hora, diariamente, é permitido ao povo utilizar-se gratuitamente do Telégrafo Nacional para dirigir suas sugestões e reclamações ao presidente Cárdenas [...] A média diária de telegramas recebidos é de 500 [...] Os funcionários do palácio presidencial respondem a cada uma das mensagens, depois de, pessoalmente, receberem as instruções do presidente Cárdenas [...] No Brasil, o povo tem apenas a imprensa consigo, enquanto viva for.¹²⁵

Ao elogiar o interesse pessoal de Cárdenas pelo cotidiano do povo mexicano, o *Correio da Manhã*, que nos anos 1930 se configurou como um implacável opositor do governo Vargas, deu um exemplo de como era crítico em relação ao presidente do Brasil. É nítido que aos olhos dos redatores, o povo brasileiro, em suas lutas, podia contar apenas com a imprensa séria e engajada, patamar no qual certamente inseriam o *Correio da Manhã*. Em contrapartida, o Poder Executivo, instância representada pelo presidente Vargas, foi balizado como uma figura etérea e distante, desvinculada dos dramas e problemas que afligiam a maior parte da população brasileira.

Depois desta primeira abordagem favorável, a opinião do *Correio da Manhã* acerca de Lázaro Cárdenas oscilou bastante. Em certas ocasiões, o periódico fluminense externou desconfiança em relação às intenções do presidente mexicano. No ano de 1935, por exemplo, quando o movimento operário propagou uma poderosa onda grevista que varreu todo o México, reportagens que repreendiam o general michoacano vieram à tona. De acordo com o jornal, com a finalidade de obter maior força política, e no contexto da crise que o colocava em rota de colisão com Plutarco E. Calles, Lázaro Cárdenas procurou aproximar-se das camadas operárias, oferecendo sua solidariedade ao movimento grevista. A sinceridade deste gesto foi questionada pelos redatores e colaboradores do diário, que o entendiam como uma estratégia fria e exclusivamente política.

¹²⁴ *Correio da Manhã*, “A eleição presidencial no México”, 04/07/1934, p. 03.

¹²⁵ *Correio da Manhã*, “Reclamações ao telégrafo”, 13/02/1935, p. 04.

Na coluna “Pingos e Respingos”, sessão do jornal que abordava questões políticas e cotidianas de modo irônico e jocoso, Cyrano & Cia¹²⁶ asseverou que, ao se mostrar simpático às reclamações do operariado mexicano, Lázaro Cárdenas se utilizava de ferramentas arditas muito comuns entre os estadistas, que tão odiosamente procuravam enganar o povo. Neste sentido, o jornalista criticou o presidente Getúlio Vargas, afirmando que Cárdenas, enquanto não provasse o contrário, tão-somente seguia os passos do presidente brasileiro, o grande mestre na “escola de despistamento” que estruturava o mundo da política. Esta posição demonstra como o diário carioca, de início, apresentou receio em relação ao cardenismo porque, antes de qualquer coisa, era pessimista em relação ao varguismo. Ademais, percebemos que as interpretações do *Correio da Manhã* acerca de acontecimentos que se davam no México cardenista determinavam-se, sobretudo, por questões de âmbito doméstico. O cardenismo foi utilizado para discutir aspectos que, na verdade, diziam respeito à conjuntura política brasileira dos anos 1930.

Ao longo do ano de 1935, a postura de desconfiança que o *Correio da Manhã* direcionava a Lázaro Cárdenas foi reafirmada. Como exemplo das reportagens que refletem esta tendência, destaca-se o texto publicado outra vez na coluna “Pingos e Respingos”, no qual a decisão do general michoacano em favor dos rebeldes espanhóis, quando lhes enviou armas no contexto da Guerra Civil Espanhola, foi reprovada. Conforme Cyrano & Cia, o excedente bélico mexicano, necessário nos distantes tempos de sua “famosa” revolução, encontrava-se obsoleto naquele momento. Desse modo, os “comunistas espanhóis” apoiados por Lázaro Cárdenas fariam melhor uso daqueles arsenais. Tal censura vai de encontro às posições apresentadas pelo periódico em relação aos assuntos diplomáticos interamericanos. Como veremos adiante, o *Correio da Manhã* preconizava a união dos povos latinos dentro de um cenário de interação pan-americanista, e ressaltava a importância de que as nações do continente se afastassem dos desdobramentos das políticas imperialistas vigentes na Europa.¹²⁷

Todavia, gradualmente, o *Correio da Manhã* reconsiderou suas interpretações sobre a experiência cardenista, alicerçando uma sólida posição de apoio ao presidente do México. Conforme avançava o governo de Lázaro Cárdenas, e tão mais enfáticas se mostravam as políticas reformistas empreendidas pelo general michoacano, mais favoráveis e elogiosas se

¹²⁶ Cyrano & Cia era, na verdade, o pseudônimo de Helios Bastos Tigre, poeta e humorista pernambucano. Durante 53 anos escreveu para o *Correio da Manhã*, utilizando-se de sátiras para discorrer sobre assuntos do cotidiano carioca ou de acontecimentos políticos importantes para o Brasil. Caracterizou-se pelo seu notável e afiado senso de humor. (*Bastos Tigre*. Disponível em: <<http://www.bn.br/periodicosliteratura/index.php/titulos-e-personagens/personagens/bastos-tigre/>>. Acesso em: 17/10/2014.)

¹²⁷ *Correio da Manhã*, “Pingos e Respingos”, 20/01/1937, p. 02.

tornavam as representações construídas pelo periódico com relação ao cardenismo. Ressaltamos que esta simpatia se atrelava a variadas discussões sobre o futuro do Brasil. A imagem de Cárdenas, inicialmente oscilante, consolidou-se de modo bastante positivo ao longo do ano de 1936, sobretudo em decorrência das intervenções efetivadas pelo presidente nos cenários educacional e agropecuário mexicano. A partir de março de 1938, momento em que o presidente do México decidiu expropriar as companhias petrolíferas inglesas e norte-americanas, os editoriais e artigos do diário carioca passaram a exaltar a figura de Lázaro Cárdenas, externando reverência e admiração a um líder dotado de tamanha força.

Em abril de 1938, Urbano de Castro Berquó¹²⁸, por meio de um artigo, afirmou que Lázaro Cárdenas sepultara completamente os ecos fantasmagóricos do Porfiriato. Segundo o articulista, o presidente mexicano era um dos mais enérgicos e mais hábeis estadistas do continente americano e vinha, desde o início de seu governo, colocando em prática um arrojado programa de reformas no país. Conforme Berquó, o Plano Sexenal elaborado por Cárdenas em 1935 já se mostrava vitorioso no início de 1938, afinal promovia a rápida e eficiente industrialização do país. Em relação à revolução, Cárdenas representava a renovação da luta esmorecida nos tempos em que Plutarco E. Calles a comandara.

Aliás, o binômio Cárdenas-Calles foi utilizado por Urbano Berquó para enaltecer o primeiro, sempre em detrimento do segundo:

De um cinismo só igual a sua própria capacidade, Calles, que em poucos anos se transformou de pobretão em multimilionário, fantasiou-se de *libertador* do México do que ele chamava os elementos de opressão colonial [...]
Cárdenas, porém, resolveu seguir uma via completamente diversa: é inegável, com efeito, que graças à sua ação pessoal, a questão religiosa do México, e tantos outros assuntos, encaminham-se agora para uma feliz solução.¹²⁹

De acordo com o artigo, Calles fora um nefasto e corrupto caudilho que, durante o período em que comandara a política do país, arruinou a vida de muitos mexicanos devido à

¹²⁸ Nascido em Araguari, Minas Gerais, Urbano de Castro Berquó foi militar antes de se tornar jornalista. A partir de 1929, passou a compor parte do quadro redacional do *Correio da Manhã*. Amigo de Paulo Bittencourt, no *Correio*, Berquó versou sobre política, economia e relações internacionais. O México do final dos anos 1930 despertou o interesse de Berquó, autor de uma série de artigos e editoriais acerca do cardenismo que são abordados neste trabalho. (*Urbano de Castro Berquó*. Disponível em: <<http://academiagoianadeletras.org/membro/urbano-de-castro-berquo/>>. Acesso em: 17/10/2014.)

¹²⁹ BERQUÓ, Urbano de C. “D. Porfírio morreu”. *Correio da Manhã*, 07/04/1938, p. 04, grifo do autor.

sua intolerância religiosa. Lázaro Cárdenas, por outro lado, foi representado como uma espécie de pacificador, responsável por colocar termo a um período conturbado e ruinoso que trouxe muitos prejuízos e fragmentação à pátria mexicana.

Acerca da expropriação das companhias petrolíferas, Berquó congratulou Cárdenas por sua coragem e seu “notável senso de oportunidade”. Em conformidade com o artigo, o presidente mexicano forneceu um exemplo sólido às nações latino-americanas, demonstrando que um governo, quando apoiado pela opinião unânime de seu povo, era capaz de enfrentar em igualdade de força os ambiciosos interesses estrangeiros. O articulista aclamou ainda a louvável conduta de Franklin D. Roosevelt em todo este episódio; já que ele, em todos os momentos, respeitou a soberania do Estado mexicano. Para o *Correio*, o presidente dos Estados Unidos fora bastante arguto diferenciando os interesses nacionais dos interesses do *big business*, evitando uma indisposição desnecessária com o México. Ademais, Berquó acreditava que a coragem de Cárdenas em enfrentar os petroleiros fornecia a Roosevelt a oportunidade de colocar à prova os amistosos discursos da *good neighbor policy*.

Finalmente, Urbano de Castro Berquó, ao concluir seu longo artigo, asseverou que as mudanças operadas no México por Lázaro Cárdenas inauguravam a existência de um novo momento na história do país. De acordo com o jornalista, o general michoacano colocou fim a uma situação predatória, que se estendia desde o final do século XIX, quando os interesses anglo-americanos se sobrepunham aos interesses nacionais e determinavam a vida política mexicana.¹³⁰

Através de novo artigo, em julho de 1938, Urbano de C. Berquó reafirmou a deferência com a qual o *Correio da Manhã* apreendia o governo de Lázaro Cárdenas. Em novas comparações, o presidente mexicano foi felicitado, enquanto o destituído Plutarco E. Calles, outrora “Chefe Máximo” do processo revolucionário, foi bastante criticado. Berquó, a fim de justificar sua posição, garantiu que um dos esteios da política callista, a “questão religiosa”, não constituiu nada além de uma distração, um ardil utilizado com finalidades escusas. Em seu ponto de vista, “Calles transformara o catolicismo em bode expiatório de todos os erros e crimes de seu próprio *sistema*”¹³¹, empreendendo uma maciça perseguição aos cristãos com o único intuito de “desviar a atenção do povo para as delapidações cometidas de modo continuado pela camarilha callista”.¹³²

¹³⁰ *idem*.

¹³¹ BERQUÓ, Urbano de C. “O presidente Cárdenas e os católicos”. *Correio da Manhã*, 07/07/1938, p. 04, grifo do autor.

¹³² *idem*.

É neste cenário que o jornalista insere Lázaro Cárdenas, retratado com a pompa de um verdadeiro herói. Segundo o artigo, o presidente mexicano era um homem diferenciado, dotado de uma honestidade inquebrantável. Sua inabalável força teria posto termo ao nefasto Maximato, e retirado o México de uma condição semicolonial:

O presidente Cárdenas, que recebeu votos da quase unanimidade do eleitorado mexicano, assumiu o governo firmemente decidido a realizar uma política de caráter verdadeiramente *nacional*, quer dizer, inteiramente livre das solicitações de quaisquer interesses partidários, de classe ou de regiões determinadas. Ao verificar a sinceridade das propostas e a honestidade dos processos de Cárdenas, o até então onipotente Calles resolveu fazer com ele o que anos atrás havia feito com o ingênuo Ortiz Rubio: isto é, forçá-lo a renunciar. Mas Cárdenas não se impressionou com a fúria do caudilho e após aconselhar-lhe calma resolveu, por não ter sido atendido, destroçar toda a máquina partidária e enviá-lo para o estrangeiro.¹³³

Ainda durante o ano de 1938, ao cobrir um marcante episódio da história política do período pós-revolucionário mexicano, o *Correio da Manhã* reafirmou sua admiração à administração desenvolvida pelo presidente Lázaro Cárdenas. Trata-se da cobertura acerca da rebelião deflagrada pelo general Saturnino Cedillo, iniciada a 18 de maio daquele ano.

Em aspectos historiográficos, são variadas as interpretações que procuram explicar as causas da rebelião cedillista; uma primeira vertente, compartilhada por historiadores e cientistas sociais¹³⁴, afirma que o levante¹³⁵ resultou da incompatibilidade de estruturas necessárias durante a fase armada da Revolução Mexicana, como o poder particular dos chamados *caciques*, entre os anos 1910 e 1920, para com o momento em que o processo revolucionário fora completamente institucionalizado por Lázaro Cárdenas, entre os anos de 1934 e 1938. Desse modo, o poder pessoal de caciques regionais como Saturnino Cedillo, baseado na interlocução entre camponeses, operariado e governo, tornou-se completamente

¹³³ BERQUÓ, Urbano de C. “O presidente Cárdenas e os católicos”. *Correio da Manhã*, 07/07/1938, p. 04, grifo do autor.

¹³⁴ Dentre outros trabalhos, destacam-se; FÁLCÓN (1983); FONSECA (2012) e LERNER (1980).

¹³⁵ Revolta ocorrida entre os anos de 1938 e 1939, capitaneada por Saturnino Cedillo contra o governo legal mexicano. Cedillo, antigo aliado de Lázaro Cárdenas, apoiou a candidatura deste para a presidência mexicana em duas ocasiões, nos anos de 1928 e 1934, respectivamente. Posteriormente, o “cacique de San Luis Potosí” se colocou de modo favorável a Cárdenas quando, em 1935, o presidente mexicano entrou em irreconciliável conflito com Plutarco E. Calles. Durante o cardenismo, Cedillo foi nomeado Secretário de Agricultura, função que ocupou até se insurgir contra o general michoacano e mergulhar o país em uma guerra civil. Dentre os principais motivos para a disputa se destacam os diferentes projetos políticos defendidos por Cárdenas e Cedillo, bem como o modo centralizador com o qual o presidente mexicano procurava conduzir seu ministério. (FÁLCÓN, 1983, p. 81)

anacrônico, e acabou substituído por instituições vinculadas ao Partido da Revolução Mexicana (PRM), tais como a Confederação de Trabalhadores Mexicanos (CTM) e a Confederação Nacional Camponesa (CNC), responsáveis, a partir de então, por mediar as relações entre o povo e o Estado.

Outra interpretação defende que a eclosão da rebelião cedillista decorreu, na verdade, da ruptura entre o cardenismo e as empresas anglo-americanas que exploravam o petróleo mexicano no final dos anos 1930. Segundo Carlos M. Assad, Saturnino Cedillo, que se levantou em armas contra o presidente mexicano em abril de 1938, só o fez devido ao apoio que recebeu da petroleira El Águila. Supostamente, a companhia pagou ao “cacique de San Luis Potosi” a soma de 500 mil dólares – uma verdadeira fortuna àquela época – para que ele iniciasse o levante ilegal contra o governo do México. Ademais, foram conferidos a Cedillo variados suplementos militares e dois aviões de uso exclusivo das forças armadas norte-americanas. Neste ínterim, a El Águila, uma das principais aliadas do conglomerado Standard Oil naquele momento, objetivava desestabilizar o governo mexicano, a fim de pressionar Cárdenas a revogar o decreto de expropriação, sancionado em março. (ASSAD, 1979, p. 715)

Ao examinar este delicado momento da história política mexicana, o *Correio da Manhã* se aproximou da segunda vertente, associando a rebelião cedillista à expropriação das companhias petrolíferas. Devido ao seu “oportunismo ganancioso”, o líder rebelde, Saturnino Cedillo, foi execrado com duríssimas recriminações, enquanto Lázaro Cárdenas, em oposição, foi venerado como o exemplo encarnado do grande estadista. Sob sua condução firme, o México foi representado como uma nação prodigiosa, que engatinhava sobre um caminho decididamente glorioso. Em artigo escrito a 24 de maio de 1938, Urbano de C. Berquó iniciou as análises do *Correio* acerca do levante cedillista, e afirmou que Cárdenas fornecia outra prova de sua excepcional coragem, bem como de sua elevada consciência cívica, ao enfrentar o “tenebroso caudilho” em seu reduto natal, o estado de San Luis Potosi. Conforme o articulista, Cedillo agira como tantos outros aproveitadores dos tempos do callismo, não compreendendo a modernidade e a conduta progressista que o atual presidente imprimira à política mexicana:

Esse general Cedillo está destinado a ter o seu nome sempre lembrado pelas gerações futuras de mexicanos como as de um *abjeto traidor dos mais altos e dignos interesses de sua pátria*, muito mais desprezível ainda do que aquele Miramón que o grande Benito Juárez tão exemplarmente puniu por

sua cumplicidade com o Habsburg que Napoleão III tentou impor ao país de Hidalgo e Morelos.¹³⁶

Segundo Berquó, Cedillo incorrera nesta campanha vislumbrando interesses definitivamente pessoais, somando-se às manobras empreendidas pelos magnatas do petróleo prejudicados por Lázaro Cárdenas. Todavia, o “cacique de San Luis Potosi” não previu a sagacidade do presidente mexicano, que lhe antecipou os movimentos e atacou a revolta ainda em sua nascente:

Como comandante, Cárdenas se caracterizou sempre por uma extraordinária rapidez de movimentos, o que lhe permitiu apanhar de surpresa em várias ocasiões adversários mais numerosos ou mais bem equipados. Na ação desenvolvida nestes últimos dias contra o general Cedillo, mais uma vez ele está mostrando que não é homem de hesitação ou contemporizações ante qualquer ameaça dos inimigos internos ou externos da nação mexicana.¹³⁷

Utilizando-se da disputa entre Cedillo e Cárdenas, o periódico edificou uma representação enfaticamente favorável ao presidente mexicano. Por meio de um leque variadíssimo de adjetivações, foram relacionadas à imagem do general michoacano valores realmente heroicos:

O presidente Cárdenas é um *chefe* na plenitude da significação desse termo: atualmente, ele é o líder incontestado dos mexicanos por ser o seu maior servidor. *Servir* tem sido, de fato, o lema de sua vida desde que, ainda adolescente, pegou em armas pela primeira vez para *lutar* contra aqueles que pretendiam manter o México indefinidamente em uma situação econômica colonial.¹³⁸

O desenrolar da insurreição se apresentou bastante trágico para Cedillo, que foi capturado e morto a 13 de janeiro de 1939. O *Correio da Manhã*, atento aos desdobramentos do conflito, cedeu espaço à nova publicação, imediatamente depois de confirmada a queda do “cacique de San Luis Potosi”. Por meio de um editorial intitulado “O caudilho fracassado”, o

¹³⁶ BERQUÓ, Urbano de C. “O erro de Cedillo”. *Correio da Manhã*, 24/05/1938, p. 04, grifo nosso.

¹³⁷ BERQUÓ, Urbano de C. “O erro de Cedillo”. *Correio da Manhã*, 24/05/1938, p. 04.

¹³⁸ *idem*, grifo do autor.

periódico examinou os momentos decisivos do levante, seguindo a tendência anteriormente exteriorizada de reprovação à rebelião cedillista.

Em análise, o *Correio da Manhã* concluiu que o choque derradeiro entre Cedillo e o governo legal mexicano resultara, de fato, das exacerbadas ambições do líder potosino. O “cacique”, com o intuito de aumentar sua fortuna pessoal e de reafirmar sua posição de dominância na região de La Huasteca, vendera-se como uma marionete aos empresários petroleiros, encabeçando uma rebelião que, na verdade, atendia apenas aos usurpadores das riquezas mexicanas. De acordo com o texto, Saturnino Cedillo nada mais era do que um porta-voz dos interesses alienígenas, um aliado imoral dos colonizadores estrangeiros que durante tanto tempo escravizaram o povo mexicano:

O general Cedillo era um exemplar desse tipo de caudilho hispano-americano que tamanho papel desempenhou na história da grande maioria dos países de nosso continente durante o século passado. Hoje, porém, a época do domínio caudilhesco se acha definitivamente ultrapassada [...] Superestimando muito sua influência ele pensou que poderia derrotar o presidente Cárdenas e estabelecer em proveito próprio um regime ditatorial no México. Para tal, contava com o auxílio eficaz de interesses estrangeiros profundamente contrariados pela política de nacionalização que vem sendo realizada pelo presente governo mexicano.¹³⁹

Em relação à morte de Cedillo, o *Correio da Manhã* a considerou um evento menor, correspondente em proporção à “vida fracassada do caudilho”. Como meio retórico de expressar sua aversão ao líder potosino, o periódico afirmou que Cedillo era um indivíduo tão estúpido que desconhecia sua própria idade, o que o tornava incapaz, portanto, de compreender a idade do México como nação, bem como sua espetacular evolução histórica.

Outros paralelos entre Cedillo e Cárdenas foram tecidos pelo jornal, de modo a reafirmar posição de absoluta admiração do *Correio* em relação ao presidente mexicano. Conforme o diário carioca, a excepcional popularidade de Lázaro Cárdenas se originava no reconhecimento daqueles que por ele eram conduzidos, assim como do entusiasmo inspirado por sua luta árdua e contínua para libertar a economia nacional e construir uma sociedade mais justa:

¹³⁹ *Correio da Manhã*, “Tópicos & Notícias”, 13/01/1939, p. 04, grifo nosso.

O povo mexicano deposita sua inteira confiança no presidente Lázaro Cárdenas, porque percebe bem que se trata de um *verdadeiro estadista que não tem outra preocupação que não seja a de acelerar o desenvolvimento econômico e o progresso social de sua pátria*. A sua popularidade extraordinária provém unicamente do reconhecimento por parte daqueles que ele governa, da perfeita sinceridade de seu patriotismo.¹⁴⁰

O editorial concluiu que a morte de Saturnino Cedillo, assim como o desmantelamento da revolta por ele entabulada, constituíram fatídicos episódios policiais; não merecendo, portanto, abordagens de maior destaque. De acordo com o *Correio da Manhã*, eventos relacionados a indivíduos desprezíveis como o líder potosino não deveriam compor a tão gloriosa história que a nação mexicana vinha escrevendo.

A partir de meados de 1939, a quantidade de reportagens do *Correio da Manhã* em relação a Lázaro Cárdenas foi consideravelmente reduzida. Como hipótese para explicar esta tendência, sugerimos que o periódico tenha se desinteressado pelas políticas mais modestas implementadas pelo presidente mexicano em seus últimos anos de governo. Diversos historiadores, como Fernando Benítez e Arnaldo Córdova, concluíram que Lázaro Cárdenas, a partir de meados de 1938, tornou-se mais cauteloso e conservador em relação ao reformismo que, até aquele momento, caracterizara sua administração. Desse modo, o ímpeto revolucionário, que atingira seu ápice com a expropriação das companhias petrolíferas anglo-americanas, foi notavelmente atenuado. O general michoacano estava interessado, na verdade, em consolidar as mudanças empreendidas em seu governo, e não em colocar as conquistas até então obtidas em risco com uma nova onda de reformas e conflitos. Segundo o historiador Fernando Benítez, a nomeação de Manuel Ávila Camacho como candidato oficial do PRM às eleições de 1940 comprovou o receio alimentado pelo presidente mexicano, naquela conjuntura, sobre o papel radical exercido pelo Estado como porta-voz da revolução. Do contrário, Lázaro Cárdenas fatalmente teria apoiado a candidatura de Francisco José Múgica Velázquez, seu servidor mais leal e o continuador natural de sua obra. (BENÍTEZ, 1984, p. 110-111)

Ressaltamos, todavia, que embora as interpretações do *Correio da Manhã* acerca do cardenismo tenham rareado, elas não desapareceram completamente. Em 1940, por meio de um longo editorial intitulado “A obra do presidente Cárdenas”, o matutino carioca examinou o sexênio cardenista de modo detalhado, exaltando os aspectos positivos da administração por

¹⁴⁰ *Correio da Manhã*, “Tópicos & Notícias”, 13/01/1939, p. 04, grifo nosso.

ele desenvolvida no México. Conforme o diário fluminense, com o término da gestão Lázaro Cárdenas, chegava ao fim o período mais construtivo da história do México republicano.

Segundo os redatores do periódico, a tarefa atribuída ao sucessor de Lázaro Cárdenas – Manuel Ávila Camacho – mostrava-se bastante difícil, afinal, o novo presidente deveria honrar a brilhante obra desenvolvida entre os anos de 1934 e 1940. De acordo com o *Correio da Manhã*, ao final de seu mandato, Lázaro Cárdenas poderia até mesmo envaidecer-se, já que durante o período em que presidiu o México promoveu o desenvolvimento em seus mais variados âmbitos:

Ao transmitir o poder ao seu sucessor, o general Lázaro Cárdenas o fez certamente cheio de *orgulho íntimo pela obra magnífica que realizou*, quer no plano político, propriamente dito, quer nos níveis econômico e social.¹⁴¹

Conforme o jornal, o principal legado da administração cardenista compreendia o expurgo total do caudilhismo totalitário, que durante tantos anos infestara a política mexicana, causando inúmeros prejuízos à população local, bem como o aniquilamento da sujeição do Estado aos interesses estrangeiros, comuns nos tempos de Porfirio Díaz e Plutarco E. Calles. Assim, a coragem e a energia do presidente reverberaram em avanços econômicos e sociais que transformaram a vida dos cidadãos mexicanos, conscientizando-os acerca de seus direitos e de sua importância no desenvolvimento de um projeto nacional.

A figura de Calles, novamente resgatada, foi associada às negociatas de Washington e às violações do patrimônio mexicano, em uma vituperante ação depreciativa. Esta estratégia retórica foi utilizada mais de uma vez pelo periódico, que reconstruía nos adversários políticos de Lázaro Cárdenas os vilões mais desprezíveis e inescrupulosos. Neste sentido, ao enfrentá-los, o presidente resgatava uma força praticamente invencível, capaz de levar ao chão o mais vil dos oponentes.

A Cárdenas, por sua vez, o *Correio da Manhã* emprestava sua profunda simpatia, retratando-o entusiasticamente como um dos maiores líderes que a América Latina já conhecera. Conforme o diário, a força do presidente, exclusivamente, permitiu-lhe derrotar os inimigos e alavancar o progresso mexicano. Dentre as acertadas reformas propostas durante o cardenismo, o periódico atentou para a expropriação das companhias petrolíferas como medida crucial para a retomada do desenvolvimento mexicano:

¹⁴¹ *Correio da Manhã*, “Tópicos & Notícias”, 04/12/1940, p. 04, grifo nosso.

A conduta de Cárdenas, no que diz respeito à recuperação de alguns dos mais importantes recursos naturais do México, que se achavam, de há muito, em mãos de grupos financeiros alienígenas, distinguiu-se por sua firmeza e por sua altivez. A luta que teve de sustentar contra as companhias que exploravam o petróleo mexicano deu ensejo a que ele mostrasse, a par de sua notável coragem, uma habilidade que, por diversas vezes, desconcertou completamente os seus adversários.¹⁴²

Sobre o monopólio latifundiário, a maior preocupação de Lázaro Cárdenas durante o período em que governou o México – segundo os redatores e colaboradores do *Correio da Manhã* – foi asseverado que o presidente resolvera todos os problemas referentes ao campo, destituindo os grandes proprietários e promovendo a modernização do sistema *ejidal*. Ademais, conforme o jornal, por meio de um revolucionário programa de ensino, Cárdenas estimulou o desenvolvimento do saber nas áreas rurais do país, “contribuindo poderosamente para aumentar a produção e elevar o *standard* de vida, bem como o nível cultural da população camponesa do México”¹⁴³. Neste cenário, a derrota de Saturnino Cedillo foi relembrada pelo *Correio* como parte do processo de modernização da zona rural mexicana.

O editorial concluiu, finalmente, que Lázaro Cárdenas, em seus seis anos de administração modernizante e coerente, defendeu a democracia em seu país como nenhum outro presidente o fizera desde a queda de Porfirio Díaz. A injuriosa herança cultural compartilhada por Carranza, Obregón e Calles, que a fim de destituir qualquer fonte de oposição política recorreram tantas vezes à violência dos massacres e aos paredões de fuzilamento, segundo o *Correio da Manhã*, foi completamente trucidada. Para o jornal, a derrota incontestável de Juan Andreu Almazán nas eleições de 1940, sepultava o ignominioso legado porfirista, e a ascensão de Manuel Ávila Camacho, obtida somente devido à força do general de Michoacán, fixava Lázaro Cárdenas como um dos mais populares estadistas latino-americanos de todos os tempos.

O posicionamento favorável do *Correio da Manhã* em relação ao cardenismo decorreu, obviamente, de uma visão positiva direcionada pelo corpo editorial do jornal às práticas políticas aplicadas no México, entre os anos de 1934 e 1940. Dentre as principais mudanças elogiadas pelo diário, destacaram-se a expropriação das companhias petrolíferas, consumada em março de 1938, a reforma educacional vigente ao longo de todo o governo Cárdenas e a incrementação da exploração agropecuária no país.

¹⁴² *Correio da Manhã*, “Tópicos & Notícias”, 04/12/1940, p. 04.

¹⁴³ *idem*, grifo do autor.

O *Correio da Manhã* apresentou as políticas desenvolvidas pela administração cardenista como alternativas verdadeiramente profícuas a serem adotadas pelas autoridades brasileiras. O periódico não poupou críticas, por exemplo, à maneira como os nossos estadistas encaravam a questão educacional, bem como ao tratamento que dispensavam ao desenvolvimento de indústrias petrolíferas no Brasil. Portanto, sustentamos a tese de que o diário carioca, enquanto elogiava Lázaro Cárdenas – e o *Correio da Manhã* realmente reverenciou o presidente mexicano, como pudemos observar – criticava Getúlio Vargas, ainda que indiretamente. Por exemplo, em relação à exploração do petróleo, Lázaro Cárdenas era congratulado devido à sua força e coragem no conduzir da questão, enquanto Vargas, como veremos adiante, era constantemente cobrado a ser mais enérgico em defesa de um recurso prioritário que tanto suscitava a ganância estrangeira. No que diz respeito à educação, Cárdenas era representado como um indivíduo realmente empenhado em promover a cultura entre seus pátrios, enquanto Vargas e seus correligionários eram reprovados devido à maneira displicente com a qual abordavam a questão.

Resumidamente, aos olhos do periódico, Lázaro Cárdenas era um estadista modelo que jamais cometia erros, enquanto Getúlio Vargas era um arremedo de gestor, incompetente e autoritário. Cárdenas era retratado como um indivíduo enérgico, inteligentíssimo, destemido e patriota, enquanto Vargas surgia como um homem descomprometido, vacilante e imperioso. Provavelmente com o intuito de enfatizar suas críticas com relação a Getúlio Vargas, o *Correio da Manhã* omitiu ou apresentou acontecimentos que se operavam no México, com o consentimento ou o estímulo de Lázaro Cárdenas, de modo distorcido. Assim, o diário projetou em seus leitores, por meio do governante mexicano, a imagem idealizada de como um estadista realmente deveria se apresentar.

Ao comparar algumas produções do *Correio da Manhã* com relação aos dois presidentes, percebemos que o nacionalismo de Cárdenas foi constantemente apresentado como uma grandiosa missão patriótica, enquanto o de Vargas compreendia apenas a extensão de um autoritarismo irascível. Acerca das eleições realizadas em 1940, e pelo papel exercido por Cárdenas durante o pleito, o presidente mexicano foi representado como um defensor incontestado dos princípios democráticos. O jornal não mencionou, no entanto, que este processo eleitoral ficou marcado como um dos mais sangrentos da história do México, nem que o Partido da Revolução Mexicana, apoiado por Lázaro Cárdenas, tomou partido em muitos dos conflitos. Provavelmente, esta omissão preservou a qualidade de Cárdenas, reconstruído como um “guardião da democracia”.

Vargas, em contrapartida, era recorrentemente acusado de violar os princípios democráticos. Neste sentido, a omissão do *Correio da Manhã* acerca do comportamento de Cárdenas legitimou as críticas que seus redatores e colaboradores dirigiram ao governo brasileiro. Destacamos também que, de acordo com o *Correio da Manhã*, a reforma *ejidal* operada no México, entre os anos de 1934 e 1940, melhorou consideravelmente os índices da produção agropecuária em todo o país. Todavia, nenhuma estatística capaz de comprovar tal afirmativa foi oferecida pelo jornal, contrariando análises posteriores que, sustentadas por exames rigorosos dos níveis produzidos ano a ano, demonstraram o impacto calamitoso, do ponto de vista econômico, provocado pelas transformações na estrutura fundiária mexicana. Obviamente, se a intenção do diário era expor Cárdenas como um administrador mais capaz do que Vargas, o *Correio da Manhã* agiu de maneira acertada ao omitir alguns eventos que, naqueles tempos, operavam-se no território mexicano.

A repercussão do cardenismo no *Correio da Manhã* corroborou as críticas que o periódico direcionou ao governo de Getúlio Vargas, em conformidade com a famosa “ortografia da casa”¹⁴⁴, ajustando-se ao posicionamento político de seus redatores. Desse modo, as interpretações acerca da política cardenista, ou de seu representante maior – Lázaro Cárdenas – constituíram representações da realidade, influenciadas ou determinadas por debates que partiam da conjuntura política brasileira do final dos anos 1930.

2.2 As “Lições do novo México”¹⁴⁵

O *Correio da Manhã*, em muitas oportunidades, utilizou-se de eventos ou processos históricos ocorrentes durante o período cardenista para tecer críticas à realidade brasileira. Neste sentido, várias práticas políticas empreendidas por Lázaro Cárdenas no México foram

¹⁴⁴ Conforme Jeferson de Andrade, o caráter combativo do *Correio de Manhã*, que reunia o conservadorismo e a vanguarda mediante a independência política do jornal, tornou-se, aos poucos, um gênero jornalístico, determinado pela oposição ao governo. Os principais colaboradores do *Correio*, bem como seus redatores, compartilhavam este estilo combativo, a “ortografia da casa”. (ANDRADE, 1991, p. 88-89)

¹⁴⁵ O título “Lições do novo México” se refere a um dos artigos mais significativos produzidos pelo *Correio da Manhã* em relação à experiência cardenista. Seu autor, Pimentel Gomes, analisou uma série de medidas tomadas por Lázaro Cárdenas acerca de várias questões, tais como a melhor utilização do espaço agrícola mexicano ou a nacionalização do subsolo do país. Ao tecer tais análises, o articulista enumerou os acertos do programa de reformas empreendido por Cárdenas, e apresentou sua administração como modelo exemplar para as autoridades brasileiras.

expostas pelos redatores e colaboradores do periódico carioca como um modelo salutar, que deveria ser adequado à conjuntura política do Brasil dos anos 1930.

Por meio de uma série de editoriais e de artigos assinados, o matutino carioca discutiu questões fundamentais acerca do desenvolvimento do Brasil como nação de primeira grandeza, fornecendo o cardenismo, nesse contexto, como uma referência positiva. Essas interpretações constituem o objeto de análise desta seção que se apresenta dividida em três partes distintas.

Em um primeiro momento, abordaremos as discussões que procuravam fomentar o desenvolvimento de uma indústria petrolífera genuinamente brasileira, indústria esta que poderia, por exemplo, apoiar-se nos moldes nacionalistas apresentados pelos mexicanos, sobretudo depois da expropriação das companhias petrolíferas, em março de 1938.

Depois, analisaremos como as maneiras encontradas por Lázaro Cárdenas para incrementar o desenvolvimento do setor agropecuário no México encantaram o núcleo diretor do *Correio da Manhã*, que constantemente as apontaram como alternativas ideais para resolver uma série de conflitos que permeavam a vida do camponês brasileiro nos anos 1930.

Finalmente, examinaremos o modelo educacional mexicano, que foi bastante elogiado pelos redatores e colaboradores do *Correio da Manhã* e apresentado como uma experiência instrutiva para as políticas pedagógicas desenvolvidas no Brasil.

2.2.1. A questão petrolífera

Nos anos 1930, o Estado alterou sua posição com relação ao desenvolvimento industrial no Brasil, procurando intensificá-lo de modo contínuo. Conforme a cientista social Maria Antonieta Leopoldi argumenta, a administração varguista, desde seu início, preocupou-se em melhorar o relacionamento entre o governo federal e as elites empresariais locais, gerindo políticas que, antes de superar recessões ou garantir um maior número de postos de trabalho, objetivavam manter estáveis os níveis de crescimento do setor fabril.

Alguns fatores, evidentemente, contribuíram para o maior desenvolvimento do parque industrial brasileiro naquele momento. Destaca-se, neste sentido, a severa recessão internacional oriunda da crise de superprodução estadunidense que, no início dos anos 1930, catalisou o processo de substituição de importações no Brasil. Desse modo, as elites econômicas locais, até então pouco empreendedoras, vislumbraram novas possibilidades de

investimentos, e se sentiram confortáveis para se aventurarem sobre o até então pouco explorado setor secundário. A administração varguista contribuiu enormemente para que este quadro se consolidasse, empenhando-se em diminuir o predomínio do modelo agroexportador sobre a economia brasileira, fundamentada na venda de café, ao passo que estimulava a atividade industrial por meio de políticas protecionistas. (LEOPOLDI, 2003, p. 244)

O êxito dessas atividades dependia, contudo, da criação de uma infraestrutura adequada que propiciasse ao empresariado local condições de competir em igualdade com os grandes industriais estrangeiros. É neste contexto que discussões sobre a criação de uma indústria de base no Brasil ganharam força, e assuntos até então um tanto marginalizados, tais como o desenvolvimento da produção petrolífera ou a intensificação das atividades siderúrgicas, tornaram-se prioritários para o Estado.

Obviamente, atento a este panorama, o *Correio da Manhã* se envolveu em um sem número de debates, participando ativamente das discussões que procuravam fomentar o desenvolvimento industrial brasileiro. O matutino fluminense promoveu campanhas em favor de uma maior diversificação econômica no país e, em particular, embrenhou-se em uma verdadeira batalha em favor da exploração petrolífera no Brasil.

Acerca deste importante recurso natural, aliás, os redatores do *Correio da Manhã* atribuíram ao governo Vargas a execução imediata de três tarefas: primeiramente; cabia ao Estado promover políticas que incrementassem a produção do hidrocarboneto no país; aproveitando-se, assim, toda a potencialidade¹⁴⁶ do subsolo brasileiro. Depois, o governo deveria disponibilizar a infraestrutura adequada para o refinamento do óleo captado, evitando-se que o mesmo fosse prematuramente exportado. Desse modo, ao final do processo, o petróleo brasileiro asseguraria um preço mais competitivo no disputado mercado internacional. Finalmente; às autoridades brasileiras, o *Correio da Manhã* designou a “missão” de elaborar um aparato legislativo nacionalista, com vistas à regulamentação do setor petrolífero. Objetivava-se, assim, impedir que o capital estrangeiro participasse da construção da estrutura exploratória, o que, por sua vez, impediria que um recurso considerado estratégico fosse usufruído pelas “gananciosas” companhias estrangeiras.

Em todo este percurso, a gestão cardenista e a maneira com a qual o presidente mexicano procurou solucionar o “problema do petróleo” em seu país, foram apresentadas pelo *Correio da Manhã* como referenciais para o governo brasileiro. No discurso do matutino carioca se destacaram, neste sentido, três tendências distintas; primeiramente, entre dezembro

¹⁴⁶ Vários estudos, alguns deles encomendados pelo matutino fluminense, indicavam a existência de jazidas verdadeiramente colossais no subsolo brasileiro.

de 1934 e março de 1938¹⁴⁷, o diário fluminense construiu representações sobre a vacilante política cardenista em relação ao petróleo para ilustrar os malefícios que certamente se abateriam sobre o Brasil, caso o governo Vargas não protegesse de modo mais efetivo as jazidas presentes no subsolo do país das crescentes “ameaças estrangeiras”. Depois, no breve período compreendido entre 18 de março de 1938 e 29 de abril de 1938, o modo nacionalista com o qual o presidente mexicano solucionou “a questão petrolífera” em seu país foi oferecido pelo *Correio da Manhã* como meio de ação para o governo federal afastar de uma vez por todas os “escusos” interesses das companhias norte-americanas com relação ao petróleo brasileiro; finalmente, no período compreendido entre 29 de abril de 1938 e 30 de novembro de 1940¹⁴⁸, o ultranacionalismo direcionado por Lázaro Cárdenas às discussões relativas aos recursos petrolíferos mexicanos foi aproveitado pelos redatores do *Correio* para legitimar um discurso estatizante acerca do petróleo brasileiro. Adiante, examinaremos criteriosamente a qualidade dessas representações, bem como os intercâmbios e diálogos que unem as realidades brasileira e mexicana no que se refere à temática do petróleo nos anos 1930.

Inicia-se, assim, a análise da primeira tendência, na qual o *Correio da Manhã* apresentou as dificuldades enfrentadas pelo México nos anos 1930 como desdobramentos do “problema do petróleo” naquele país. Em abril de 1935, Costa Rego¹⁴⁹, redator-chefe do diário carioca, debateu questões referentes à indústria petrolífera brasileira, associando uma série de experiências vivenciadas no país à realidade político-econômica mexicana. Em sua visão, caso o governo Vargas não modificasse seu posicionamento com relação ao hidrocarboneto e não interviesse de maneira mais efetiva em defesa deste recurso, o Brasil fatalmente seguiria o trágico destino da nação mexicana que, devido aos conflitos de interesses entre ingleses e norte-americanos em torno de seu petróleo, viu-se assombrada por uma tempestade:

¹⁴⁷ Mais especificamente no período compreendido entre primeiro de dezembro de 1934, momento em que Lázaro Cárdenas assumiu a presidência do México, e 18 de março de 1938, dia em que a expropriação das companhias petrolíferas estrangeiras fora por ele sacramentada.

¹⁴⁸ O limite de 30 de novembro de 1940 se refere ao último dia em que Lázaro Cárdenas presidiu o México.

¹⁴⁹ De acordo com Jeferson de Andrade, Pedro da Costa Rego, que iniciou no *Correio da Manhã* como revisor, em 1906, e de lá saiu como redator-chefe, em 1954, depois de sua morte, foi o jornalista que mais se impregnou da ardente “ortografia da casa”, salvo o fundador Edmundo Bittencourt e seu filho, Paulo. Algumas vezes, aos desavisados, poder-se-ia confundir a prosa e as opiniões de Rego com as de Edmundo ou Paulo. (ANDRADE, 1991, p. 96-97)

As maquinações da política petrolífera provocaram no México um período de revoluções e contrarrevoluções que se prolongou pelo espaço de quase quinze anos, com o prosseguimento de uma luta invisível entre os Estados Unidos e a Inglaterra em torno dos campos de Tampico e Panuco.

Venceram os Estados Unidos, infiltrando seus capitais na indústria mexicana e eliminando, aos poucos, a concorrência de ingleses e franceses, apesar da indústria mexicana achar-se nas mãos do governo. Até esse desfecho, reinou a intranquilidade em toda parte, e os mexicanos tiveram de suportar sofrimento sem conta, entre eles o de uma espécie de abdicação de sua soberania.

São estes os perigos em face dos quais nos veremos se não abriremos o espírito à compreensão da triste experiência alheia.¹⁵⁰

É bastante nítido, segundo Costa Rego, que o processo revolucionário iniciado por Madero no ano de 1910 decorreu das divergências que circundavam a exploração do petróleo mexicano. Estas divergências colocaram os interesses ingleses e norte-americanos em rota de colisão, o que originou, no México, uma severa crise política e institucional. O culminar de todos estes eventos se materializou depois em uma grande revolução que sacudiu todo o país. As consequências desse processo foram nefastas para a população local, que viu soberania ameaçada e suas riquezas exploradas por corruptos governos revolucionários, em conluio com os “vencedores” norte-americanos. Neste ínterim, o jornalista procurou chamar a atenção da sociedade brasileira, alertando-a para o fato de que entre sua pátria e a nação herdeira do Império Asteca prevaleciam muitas semelhanças. Costa Rego conjecturou sobre um trágico destino reservado ao Brasil, tal como o mexicano, caso nossas autoridades não se comprometessem a aprender com as tristes experiências alheias. Em seu ponto de vista, assim como o México, o país ver-se-ia abalado por um grande trauma caso não solucionasse o “problema do petróleo”, e a solução para ele era transpassada por uma administração de viés nacionalista em relação ao cobiçado recurso. Ao utilizar-se da Revolução Mexicana para corroborar seus argumentos em favor de uma intervenção estatizante acerca do petróleo, Costa Rego desconsiderou outros inúmeros fatores que contribuíram para a eclosão do processo revolucionário naquele país, assim como as profundas diferenças que separavam as experiências históricas vivenciadas pelo Brasil e pelo México naquele momento.

No decorrer do artigo, o jornalista aprofundou suas reflexões com relação ao Brasil, ressaltando que técnicos paulistas haviam sido contratados por uma empresa privada para realizar sondagens em busca de petróleo nas imediações de São Pedro, município localizado na região de Piracicaba. O parecer emitido por eles, que submeteram as amostras obtidas a

¹⁵⁰ REGO, Costa. “Não dormir”. *Correio da Manhã*, 07/04/1935, p. 02.

rigorosos testes e exames, comprovou as possibilidades petrolíferas da cidade, enquanto o laudo fornecido pelos serviços oficiais atestava a completa esterilidade daquele perímetro. Mediante esta dubiedade, o redator-chefe do *Correio da Manhã* criticou duramente as autoridades brasileiras, afirmando que o governo Vargas direcionava uma “indiferença oficial” às possibilidades petrolíferas do subsolo brasileiro. Para Costa Rego, tal comportamento dirigia o país a uma funesta armadilha, cujo desenlace seria a indesejada exploração dos recursos petrolíferos locais pelos “insaciáveis *trustes* mundiais”. Uma vez mais o México de Cárdenas foi resgatado como exemplo, e o jornalista afirmou que o petróleo, mesmo em uma pátria esfacelada pelas mazelas revolucionárias entre os anos de 1910 e 1924, foi capaz de custear 92% das despesas nacionais.¹⁵¹

No Brasil, de acordo com o artigo, o governo federal infelizmente se mostrava inerte em relação a esse recurso, no mínimo, indispensável. Conforme Rego, o fato de Getúlio Vargas repassar as pesquisas acerca do petróleo a institutos estaduais autônomos, subtraindo-se de obrigações que competiam exclusivamente a ele e ao Estado, reafirmava o comportamento criminoso das autoridades locais.

O jornalista, em outra advertência, sinalizou a importância de um comprometimento mais visível do governo brasileiro para com o petróleo, pois somente assim as elites locais se sentiriam mais sensibilizadas a contribuir de modo efetivo na formatação de uma estrutura extrativista:

Desde que exista o empenho do Estado, os capitais nacionais perderão a desconfiança que nutrem quanto a todos os empreendimentos petrolíferos ou de mineração. E a primeira obrigação do Estado é dar a prova insofismável da existência do produto.¹⁵²

Para o redator-chefe do diário carioca, a necessidade de se desenvolver uma indústria petrolífera brasileira transcendia as esferas técnicas, constituindo-se em uma questão política e de seguridade da soberania nacional. Ao concluir seu raciocínio, Costa Rego destacou a urgência exigida pelo problema, e reivindicou do governo Vargas a defesa do petróleo dos interesses de grandes e poderosos cartéis transnacionais. Segundo o jornalista, este era o único meio de evitar que o Brasil se tornasse um “novo México”, arruinado pela anarquia violenta das revoluções e contrarrevoluções. Para Rego, ao governo federal cabia agir de modo

¹⁵¹ *idem.*

¹⁵² *idem.*

meticuloso, porém rápido, produzindo um aparato constitucional que assegurasse a exploração do petróleo local aos brasileiros, exclusivamente.

Poucos dias depois, através de novo artigo, Costa Rego criticou uma vez mais o governo Vargas em virtude de seu descaso para com a “questão petrolífera”. Em conformidade com o redator-chefe do *Correio da Manhã*, as autoridades brasileiras, quando reprovadas mediante sua ineficácia e descompromisso no que dizia respeito à exploração do petróleo, melindravam-se infantilmente. As recriminações do jornalista se encaminharam, sobretudo, aos “comandantes da alta administração”, políticos em sua opinião viciados pelo capital estrangeiro; ou aos céticos, que tão obstinadamente procuravam boicotar a cruzada em busca do precioso óleo. A fim de validar suas críticas, Costa Rego se utilizou de uma experiência pessoal, oriunda de diálogos estabelecidos via carta com o jornalista Luiz Wellisch, no final dos anos 1930.

Wellisch contou a Rego que, em 1927, estabeleceu amizade com um renomado geólogo norte-americano, que supostamente havia encontrado uma grande reserva de petróleo no estado do Mato Grosso. Maravilhado com sua descoberta, o cientista teceu um longo relatório acerca de sua pesquisa, o qual foi parcialmente transcrito no *Correio da Manhã*:

“Empreguei mais de vinte anos na exploração do interior brasileiro. Tenho toda a confiança técnica de que este campo petrolífero será um dos maiores produtores do mundo. Possui as mesmas formações geológicas e oferece as mesmas estruturas que se encontram em qualquer dos bem conhecidos campos petrolíferos. Investiguei formações petrolíferas, por conta de várias companhias, na Califórnia, em Oklahoma, no Texas, no México. Estou completa e eficientemente familiarizado com os métodos de exploração. Permaneço em contato com competentes *drillers* (técnicos que manipulam a sonda), que posso recomendar para perfurar poços de petróleo de qualquer profundidade, de maneira científica e econômica, e que se acham prontos a vir, com contrato, ao Brasil.”¹⁵³

Luiz Wellisch leu atentamente o relatório e, esperançoso, escreveu ao Ministro da Agricultura do Brasil, àquela época o Sr. Geminiano Lira Castro, esperando que o mesmo, ao tomar conhecimento do caso, enviasse um técnico brasileiro em companhia do famoso geólogo para o Mato Grosso a fim de comprovar ou não a existência da reserva. Todavia, logo a correspondência foi devolvida a Wellisch pelos secretários do ministro, já que, por mero

¹⁵³ REGO, Costa. “O que não queremos descobrir”. *Correio da Manhã*, 11/04/1935, p. 02, grifo do autor.

detalhe, o selo que a tornaria oficial encontrava-se ausente. Wellisch, profundissimamente desapontado, desistiu de reportar a importante descoberta ao Ministério.

A breve história de Luiz Wellisch, segundo Costa Rego, ilustrava o despreparo e a ignorância que consumia as autoridades brasileiras em relação às possibilidades petrolíferas do Brasil. Conforme o redator-chefe do *Correio da Manhã*, a expectativa de se descobrir uma grandiosa reserva do óleo fora trocada por um simples selo. Neste sentido, Costa Rego clamava acerca da existência de petróleo no Brasil, revoltando-se contra a irracionalidade de um governo que, em face de evidências tão claras, negava-se a aceitar o óbvio: a potencialidade do país como produtor de óleo. Rego, no decorrer do artigo, afirmou que a posição mantida por Lira Castro, em 1927, tornara-se ainda mais recrudescida no ano de 1935, sob o comando do Sr. Odilon Duarte Braga, e talvez só se alterasse mediante a chegada de “[...] outros técnicos, menos oficiais, é certo, porém mais diligentes, e estrangeiros, que nos revelarão o que por falta de coragem não procuramos descobrir.”¹⁵⁴

O maior temor que o *Correio da Manhã* sustentava em relação ao “descaso” com o qual o governo federal abordava a questão petrolífera referia-se, certamente, à exploração deste recurso por indústrias que não fossem inteiramente nacionais. Em tom pessimista, o matutino fluminense asseverou várias vezes que as minas de xisto betuminoso localizadas no subsolo do país despertavam os interesses de todos os povos do mundo, com exceção, infelizmente, dos brasileiros. Neste cenário, o periódico reprovou duramente a omissão dos representantes do Estado em face da batalha contra os interesses do capital estrangeiro, qualificando tal atitude como, no mínimo, criminosa.

A cobiça alimentada pelos Estados Unidos e pela Inglaterra acerca das jazidas petrolíferas brasileiras também foi um assunto bastante explorado pelo *Correio da Manhã* em defesa de suas posições nacionalistas. Em artigo publicado a 28 de abril de 1935, Costa Rego asseverou que, em se tratando das reservas petrolíferas brasileiras, o Departamento de Estado de Washington ostentava um conhecimento que nem mesmo o governo federal detinha. A consequência última desta posição de ignorância sustentada pelo governo Vargas seria uma “versão à brasileira” de tragédias que tão impiedosamente assolavam a América Latina. Como exemplo, o jornalista mencionou, uma vez mais, os traumáticos desdobramentos do processo revolucionário no México, ou a Guerra do Chaco, que arruinava Bolívia e Paraguai. Segundo Costa Rego, tais conflitos representavam, antes de tudo, o resultado de disputas imperialistas entre ingleses e norte-americanos pelo controle de reservas petrolíferas disponíveis naquelas

¹⁵⁴ *idem*.

regiões; e experiências semelhantes, infelizmente, logo ocorreriam no Brasil, já que o governo federal se mostrava cada vez mais conivente com a participação do capital estrangeiro na construção das indústrias que explorariam o petróleo local:

O mundo pertence hoje ao combustível líquido [...]

Não podemos, não devemos permitir que esses pedaços de futuro, que são nossas jazidas petrolíferas, venham cair em mãos estrangeiras. Tais jazidas representam para nós, como para todos os povos que as possuem, um bem ainda maior que a liberdade, em sua expressão de direito puro, porque são a liberdade mesmo, palpável, concreta, redimindo-nos da escravidão econômica em virtude da qual vamos pagar ao estrangeiro o que está guardado em nossa casa.

Foi a guerra, a última, chamada Grande, que revelou o petróleo como instrumento de dominação para as nacionalidades. A Inglaterra quase dele não dispunha. Em quinze anos de trabalho, criou nos cinco continentes a maior organização petrolífera até hoje conhecida, contra a qual se preparam os norte-americanos pensando na América do Sul...¹⁵⁵

Rego afirmou que “Impérios gananciosos”, neste caso a Inglaterra e os Estados Unidos, direcionavam seus olhares cobiçosos sobre as reservas de petróleo brasileiras, planejando um terrível golpe. Assim, criava-se a necessidade imediata de que o governo federal se posicionasse em defesa deste recurso. Insistentemente, o jornalista cobrou de Getúlio Vargas e de seus assessores a idealização de um aparato legislativo capaz de impedir a exploração do petróleo brasileiro pelas empresas estrangeiras. Para corroborar suas posições nacionalistas, Costa Rego se utilizou retoricamente de guerras, como a que se operava na região do Chaco, ou de movimentos sociais calorosos, como o processo revolucionário mexicano, representando-os como consequências funestas dos interesses estrangeiros em torno do petróleo, o líquido indispensável ao qual o futuro se curvava.

As críticas do *Correio da Manhã* ao governo federal se intensificaram a partir do momento em que a Standard Oil sinalizou interesse sobre as reservas localizadas no Brasil. Conforme o matutino carioca, era “[...] imperdoável a indiferença do governo pela questão petrolífera”¹⁵⁶, e vergonhoso o fato de que o Departamento Federal de Produção Mineral não dispusesse de verbas suficientes para perfurar um mísero poço de petróleo. Segundo o diário, ao passo que prevalecia o “marasmo oficial”, o “inimigo invisível”, no caso a gigante

¹⁵⁵ REGO, Costa. “Perigo já conhecido”. *Correio da Manhã*, 25/04/1935, p. 02.

¹⁵⁶ *Correio da Manhã*, “Nacionalização suspeita”, 08/10/1935, p. 04.

petroleira norte-americana, trabalhava engendrando meios para controlar as ricas jazidas presentes em nosso subsolo:

Ela, [a Standard Oil], já requereu em São Paulo uma concessão para refinaria do óleo bruto, acrescida da licença e privilégio para o transporte especial da gasolina entre Santos e a capital do Estado. Não obteve êxito na primeira abordagem. Fará certamente uma segunda, uma terceira, uma quarta tentativa, pois o que ela tem em vista é preparar o futuro.¹⁵⁷

Mediante a grande ameaça que representava o interesse da Standard Oil sobre as jazidas petrolíferas brasileiras, o *Correio da Manhã* externou a necessidade urgente de o governo federal embargar-lhe os passos, lançando mão de um ataque burocrático que, ao menos, atrasasse a infiltração do capital estrangeiro. Todavia, devido à manutenção de uma postura comedida por parte das autoridades locais, o periódico vociferou contra a política varguista, afirmando que a mesma representava a única espécie de “desgoverno” existente no mundo.

Dentre as principais críticas apontadas pelo jornal com relação às atribuições do governo federal, destacavam-se os vários erros e brechas que, segundo o *Correio da Manhã*, estavam presentes no texto constitucional brasileiro de 1934, elaborado por Getúlio Vargas. Para o diário carioca, a única lei que regulamentava o aproveitamento das minas e dos recursos presentes no subsolo do país era vaga e imprecisa, e embora procurasse assegurar a sua exploração pelas empresas nacionais, necessitava de uma atualização clara e imediata. O artigo 119 da Carta republicana definia que “O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, bem como das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, dependem da autorização ou da concessão federal”¹⁵⁸, e as autorizações ou concessões “serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil”¹⁵⁹. Do mais, “a lei regulará a nacionalização progressiva das minas e das jazidas minerais [...]”¹⁶⁰, de modo a assegurar a exploração destes recursos restritamente ao Brasil. Logo, as riquezas presentes no subsolo brasileiro não estavam desguarnecidas de defesa legal, como constantemente apontava Costa Rego; todavia, persistia um problema assinalado pelo matutino fluminense, uma brecha legal da qual os advogados da Standard Oil tinham

¹⁵⁷ *idem.*

¹⁵⁸ *idem.*

¹⁵⁹ *idem.*

¹⁶⁰ *idem.*

conhecimento, e da qual pretendiam usufruir em benefício da empresa que representavam. Em função de garantir a exploração das reservas petrolíferas brasileiras, a companhia norte-americana solicitara ao governo Vargas um pedido formal de nacionalização, com o objetivo de obter uma concessão restrita a indivíduos de nacionalidade brasileira ou a empresas organizadas no Brasil. A manobra, segundo o jornal, era bastante clara, e suas consequências seriam certamente desastrosas. Em relação a este panorama, o *Correio da Manhã* foi categórico:

É neste ponto que o critério do governo tem de ser posto à prova, porque, mesmo pintada de verde e amarela, a Standard não deixará de ser o que é: uma organização estrangeira, ramificada por todo o mundo com o objetivo de realizar o aproveitamento e o comércio do petróleo, seja deste ou daquele modo.

Toda a querela envolvendo a Standard Oil e seu controverso pedido de nacionalização repercutiu entre os redatores e colaboradores do *Correio da Manhã*, que intensificaram sua campanha em favor de uma indústria petrolífera de caráter nacional. Como exemplo, podemos destacar o breve e irônico texto de Cyrano & Cia, no qual o autor, já em meados de 1936, afirmava:

A firma estrangeira que está sabotando o petróleo brasileiro adotou o endereço telegráfico de *Malop* formado por *Mal* e *Op*, primeiras sílabas dos dois nomes dos sócios componentes.
O endereço pode ter outra interpretação: *Mal* é mal mesmo, para o Brasil; e *Op*, é “ótimo” para os sabotadores sem entranhas.¹⁶¹

Ao final daquele ano, contudo, Costa Rego encontrou, finalmente, motivos para comemorar. Por meio de um artigo, o redator-chefe do *Correio da Manhã* felicitou entidades governamentais que agiram em prol do petróleo brasileiro. Estudos encomendados pelo governo alagoano identificaram a ocorrência de reservas na região de Riacho Doce, em Maceió, e, segundo o jornalista, encheram de alegria todos os que se empenharam na prova de

¹⁶¹ TIGRE, Bastos. “Pingos & Respingos”. *Correio da Manhã*, 14/02/1936, p. 02, grifo do autor.

sua existência. Rego, inclusive, deleitou-se por fazer parte dessa história e, orgulhoso, afirmou “Eu mesmo, creio, tenho uma pequena parte nisso.”¹⁶²

O redator-chefe do *Correio da Manhã* lembrou que as discussões em favor da exploração do petróleo no Estado de Alagoas se iniciaram em um distante 1912, ano em que ele assumiu a Secretaria de Agricultura do Estado¹⁶³. Neste sentido, Rego parabenizou a “gestão nacionalista” de Osmar Loureiro Farias, interventor de Alagoas entre os anos de 1935 e 1940, e do Dr. Edson de Carvalho, seu Secretário de Agricultura, e externou o desejo de que tal modelo administrativo inspirasse o governo federal no que se referia às políticas petrolíferas nacionais. Aliás, aqui abrimos um paralelo para mencionar que Monteiro Lobato também elogiou de modo entusiasta os políticos alagoanos em seu clássico “O Escândalo do Petróleo e Ferro”, devido às políticas intervencionistas por eles colocadas em prática. Na obra de Lobato, os dois políticos foram agraciados por confrontarem os interesses “escusos” da poderosa Standard Oil. O Dr. Edson de Carvalho foi mencionado, ainda, em “O Poço do Visconde”¹⁶⁴, obra que estimulava a preservação das riquezas minerais brasileiras entre as faixas infanto-juvenis.

Nos artigos e editoriais posteriores acerca da temática petrolífera, o *Correio da Manhã* procurou incentivar os administradores dos demais estados brasileiros a seguirem os passos tomados pelo governo do Estado de Alagoas. Os interventores do Paraná, do Espírito Santo, de São Paulo, e de muitas outras unidades federativas do país, foram convidados a assumir a responsabilidade de desenvolver os necessários estudos geofísicos, indispensáveis aos trabalhos de prospecção relacionados à extração do petróleo, já que o governo federal se esquivava “indesculpavelmente” de assumir tal papel. A Vargas e ao Ministro da Agricultura, o Sr. Odilon Duarte Braga, restaram muitas e enfáticas reprovações, sobretudo, em virtude da morosidade e do desinteresse com o qual eram conduzidos os debates sobre o petróleo nacional.¹⁶⁵

Nas discussões empreendidas em torno do “problema do petróleo”, o *Correio da Manhã* procurou, ainda, estimular o sentimento patriótico nos brasileiros:

¹⁶² REGO, Costa. “A companheira da loucura...”. *Correio da Manhã*, 16/09/1936, p. 02.

¹⁶³ Costa Rego foi Secretário de Agricultura de Alagoas entre os anos de 1912 e 1915. Posteriormente, entre 1924 e 1928, governou o Estado. Foi, ainda, Senador da República por Alagoas em dois períodos; primeiro, entre 1929 e 1930, e por fim entre 1935 e 1937. Sua luta em favor de uma exploração nacional do petróleo brasileiro já vinha de longa data e, nos anos 1930, estava tornando-se lendária.

¹⁶⁴ Publicado no ano de 1937, o livro é de autoria de Monteiro Lobato.

¹⁶⁵ REGO, Costa. “Maravilha e angústia”. *Correio da Manhã*, 07/02/1937, p. 02.

O patriotismo não está na invocação apenas da pátria; está no serviço, mesmo obscuro, prestado à segurança e à grandeza do país. Os que desejam o petróleo brasileiro, e fazem por encontra-lo, ainda quando errados em seus conceitos, e quando inscientes em suas buscas, e quando apaixonados em suas críticas, são patriotas legítimos. Nunca uma ideia venceu sem o excesso e a exaltação dos pioneiros.

Deveríamos ensinar em cada escola a criança a reclamar o petróleo, em cada rua o transeunte a perguntar sobre o petróleo, em cada casa o cidadão a pensar no petróleo, porque sem petróleo nós não seremos nós mesmos.¹⁶⁶

Os redatores e colaboradores do jornal buscaram combater, desse modo, a penetração dos capitais estrangeiros nas indústrias que seriam desenvolvidas para explorar o potencial petrolífero brasileiro. A posição do diário era ativa e intervencionista, e seus redatores e colaboradores, de modo constante, procuravam modelar a opinião pública local de acordo com seus interesses. O discurso propagado pelo *Correio da Manhã*, decerto, ecoou mais alto a cada momento e pressionou o governo Vargas a construir barreiras protecionistas que assegurassem a exploração do petróleo aos brasileiros.

A análise das representações construídas pelo *Correio da Manhã* sobre o cardenismo – e a maneira como este regime político se posicionou perante as companhias anglo-americanas que exploravam o petróleo mexicano nos anos 1930 – torna-se mais clara e segura depois de compreendermos a visão que os redatores do matutino direcionavam aos debates em torno do petróleo brasileiro. Como pudemos observar, entre os anos de 1934 e 1938, o *Correio da Manhã* propagou os benefícios de uma empreitada nacionalista com relação ao petróleo disponível no Brasil, e defendeu de modo ardente que as jazidas e reservas locais não deveriam, em hipótese alguma, ser exploradas por companhias que não fossem nacionais.

Neste sentido, no período compreendido entre a eleição do presidente Lázaro Cárdenas, em 1934, e o ano de 1938, o *Correio da Manhã* apresentou o processo revolucionário pelo qual o México passara como a consequência última das disputas em torno do petróleo, um recurso tão abundante quanto problemático naquele país. De acordo com o periódico, tais disputas colocaram interesses ingleses e norte-americanos em rota de colisão, de modo que, ao Estado mexicano restou o ônus de amenizar os impactos negativos originados desse embate. Desse modo, o *Correio da Manhã* apresentou a decadente Revolução Mexicana – associada até então à corrupção callista, ao caos e à desordem – como o resultado da fraqueza de um governo incapaz de salvaguardar a soberania da nação. Neste trágico cenário, Lázaro Cárdenas, evidentemente, demonstrava força; todavia, embora lutasse

¹⁶⁶ *idem*.

vigorosamente contra os interesses do capital estrangeiro, ainda não tinha conseguido extirpar as perniciosas heranças das políticas de seus predecessores.

A ruptura que colocaria fim à agonizante situação do México deu-se somente com a expropriação das companhias petrolíferas, consumada a 18 de março de 1938. A partir desse momento, inicia-se nossa segunda tendência, quando o periódico carioca passou a apoiar de modo entusiasta o tratamento dado pelo governo mexicano à questão petrolífera. Conforme os redatores e colaboradores do *Correio da Manhã*, a guinada nacionalista concretizada por Lázaro Cárdenas em relação ao “problema do petróleo” simbolizou a renovação do processo revolucionário mexicano, e passou a ser frequentemente apresentada como alternativa viável para os percalços que circundavam a exploração do petróleo no Brasil.

Poucos dias depois de confirmar-se a expropriação, por meio de um editorial, o *Correio da Manhã* atestou a legitimidade do decreto emitido pelo general Cárdenas. De acordo com o periódico carioca, a “louvável” atitude do presidente mexicano resolvia de uma vez por todas um espinhoso problema, e demonstrava que uma nação, quando perfeitamente unida em governo e povo, poderia enfrentar os mais severos desafios, colocando-se, até mesmo, de modo intransigente aos interesses das potências colonizadoras. No caso, a potência em questão representava a Inglaterra, censurada pelo matutino em virtude de seu posicionamento extremamente discordante ante a demonstração de soberania da nação mexicana. Conforme o *Correio da Manhã*, o primeiro ministro britânico, Sr. Neville Chamberlain, acerca dos assuntos diplomáticos que envolviam sua pátria, revelou-se extremamente flexível em relação aos alemães e italianos, embora estes perpetrassem uma série de atrocidades no continente europeu, não direcionando o mesmo tratamento ao México, que apenas procurava libertar-se de um asfixiante escravismo econômico. Desse modo, o diário fluminense reprovou a posição de “dois pesos e duas medidas” externada pela cúpula londrina, criticando a nota de protesto emitida pela *city*¹⁶⁷, a qual foi considerada agressiva e infundada. Acerca da decisão tomada por Lázaro Cárdenas, o periódico se mostrou favorável:

Os interesses vitais do Império Britânico acham-se hoje mais ameaçados do que nunca no Mediterrâneo, na África e no Extremo Oriente. Além disso, o formidável desenvolvimento da força aérea nazista vem, com razão, tirando o sono aos que tem a responsabilidade pela defesa da Inglaterra.
Em relação à Alemanha, Itália e Japão, Chamberlain é, a despeito disso, todo prosa, concessões e propostas amigáveis. Quando, porém, o governo do

¹⁶⁷ Maneira como o *Correio da Manhã*, por intermédio de seus redatores e colaboradores, algumas vezes, referiu- a Londres.

México se decide patrioticamente a nacionalizar o petróleo mexicano o primeiro ministro se lembra de que esse produto é indispensável à defesa do Império e arma uma carranca ameaçadora.

O México ainda não é certamente, quanto ao potencial bélico, da mesma *dimensão* de que a Alemanha, a Itália ou o Japão. Não obstante isso terá agora Chamberlain o desprazer de verificar que a sua *nota* impressionou tanto o presidente Cárdenas quanto o protesto tardio e insincero que ele enviou a Berlim contra a anexação da Áustria comoveu o Führer.¹⁶⁸

O *Correio da Manhã* elogiou a atitude enérgica de Lázaro Cárdenas porque sua opção em favor da nacionalização ia de encontro às considerações estatizantes mantidas pelo corpo editorial do jornal com relação ao petróleo brasileiro. Conforme os redatores do diário carioca, o presidente mexicano exibiu sua grande inteligência e enorme coragem ao demonstrar aos povos “do lado de cá do Atlântico” que qualquer tipo de tutela, fosse ela financeira, fosse ela ideológica, deveria ser prontamente rechaçada. A atitude do general michoacano, em um plano simbólico, significava que os tempos coloniais, quando “[...] o simples mau humor de um irritadiço estadista britânico ameaçava a soberania de todos os povos do continente”, haviam sido suplantados, e que a América, ansiosa por libertar-se do jugo imperialista das potências estrangeiras, resistiria às imposições de uma Europa decadente.¹⁶⁹

Em contrapartida, ao se referir à posição mantida pelo Departamento de Estado de Washington acerca da expropriação das companhias petrolíferas, o jornal mantinha uma postura bem mais afável. De acordo com seus redatores, “[...] os Estados Unidos, dando uma prova eloquente da sinceridade de sua política de *boa vizinhança* em relação à América Latina, têm mantido uma linha de conduta irreprochável a esse respeito”¹⁷⁰, contribuindo sobremaneira para que o presidente Lázaro Cárdenas prosseguisse firmemente na execução de um vasto e complexo programa de desenvolvimento da economia mexicana que fora elaborado nos já distantes tempos de sua campanha eleitoral.

O regime cardenista, depois de sacramentar a nacionalização das companhias petrolíferas anglo-americanas, viu-se diante de uma complexa equação, sobretudo em relação aos valores que seriam pagos pelo governo do México às companhias expropriadas a título de indenização. Neste caso, o recurso encontrado pelas autoridades mexicanas, que decidiram emitir cem milhões de pesos destinados a saldar as dívidas com as petroleiras, foi apontado

¹⁶⁸ *Correio da Manhã*, “Tópicos & Notícias”, 13/04/1938, p. 04, grifo do autor.

¹⁶⁹ *idem*.

¹⁷⁰ *Correio da Manhã*, “A nacionalização do petróleo mexicano”, 17/04/1938, p. 03.

pelos redatores do *Correio da Manhã* como meio de solucionar “[...] de modo resoluto e sem preâmbulos” uma série de problemas que há muito arruinavam as perspectivas industriais do Brasil. Para o matutino fluminense, a estrutura de nossa indústria mineradora, por exemplo, apresentava-se absolutamente corrompida, uma vez que os variados recursos obtidos no riquíssimo subsolo brasileiro eram explorados unicamente por grandes conglomerados estrangeiros. Tal quadro, já bastante desalentador, tornava-se ainda mais sofrível se fosse levado em consideração o fato de que o governo federal, incompreensivelmente, cedia ferrovias e portos financiados exclusivamente com o capital nacional para o transporte de minério de ferro, alumínio e petróleo. Segundo o *Correio da Manhã*, as autoridades brasileiras contribuía de modo ativo para o sucesso de uma indústria que, embora produzisse lucros cada vez mais exorbitantes, em nada contribuía para desenvolver a economia local¹⁷¹. Em decorrência deste panorama, o jornal carioca defendeu a nacionalização das minas presentes no subsolo brasileiro, e, como de costume, repreendeu duramente o governo Vargas, acusando-o de manter uma postura conivente para com aqueles que tão gananciosamente dilapidavam o erário brasileiro.

As representações elaboradas pelo *Correio da Manhã* acerca do cardenismo produziram impactos significativos nas opiniões de seus leitores. O público do diário carioca passou a defender uma posição nacionalista do governo Vargas em relação ao petróleo, e o regime cardenista, neste cenário, despontou como uma referência positiva. Em texto publicado na sessão “Cartas à Redação”¹⁷², um indivíduo identificado como “um empregado em uma empresa de petróleo” escreveu diretamente ao redator-chefe do *Correio da Manhã*, Costa Rego, analisando uma série de questões que se relacionavam à exploração petrolífera no Brasil. O leitor, em suas apreciações, teceu variadas críticas, apontamentos e sugestões ao governo federal, e frequentemente apresentou a política nacionalista de Lázaro Cárdenas como um grandioso exemplo de patriotismo, digno de ser imitado pelo governo brasileiro.¹⁷³

A partir deste ponto, inicia-se a análise de nossa terceira tendência, já que o *Correio da Manhã* alterou radicalmente seu posicionamento em relação à política sustentada pelo governo Vargas quanto ao desenvolvimento da indústria petrolífera no Brasil. Esta mudança decorreu, a nosso ver, de três fatores distintos. Primeiro; devido à criação do Conselho Nacional do Petróleo, confirmada em 29 de abril de 1938 por Getúlio Vargas, órgão que,

¹⁷¹ *Correio da Manhã*, “Exportação de minérios e siderurgia”, 01/05/1938, p. 06.

¹⁷² Espaço cedido pelo jornal onde os leitores da folha teciam suas opiniões em relação as mais variadas temáticas. Geralmente, tais opiniões corroboravam ou legitimavam as posições sustentadas pelo corpo redacional do *Correio da Manhã*.

¹⁷³ *Correio da Manhã*, “Cartas à Redação – Ponto de vista de nossos leitores”, 03/06/1938, p. 05.

instaurado pelo Decreto-Lei nº 395, representou a primeira tentativa consistente do Estado para regulamentar o setor petrolífero. O CNP logo manifestou posições nacionalistas com relação ao petróleo, as quais foram sustentadas, sobretudo, por segmentos do Exército brasileiro¹⁷⁴. Segundo; a nomeação de um novo Ministro da Agricultura por Getúlio Vargas, o Sr. Fernando de Sousa Costa¹⁷⁵, muito mais otimista que seu predecessor, Sr. Odilon Duarte Braga, quanto à presença de petróleo no Brasil. Terceiro; e este hipotético, devido à submissão dos exemplares do jornal que seriam publicados ao exame de censores.

A legislação promulgada quando da criação do CNP previu a nacionalização de todas as atividades desenvolvidas até aquele momento em torno do petróleo brasileiro. Desse modo, previa-se a estatização imediata de todas as pequenas refinarias atuantes no final dos anos 1930. Nos âmbitos do CNP, preconizou-se também um rigoroso controle governamental sobre todos os aspectos que envolviam a indústria petrolífera no Brasil. Determinou-se que o capital privado poderia, porventura, compor o desenvolvimento do setor, sobretudo por meio de concessões avalizadas pelo Estado para a extração e o refinamento do óleo. Todavia, o alcance das ferramentas governamentais sinalizava claramente para a predominância de uma opção estatizante. O general Júlio Caetano Horta Barbosa, constantemente elogiado pelos redatores do *Correio da Manhã*, foi escolhido por Getúlio Vargas para presidir o CNP, função que exerceu entre os anos de 1938 e 1943. De inclinação positivista, Barbosa não hesitou em utilizar-se da lei para inibir a operação de companhias privadas, o que o colocou em conflito, por exemplo, com os representantes da poderosa Standard Oil Company. Neste sentido, destacou-se o episódio em que Horta Barbosa procurou nacionalizar as jazidas petrolíferas descobertas na Bahia, iniciando as tramitações para a construção de uma refinaria completamente estatal.

As representações do periódico, a partir desse momento, passaram a congratular o governo federal por sua mudança de atitude em relação à questão petrolífera. No ponto de vista dos redatores e colaboradores do *Correio da Manhã*, o presidente Getúlio Vargas, que antes se demonstrava vacilante, agora se empenhava em proteger os interesses políticos e econômicos da nação, defendendo um recurso primordial dos muitos e gananciosos interesses estrangeiros.

¹⁷⁴ (Conselho Nacional do Petróleo. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/ConselhoPetroleo>>. Acesso em: 02/02/2015.)

¹⁷⁵ Exerceu o cargo entre 13 de novembro de 1937 e 3 de junho de 1941. É considerado o descobridor do petróleo em Lobato, na Bahia. (SANTOS, Eurico. “Da ema ao beija-flor”. F. Briguet & Cia, 1952.)

Costa Rego, quando da descoberta de petróleo na região de Lobato, por exemplo, afirmou que o Estado varguista, personificado em seu Ministro da Agricultura, felicitou-se por encontrar o óleo no Estado da Bahia:

Observe-se agora a conduta do governo: ao passo que há dois ou três anos o ministro da Agricultura se inclinava sempre, obstinado, a considerar ilusórias as manifestações petrolíferas da costa do Brasil, hoje, não sendo mais a mesma pessoa, é o primeiro a celebrar o aparecimento do óleo mineral em Lobato como um triunfo e um resultado.¹⁷⁶

Para o redator-chefe do *Correio da Manhã*, o governo federal, que abandonara seu velho e irracional negativismo, era o grande responsável pelo achado, uma vez que “[...] o óleo de Lobato não jorrou por acaso, e sim porque o governo acreditou que ele jorraria e fez esforços e empregou diligências para que jorrasse”¹⁷⁷. O jornalista destacou, ainda, o papel determinante exercido por Fernando de Sousa Costa em todo o episódio, afinal “Foi por não ter cruzado os braços o atual ministro da Agricultura que Lobato se afirmou. A vitória alcançada não é do acaso: é, a rigor, da administração.”¹⁷⁸

Segundo o *Correio da Manhã*, a descoberta em Lobato inaugurava um novo e próspero panorama econômico para o Brasil, uma vez que o parque industrial nacional, com a presença do óleo combustível, finalmente deslancharia em toda sua potencialidade. De acordo com Bastos Tigre, em artigo publicado no *Correio da Manhã*, não era somente a indústria urbana que seria favorecida com o incremento da produção de petróleo no país. A agricultura, em sua visão, também o seria, uma vez que os muitos benefícios da mecanização estender-se-iam, certamente, às lavouras, onde “Ninguém desconhece que a máquina executa o trabalho mais rápido, mais perfeito e mais barato [...]”¹⁷⁹ do que os braços humanos.

Até o ano de 1940, o último em que Cárdenas governou o México, as políticas nacionalistas do general michoacano foram utilizadas pelos redatores do *Correio da Manhã* para corroborar, justificar e/ou legitimar suas opções estatizantes acerca do petróleo brasileiro. O periódico fluminense se colocou de modo favorável ao México nos desdobramentos que se seguiram à expropriação das companhias petrolíferas, em 1938; entretanto, é notável que, depois da suposta mudança de posição do governo Vargas com relação ao petróleo brasileiro,

¹⁷⁶ REGO, Costa. “Vitória da administração”. *Correio da Manhã*, 27/01/1939, p. 02.

¹⁷⁷ *idem*.

¹⁷⁸ *idem*.

¹⁷⁹ TIGRE, Bastos. “Agricultura e petróleo”. *Correio da Manhã*, 03/02/1939, p. 04.

as reportagens publicadas pelo *Correio* sobre as políticas nacionalistas de Lázaro Cárdenas diminuiriam consideravelmente em quantidade.

2.2.2. A questão agrária

Nos anos 1930, embora o Estado tenha assumido uma posição mais ativa com relação ao desenvolvimento industrial brasileiro, o setor agrícola ainda se apresentava como o carro-chefe da economia local. Destacou-se, nesse sentido, o café, responsável por 70% de toda a receita exportada pelo país entre os anos de 1930 e 1933, e por 48%, em período posterior, entre os anos de 1933 e 1939. Desde o ano de 1906, em conjunto com o governo do Estado de São Paulo, o governo federal empreendeu uma política em defesa do café, devido à depreciação sofrida pelo produto nos últimos anos do século XIX. Com o intuito de valorizar os imprescindíveis grãos, foi reduzida a sua oferta, mecanismo que envolvia a compra e estocagem do produto. O resultado se fez sentir brevemente, e o café, já na segunda década do século XX, recuperou parte de seu prestígio e de seu preço no cenário internacional. (LEOPOLDI, 2003, p. 244)

Neste contexto favorável, a área cultivável foi expandida. As grandes safras produzidas nos anos 1920 refletiram os bons resultados econômicos obtidos com o plantio de café entre os anos de 1906 e 1919. Os investidores não previram, contudo, a severa crise financeira que se abateria sobre o sistema capitalista no final da década, tampouco suas nefastas consequências, como a nova derrubada do preço do café e os enormes prejuízos à dependente e frágil economia brasileira. O impacto foi tão considerável que, entre os anos de 1929 e 1933, o Brasil observou sua receita cambial se reduzir em 62%, além da contemplar, passivamente, a completa suspensão dos investimentos estrangeiros. (SIMONSEN, 1995, p. 13 apud LEOPOLDI, 2003, p. 246)

Em um panorama de terrível crise econômica, o Estado agiu no sentido de recuperar as finanças do país. Para tal, as autoridades procuraram resgatar o valor do café no mercado externo, enquanto fomentavam uma necessária e maior diversificação em nível econômico. Neste cenário, outros produtos agrícolas despontaram como alternativas para aliviar os efeitos da crise. Chamam a atenção, nesse momento, o cacau, relacionado à economia regional da Bahia, que aumentou sua participação na composição dos produtos exportados pelo Brasil para quase 5%, entre os anos de 1933 e 1939, e o algodão, que saltou de 1,4%, entre 1930 e

1933, para aproximadamente 18%, no período compreendido entre 1934 e 1939, sobretudo em virtude do comércio compensado praticado com os alemães. (VILLELA; SUZIGAN, 1973, p. 70 apud LEOPOLDI, 2003, p. 247-248)

Sempre vigilante, o *Correio da Manhã* percebia e examinava as maquinações dos governantes brasileiros, que trabalhavam com o intuito de conduzir o país novamente aos trilhos do progresso econômico e material. Em suas apreensões, o jornal carioca, muitas vezes, mostrou-se crítico à maneira como os agricultores conduziam os negócios referentes ao campo, bem como ao governo federal e às políticas de incentivo à agricultura. Assim como em relação ao petróleo, o modelo de gestão cardenista – neste caso em âmbito agrícola – foi apresentado pelo periódico fluminense como alternativa para os problemas que afligiam o sistema agrário brasileiro. Adiante, analisaremos criteriosamente a qualidade dessas interpretações que, uma vez mais, apresentar-se-ão como representações, conectando-se diretamente à conjuntura política e econômica do Brasil nos anos 1930.

O *Correio da Manhã*, de modo veemente, defendeu o uso de tecnologias nos trabalhos relacionados ao campo, bem como o emprego de uma estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades. De acordo com o corpo editorial do periódico, o México de Lázaro Cárdenas seguiu acertadamente neste rumo, uma vez que prevalecia na organização de seu sistema agrícola o profícuo desenvolvimento de organizadas e produtivas cooperativas assentadas em uma dinâmica estrutura de minifúndios. Antecipamos que tal posicionamento do jornal, favorável à administração cardenista em sua relação com a agricultura, foi exibido de modo constante pelo *Correio* no período compreendido entre os anos de 1934 e 1940. A primeira interpretação do diário carioca com este viés resultou de uma análise fornecida por Pimentel Gomes, articulista assíduo do jornal fluminense, que exaltou o modelo agrícola mexicano em suas semelhanças para com o dinamarquês, representado naquele momento como o padrão ideal no que dizia respeito à organização e exploração do campo.

Conforme Gomes, a Dinamarca, desde tempos remotos, sofria economicamente com os efeitos negativos de uma profunda escassez de terras, situação agravada pela ausência de recursos hídricos e minerais no interior de seus limites. Para sobreviver restaram ao homem dinamarquês duas alternativas: a pesca, praticada com audácia por alguns indivíduos no tormentoso Mar do Norte; ou a agricultura, de difícil desenvolvimento em um território de solo naturalmente pobre. Em uma escala maior, optou-se pela segunda alternativa e o governo dinamarquês, a partir daquele momento, empreendeu uma verdadeira revolução no país, ora investindo na construção de escolas de agricultura, ora financiando pesquisas que em muito beneficiaram o desenvolvimento nacional. Estas ações trouxeram resultados quase que

imediatos, e desse modo, o camponês da Dinamarca se tornou “[...] o mais culto de toda a Europa”¹⁸⁰. Para Gomes, esta cultura, somada aos esforços do poder público, bem como à construção de uma sólida e poderosa estrutura cooperativista, foram capazes de sobrepujar as péssimas condições naturais que até então haviam limitado a economia dinamarquesa.

Em sua análise, o articulista afirmou que o México de Cárdenas seguiu fielmente os passos do povo nórdico, copiando seu acertado e produtivo modelo. Os reflexos dessa conduta podiam ser facilmente percebidos em Yucatán, onde a agave, apesar das péssimas condições naturais e do solo paupérrimo em nutrientes, era produzida em larguíssima escala. Contribuíram, para tal, três ações promovidas pelo Estado, as quais foram sintetizadas em investimentos em tecnologia, organização de cooperativas e promoção do sistema *ejidal*. Ao prosseguir em seu exame, Gomes afirmou que os brasileiros, para ultrapassar o “[...] processo antiquado, colonial, de uma falta de higiene pavorosa, e caríssimo”¹⁸¹ que até então caracterizara sua empresa agrícola, necessitavam apenas observar e imitar os sistemas cooperativos apoiados em tecnologias desenvolvidos por dinamarqueses e mexicanos. O autor abriu parênteses, aliás, para afirmar elogiosamente que na Paraíba e em São Paulo tal processo já havia sido iniciado, todavia, retomou o tom reprobatório e ácido ao determinar que a necessidade de incrementá-lo e expandi-lo em muitas vezes era bastante urgente, conforme as proporções continentais que distinguem a extensão do território brasileiro.

Até mesmo em relação ao café, cultura na qual o Brasil se destacava como o maior produtor mundial, as políticas agrárias do cardenismo foram apontadas pelo *Correio da Manhã* como estratégia louvável para a obtenção e incrementação dos lucros. Em junho de 1936, através de um editorial, os redatores do periódico carioca afirmaram que a intensificação da produção de café no México era consequência direta dos esforços promovidos pelo Estado, que sensivelmente passou a prestar auxílio aos exportadores daquele produto. O diário salientou de modo positivo, entre outras medidas adotadas por Lázaro Cárdenas, “[...] o financiamento da exportação, com créditos a longo prazo e juros baixos [...]”¹⁸², assim como a fundação de um banco criado especialmente para atender as demandas de crediário.

Ao averiguar os reflexos da ação do Estado mexicano sobre a produção de café, o *Correio da Manhã* concluiu que os benefícios se apresentaram ainda no ano de 1936, quando

¹⁸⁰ GOMES, Pimentel. “O cooperativismo no Brasil”. *Correio da Manhã*, 20/03/1936, p. 04.

¹⁸¹ *idem*.

¹⁸² *Correio da Manhã*, “Tópicos & Notícias”, 04/06/1936, p. 04.

o país exportou, aproximadamente, 500000 sacas do produto¹⁸³. O periódico destacou que as cifras mexicanas, embora fossem ainda bastante inferiores se comparadas à realidade da produção brasileira, já podiam despertar certos temores, sobretudo naqueles que se lembravam do recente exemplo colombiano. Conforme o diário, a Colômbia iniciara sua produção cafeeira com números ainda mais modestos que os mexicanos; porém, em 1936, já ultrapassava a cifra de oito milhões de sacas exportadas por ano, rivalizando francamente com o café produzido no Brasil.

Em tom introspectivo, o *Correio da Manhã* concluiu sua análise sobre as ações promovidas pelo Estado cardenista com a breve frase, “Não será uma lição proveitosa aos países veteranos na cultura e exportação do café?”¹⁸⁴, sugerindo que o governo brasileiro deveria analisar com maior atenção os exemplos fornecidos pela administração mexicana em relação à expansão da cultura cafeeira naquele país. No ponto de vista dos redatores do diário, o Brasil, que possuía um modelo diretivo defasado e anacrônico, poderia, ao observar a sólida e positiva lição mexicana, equacionar muitas questões de âmbito interno.

Este posicionamento do *Correio* vai de encontro às críticas que seu núcleo diretor promoveu à administração varguista acerca do café, bem como aos desdobramentos que se seguiram ao famigerado episódio da quebra da bolsa de Santos, em 1937. Segundo Gondin da Fonseca¹⁸⁵, colaborador do jornal que compunha também seu corpo redacional, o país enfrentava, no início do ano de 1937, “[...] o maior escândalo de que há notícia na história do Brasil republicano”¹⁸⁶. Tratava-se do conluio, supostamente, estabelecido entre o Departamento Nacional do Café¹⁸⁷ e o Instituto do Café de São Paulo¹⁸⁸, os quais acordaram

¹⁸³ *Correio da Manhã*, “Tópicos & Notícias”, 26/07/1936, p. 04.

¹⁸⁴ *idem*.

¹⁸⁵ Manuel José Gondin da Fonseca foi escritor, jornalista, historiador e biógrafo brasileiro. Carioca, Fonseca dedicou boa parte de sua vida ao *Correio da Manhã*, ora trabalhando como colaborador, ora compondo seu corpo redacional. Entre suas obras e reflexões destacaram-se *O Petróleo é Nosso* (sem data) e *O que você sabe sobre o petróleo? A Bíblia do Nacionalismo*, publicado em 1953. Em suas produções, Fonseca defendeu visões amplamente nacionalistas acerca da exploração dos recursos minerais localizados no subsolo brasileiro. (COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de. *Enciclopédia de literatura brasileira*. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, [Academia Brasileira de Letras](#), 2001: 2v.)

¹⁸⁶ FONSECA, Gondin da. “Atravesse o Titicaia, sr. Getúlio!”. *Correio da Manhã*, 24/02/1937, p. 04.

¹⁸⁷ O Departamento Nacional do Café (DNC) foi criado pelo decreto 22.452, de 10/2/1933, e extinto pelo decreto lei 9068, de 15/3/1946. Era subordinado ao Ministério da Fazenda e tinha por atribuições dirigir e superintender os negócios do café, capitando e dispondo das quantias arrecadadas, tendo em vista a melhoria da produção; unificar as medidas de defesa econômica do café nos estados; promover a repressão a fraudes e adulterações do produto; exercer a fiscalização efetiva sobre os institutos e associações de café existentes; organizar a propaganda e divulgação, por todos os meios, do processo de torração e moagem do café; regularizar e fiscalizar o embarque e transporte do café pelas estradas de ferro do país. (*Departamento Nacional do Café*. Disponível em: <[http://www.arquivonacional.gov.br/media/DNC%20final%201ago2013\[2\].pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/media/DNC%20final%201ago2013[2].pdf)>. Acesso em: 16/10/2014.)

¹⁸⁸ Em 1922, foi criado o Instituto de Defesa Permanente do Café, órgão destinado a organizar o mercado produtor nacional. Não tardou muito para que essa função passasse a ser atribuição do estado de São Paulo, com a criação, em 1924, do Instituto do Café de São Paulo. (*Instituto do Café de São Paulo*. Disponível em:

entre si uma deliberada e engenhosa especulação na Bolsa de Santos. O resultado desta estratégia foi o impressionante lucro de, aproximadamente, cento e dez mil contos de réis, que prontamente beneficiaram o Instituto do Café de São Paulo e a candidatura de Armando de Salles Oliveira à presidência da república. Conforme Fonseca, a manobra operada no Brasil não encontrava precedentes em parte alguma do globo terrestre, já que:

Não há exemplo, no mundo, de semelhante patifaria. Que o particular especule, – é mal, porém compreende-se. Mas que a especulação parta, precisamente, de dois órgãos destinados a coibir as especulações, nem na ilha da Baratária! Somente aqui, no Brasil.

Entre as muitas reprovações desferidas pelo jornal às políticas desenvolvidas em torno da empresa cafeeira, destacaram-se aquelas que condenavam duramente a destruição das sacas como meio de valorizar o preço do produto, bem como à paralisia das investigações sobre o episódio referente à quebra da Bolsa de Santos. Segundo o diário carioca, desde o convênio realizado em conjunto entre cafeicultores e representantes do governo federal, em julho de 1935, prevalecia nos empreendimentos cafeeiros do Brasil a mais completa desorganização, o que, por sua vez, alargava ainda mais os efeitos da grave crise enfrentada pelo país:

A destruição automática das sobras anuais manteve a superprodução e provocou a diminuição das exportações, assim como o aviltamento dos preços.

Para ocultar à lavoura esse fiasco e tentar acudir a ameaçada balança cambial, recorreu-se, em meados do ano passado, à campanha de alta que, depois de nos valer, em sucessivos banquetes, “promessas de dias felizes”, “justas esperanças” e anátemas contra os “baixistas que obtêm resultados na desgraça alheia”, acabou numa jogatina desenfreada e no fracasso da alta.¹⁸⁹

Em conformidade com o jornal carioca, a campanha de alta de preços, que absurdamente contava com o consentimento do governo Vargas, iniciada em meados de 1936, era sustentada por uma constante especulação cambial e produziu alívios apenas momentâneos em um quadro enormemente desfavorável, já que “A noção de que seja possível, no mercado de café, manter, artificialmente, preços fixos, não passa, com efeito, de

<<http://cpdoc.fgv.br/node/1873/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CafeEIndustria>> Acesso em: 16/10/2014.)

¹⁸⁹ ITABORAHY. “‘Causa Mortis’...”. *Correio da Manhã*, 24/02/1937, p. 04.

uma perigosa e terrível ilusão”¹⁹⁰. De acordo com o *Correio da Manhã*, as intervenções estabilizadoras promovidas pelo governo foram incapazes de se impor à superprodução e à crescente concorrência estrangeira, de modo que o mercado, fundamentado sobre a lei básica de oferta e procura, encarregou-se de trazer os preços naturalmente para níveis mais baixos. As fases de crescimento econômico eram, assim, sucedidas sistematicamente por resultados de declínio cada vez mais constantes e acentuados, e os mecanismos encontrados pelas autoridades para projetar a alta foram duramente questionados pelo matutino fluminense.

Mediante este conturbadíssimo quadro que assolava a economia brasileira, o *Correio da Manhã* asseverou que, no país, cultivava-se um solo fértil e perigoso, propício ao desenvolvimento de atitudes antiéticas e desonestas. Na visão do corpo editorial do diário carioca, era fundamental que o presidente Getúlio Vargas intervisse rapidamente em favor de uma investigação ampla e profunda acerca dos eventos promovidos pelo Departamento Nacional do Café e do Instituto do Café de São Paulo. Gondin da Fonseca, novamente, e utilizando-se de uma ironia fina, produziu um ácido artigo acerca dos eventos relacionados à quebra da Bolsa de Santos. Em tom anedótico, o jornalista escreveu que, certo dia, caminhando por seu trajeto obrigatório pela avenida que o conduzia à redação, encontrou um antigo colega de colégio, alto, robusto e muito expansivo, alcunhado no passado como Dom Quixote. A personalidade deste indivíduo, segundo Fonseca, era altamente ética e combativa, de modo que não ocorriam no colégio contendas ou injustiças nas quais ele não tomasse partido. Em contraposição a Dom Quixote, a personalidade do próprio Gondin congregava outros valores. Altamente cordial, o então jornalista era conhecido por seus pares, nos tempos distantes de sua infância, como Zé do Povo, devido ao seu temperamento extremamente passivo, moroso, “bisonhamente brando” e pouco reclamador. Era “do Povo” porque era explorado e porque não revidava. Deste inusitado encontro no tempo presente, despontou um diálogo. Dom Quixote, com sua voz gutural imponente, bradou a Zé do Povo:

__ Que me diz V. desta República? (o qualificativo que ele deu a esta República não se pode decentemente escrever).

Dom Quixote espantou os transeuntes da Avenida logo depois de me abraçar e de saber de minha saúde.

__ Você está seguindo este caso da sucessão presidencial?

Declarei-me indiferente ao assunto.

¹⁹⁰ *idem*.

__ Sempre o mesmo Zé do Povo! O Brasil está com problemas gravíssimos a resolver. __ problemas financeiros, problemas industriais, problemas sociais.¹⁹¹

Conforme Dom Quixote, os efeitos de grande parte destes problemas recaíam, sempre, sobre a parte menos abastada dos cidadãos brasileiros, afinal, “Há populações inteiras que morrem de fome.”¹⁹², e perante este trágico panorama “[...] que fazem os nossos pró-homens?”¹⁹³

Ao responder esta questão, Dom Quixote – exprimindo, em verdade, o ponto de vista de Gondin da Fonseca, afirmou enfaticamente a Zé do Povo:

Tratam de conchavos, arranjos, combinações, a ver quem irá ao Catete desempenhar o lugar de presidente do Sindicato Político de Exploração de Impostos que devasta o país.

Um tanto incomodado com esta catilinária, que era proferida aos berros, convidei D. Quixote para tomar um café, e escolhi cautelosamente uma mesinha bem ao fundo, bem apagada.

__ E os escândalos administrativos? Enumere-os. Nem têm conta! Houve o da exportação clandestina de ouro para a Inglaterra; o do empréstimo de Lazard Brothers em que atuaram Murray, Simonsen & Cia.; o da Bahia, que enriqueceu muita gente; o do câmbio; o do café... Esse (o último) foi talvez o mais escandaloso de todos, porque o realizaram as duas entidades criadas para coibi-lo: o Departamento Nacional do Café e o Instituto do Café de São Paulo.¹⁹⁴

A nosso ver, é nítido que, de acordo com o ponto de vista de Dom Quixote – ou de Gondin da Fonseca, ou até mesmo do *Correio da Manhã* –, a falcatrua que desembocou na quebra da bolsa de Santos, e que envolvia diretamente órgãos de nível federal, estadual, mais representantes da classe produtora, além de conflugar o mais absurdo de todos os escândalos que desmoralizavam o governo Vargas, e que tão tristemente acentuava a situação de crise da economia brasileira, externava a completa falência da empresa cafeeira no país. O jornal, inclusive, valeu-se deste evento para enumerar outros tantos acontecimentos que, como nódoas, impregnavam-se na história da política brasileira.

¹⁹¹ FONSECA, Gondin da. “Louco varrido!”. *Correio da Manhã*, 28/02/1937, p. 04.

¹⁹² *idem*.

¹⁹³ *idem*.

¹⁹⁴ FONSECA, Gondin da. “Louco varrido!”. *Correio da Manhã*, 28/02/1937, p. 04..

Ao encaminhar-se à conclusão de sua longa e repreensível análise, Dom Quixote afirmou a *Zé do Povo* que a condução das investigações demonstrava, uma vez mais, que prevaleceria a impunidade, pois:

Não haverá inquéritos. Não houve furto. Furto é uma palavra feia, e gente distinta não furta. O próprio governo, aliás, não quererá que se fale muito no escândalo. O Departamento e o Instituto acabarão dizendo que foi sem querer, ___ e fica por isso mesmo.¹⁹⁵

Ácida e ironicamente, Gondin da Fonseca, ressentido com o ritmo dado às investigações, finalizou seu texto afirmando que D. Quixote, o pobre, não passava de um louco varrido, pois somente um lunático “avoado” como ele não desconfiaria da ação punitiva do governo. É neste contexto que as ações promovidas por Lázaro Cárdenas em relação à empresa cafeeira mexicana foram tão louvadas, contrapondo-se ferrenhamente às políticas administrativas direcionadas por Vargas aos problemas da produção do grão no Brasil.

A visão positiva manifestada pelo *Correio da Manhã* acerca da gestão agrícola empregada durante o cardenismo não se restringiu às práticas que o Estado mexicano promoveu em benefício da empresa cafeeira. Ao analisarmos os artigos e editoriais publicados pelo diário carioca, notamos que em relação a outras culturas, como o algodão, por exemplo, as ferramentas empregadas pelo governo Cárdenas para auxiliar os agricultores foram sistematicamente elogiadas. Neste ponto, uma vez mais, a realidade mexicana foi oferecida às autoridades brasileiras como referência positiva, pronta a ser imitada.

Entre os anos de 1933 e 1939, a produção de algodão no Brasil foi aumentada em, aproximadamente, treze vezes. A fibra branca, até então mera coadjuvante no quadro de gêneros exportados pelo país, consolidou-se economicamente como um dos produtos mais importantes daquele período. Tal crescimento se deve, sobretudo, ao comércio de permutas praticado com os alemães, previsto nos Acordos de Compensação estabelecidos em 1934 e 1936, respectivamente¹⁹⁶. O conteúdo desses tratados estabeleceu que, em troca de artigos manufaturados variados, o Brasil garantiria à Alemanha matérias-primas diversas, tais como o algodão, o couro e o tabaco. Ao averiguar a intensificação da produção algodoeira no país, o *Correio da Manhã* citou diversas das experiências mexicanas como exemplos saudáveis para

¹⁹⁵ *idem*.

¹⁹⁶ (*Anos de Incerteza 1930-1937*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RelacoesInternacionais>> Acesso em: 18/10/2014.)

os agricultores brasileiros que se aventuravam com o cultivo desse produto, assim como congratulou a ação do governo Cárdenas em função de seu posicionamento de apoio e incentivo aos produtores.

Segundo o *Correio da Manhã*, o cultivo de algodão se desenvolveu largamente no México, sobretudo, devido às ações e políticas empreendidas pelo Estado cardenista. Conforme o diário carioca, no que tange à produção desta matéria-prima, assim como tinha ocorrido em relação ao café, o governo se mostrou solidário aos dramas e obstáculos enfrentados pelos agricultores. Entre outras práticas adotadas durante o cardenismo que contribuíram para a incrementação da produção algodoeira no México, o periódico destacou o desenvolvimento de uma estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades de terra – o sistema *ejidal* –, a criação de um aparato financeiro capaz de fornecer crédito para os pequenos produtores a juros baixos, as iniciativas referentes à educação e às tecnologias que alteraram a mentalidade do camponês mexicano e o estímulo às organizações cooperativistas.

Tais escolhas reverberaram em prosperidade econômica, uma vez que a exportação do algodão produzido no México registrou um aumento de 7.778.162 quilogramas, em 1934, para 30.514.897 quilogramas, em 1935. Entre os maiores importadores, destacavam-se os Estados Unidos e o Japão, seguidos de perto por alemães e ingleses¹⁹⁷. Sobre a safra de 1936, o *Correio da Manhã*, de modo otimista e por meio de um editorial, apresentou seus números positivos. Conforme o matutino carioca, os lucros nos seis primeiros meses do ano já ultrapassavam a cifra dos 18 milhões de pesos, o que certamente influenciava o governo mexicano a manter suas promissoras e acertadas opções em relação ao cultivo do algodão. De modo bastante reflexivo, afirmou-se no *Correio* que o registro de tais informações deveria ser utilizado por aqueles que se empenhavam em organizar a política algodoeira no Brasil.¹⁹⁸

É necessário destacar, porém, que a opinião emitida pelo núcleo diretor do *Correio da Manhã*, que se mostrava favorável à gestão cardenista em relação ao algodão e à aplicação da mesma nos empreendimentos algodoeiros do Brasil, foi contrariada por alguns colaboradores do diário, preocupados com a importância assumida por tal cultura no quadro das exportações nacionais nos anos 1930. Não são incomuns, nesse momento, artigos e reflexões que questionaram o ponto de vista dos redatores do jornal, clamando por intervenções do poder público no sentido de conferir novos rumos à lavoura brasileira.

Em análise de Pimentel Gomes, por exemplo, publicada em junho de 1938, afirmou-se que a produção de algodão no Brasil se encontrava em franca expansão, detendo números

¹⁹⁷ *Correio da Manhã*, “Tópicos & Notícias”, 05/07/1936, p. 04.

¹⁹⁸ *Correio da Manhã*, “Tópicos & Notícias”, 01/07/1936, p. 04.

cada vez mais impressionantes. Contudo, o jornalista, ao invés de se mostrar otimista em relação a este notável desenvolvimento, protestou contra os esforços do governo Vargas, afirmando que este deveria, antes, direcionar suas energias à solução dos problemas que circundavam a empresa cafeeira no Brasil. Segundo Gomes, a cultura do café era menos cosmopolita do que o algodão, e, em longo prazo, fatalmente mostrar-se-ia mais lucrativa para o país. O articulista asseverou que o Estado poderia equacionar todas as dificuldades que cercavam a produção e a venda do café, e utilizou o México como exemplo, a fim de endossar seu argumento. De acordo com Gomes, a agave era capaz de transformar a ressequida região de Yucatán em um cenário de prosperidade somente mediante as firmes e corretas iniciativas adotadas por Lázaro Cárdenas.¹⁹⁹

Esta posição pouco entusiasta do *Correio da Manhã* acerca da produção de algodão no Brasil, aliás, despontou em um momento em que a proximidade econômica do país com as nações que compunham o Eixo passou a ser mais duramente questionada por seus redatores e articulistas. A nosso ver, os colaboradores do diário, como Pimentel Gomes, ansiosos com as alianças comerciais e o comportamento dúbio mantido por Getúlio Vargas – em sua “equidistância pragmática” – contiveram suas manifestações de apoio a uma produção que, em sua maior parte, abastecia somente o mercado alemão. Em vários artigos, o *Correio* salientou que o Brasil deveria fomentar relacionamentos comerciais mais saudáveis com seus vizinhos latinos, ou reforçar velhos laços com antigos aliados, neste caso, os Estados Unidos e a Inglaterra. Até mesmo em relação ao café o tom das reportagens se modificou, tornando-se mais ameno e otimista.

Em artigo de Eurico Penteado, afirmou-se que a nova orientação dada pelo governo Vargas às políticas que regulamentavam o setor cafeeiro era elogiável, uma vez que previa a redução da taxa de exportação do produto. De acordo com o jornalista, tal mudança reverberou em amplos benefícios para os agricultores, afinal, do ponto de vista econômico, era muito mais interessante procurar meios de exportar o café em excesso do que destruí-lo em “inúteis fogueiras”²⁰⁰. A fim de corroborar suas análises, Penteado apresentou diversos números, expondo a situação da empresa cafeeira antes e depois da intervenção desferida pelo governo federal. Enfaticamente, seu artigo afirmou que:

¹⁹⁹ GOMES, Pimentel. “Rumos novos à lavoura”. *Correio da Manhã*, 21/06/1938, p. 04.

²⁰⁰ PENTEADO, Eurico. “O Café”. *Correio da Manhã*, 21/04/1938, p. 04.

Não é demais repetir, porque a repetição é ainda melhor do que a argumentação em casos de certa natureza: nos quatro últimos meses à redução da taxa (julho a outubro) o Brasil exportou 3.705.000 sacas de café; nos quatro meses posteriores à mudança de orientação (dezembro a março), exportou 5.895.000. (Cifras da Bolsa de Café de Nova York. O mês de novembro, por ter sido perturbado pela radical mudança havida, não tem valor estatístico, pelo que é excluído dos dois grupos). Ganhamos, pois, em quatro meses, 2.190.000 sacas, ou quase 540.000 por mês. Na média dos quatro meses anteriores à nova orientação, exportaríamos, em um ano, 11.112.000 sacas; na média dos quatro meses posteriores, exportaremos 17.676.000 sacas. Pois isso não é convincente, claro, definitivo, irrespondível?²⁰¹

Conforme Penteado, a ação do governo federal, embora ainda não resolvesse os problemas que assolavam a fragilizada economia brasileira, demonstrava minimamente o empenho das autoridades para atenuar a profundidade da crise. A partir deste momento, as reportagens do *Correio da Manhã* que criticavam a administração de Getúlio Vargas direcionada ao café desapareceram. Desapareceram, também, aquelas que apresentavam as políticas cardenistas como alternativa para a realidade brasileira. Em seus lugares, surgiram outras tantas que elogiavam os esforços do governo para alterar o cenário caótico e deficitário que atingia a economia local.

A nosso ver, esta diferença no posicionamento do periódico talvez não seja somente o reflexo das mudanças de orientação promovidas pelo governo Vargas em relação às taxas de exportação do café. Talvez a censura tenha sido mais determinante para que o corpo editorial do *Correio* assumisse uma conduta totalmente nova, dissonante do discurso que até então caracterizara suas publicações. A Constituição de 1937 aboliu completamente a liberdade de expressão, atacando um dos pináculos que, até então, sustentara a atuação do jornal carioca. A censura se deu, aliás, em diversos níveis, não se abatendo somente sobre a imprensa. Manifestou-se, ainda, no teatro, no cinema ou no rádio, meios que naquele momento surgiram como importantes expressões de pensamentos políticos contrários ao governo.²⁰²

À imprensa, especificamente, foi atribuído o caráter de serviço de utilidade pública, e todos os periódicos passaram a ser obrigados a publicar comunicados favoráveis ao governo federal. As consequências para o descumprimento dessa exigência eram extremamente arbitrárias, como, por exemplo, a prisão de editores ou a destituição de núcleos diretores, que

²⁰¹ *idem.*

²⁰² (Diretrizes no Estado Novo – Imprensa. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/Imprensa>> Acesso em: 27/10/2014.)

eram substituídos por funcionários do Estado. O Departamento de Imprensa e Propaganda era o responsável por executar tais medidas, quando necessárias, bem como por regulamentar o fornecimento de papel imprensa para os órgãos considerados legalizados. Nesse período, dezenas de jornais deixaram de circular, foram empastelados ou não obtiveram o registro que lhes permitia receber o papel imprensa, de modo que as críticas ao governo federal praticamente desapareceram dos diários de imprensa. Para escapar à censura, alguns jornais como o *Correio da Manhã*, passaram a tecer críticas extremamente sutis, quase imperceptíveis, ao governo federal. Costa Rego foi um verdadeiro mestre nessa ortografia, conhecida como estilo de censura, todavia, a maior parte da população, que decerto não era tão erudita, deixou de ser atingida por suas mensagens. Depois de novembro de 1937, a quantidade de artigos e editoriais que reprovavam as opções do governo Vargas publicados no *Correio* diminuiu absurdamente.

Mediante este novo cenário, as interpretações do *Correio da Manhã* que apresentavam experiências externas como modelos político-administrativos para a realidade brasileira também rarearam. Nesse sentido, um último e eloquente artigo referente às políticas agrícolas do cardenismo foi publicado no jornal, apresentando os benefícios que as ações do governo revolucionário mexicano impingiram sobre a economia local.

De acordo com Pimentel Gomes, o que se operava no México sob o comando firme de Lázaro Cárdenas era, antes de tudo, um verdadeiro milagre. Em um cenário caracterizado pelo articulista como o de “desilusão completa”, devido à aridez do solo, surgiu uma nação moderna e empreendedora, que investia em tecnologias para superar as limitadoras barreiras naturais. Conforme Gomes, Lázaro Cárdenas, com base em um plano de seis anos, alargou o programa de irrigação mexicano, transformando completamente a paisagem local.

Segundo Gomes, historicamente, o México havia sido aturdido por várias contendas, assim como pela desenfreada exploração estrangeira, percebida nos mais variados níveis. Tal situação conduziu o país a um panorama calamitoso, culminando em uma profunda e violenta revolução. De acordo com o articulista, a revolução havia passado por altos e baixos, e esmorecido em suas lutas no último decênio, convertendo-se em uma oportunidade para os traidores, os negociantes e os corruptos construir verdadeiras fortunas à custa do povo. Todavia, esta mesma revolução, sob a liderança correta de Lázaro Cárdenas, encontrava-se vigorosamente renovada:

Processa-se a revolução mexicana com segurança e pertinência, dividindo os latifúndios extremamente grandes, nacionalizando as minas e desenvolvendo um magnífico trabalho no que diz respeito à irrigação do solo, que vai transformando a fisionomia agrária das terras astecas.²⁰³

O artigo prosseguiu exaltando a obra desenvolvida pela Comissão Nacional de Irrigação, órgão federal que, até 1935, investira 90 milhões de pesos em tecnologias de irrigação nas regiões do norte do país, beneficiando aproximadamente 20 mil lavradores. A safra naquele ano atingiu a cifra respeitável de 40 milhões de pesos, porém os investimentos não diminuíram. Em 1938, a quantidade de terras irrigadas já havia dobrado, e o volume das vendas atingia quatro vezes o valor inicialmente investido. Conforme Gomes, tal empreendimento só se concretizou mediante a ação do governo mexicano, que desenvolveu estudos bastante aprofundados a fim de construir as barragens, os canais e outras obras indispensáveis para a construção de um aparelho irrigador. Os reflexos, segundo o jornalista, eram notáveis, e de modo entusiasta Gomes apresentou os resultados da eficiente política estatal:

E surge-nos um México novo, um México que está se transformando em um exemplo, pela sua operosidade, pela eficiência de suas instituições, pela energia com a qual o seu governo reverte aos nacionais às riquezas que os estrangeiros lançavam mão e exploravam em benefício próprio, alijando e desprezando os seus legítimos possuidores.²⁰⁴

No entanto, o artigo de Gomes foi o último a apresentar tal característica, a de valorizar as políticas mexicanas referentes ao campo. A partir de então, sobrevieram outras produções que estimavam, antes, as ações do governo federal, em detrimento daquelas de ordem estrangeira. O México de Lázaro Cárdenas e o modo como o Estado procurou desenvolver o setor agrícola naquele país desapareceram das páginas do diário carioca, como ocorreu, também, em relação ao petróleo, em uma clara manifestação ufanista. Desse momento em diante, foram publicados, inclusive, textos que afirmavam que o Brasil deveria elaborar alternativas próprias para obter o progresso material almejado, uma vez que o seu próprio processo histórico guardava especificidades não encontradas na construção de

²⁰³ GOMES, Pimentel. “Lições do novo México”. *Correio da Manhã*, 19/08/1938, p. 04-06.

²⁰⁴ *idem*.

nenhuma outra nação. A nosso ver, o jornal fluminense, que até então utilizara experiências estrangeiras para ilustrar os caminhos do progresso econômico e social, alterou radicalmente seu comportamento. Provavelmente, o caráter nacionalista dos indivíduos que, naquele momento, detinham o poder político no Brasil, se refletiu nas páginas do jornal carioca.

2.2.3. A questão educacional:

Os redatores e colaboradores do *Correio da Manhã*, durante a maior parte do período que abordamos em pesquisa, criticaram de forma constante e impiedosa as políticas que o Estado brasileiro direcionou às questões referentes à educação. Ao analisar tais interpretações ficou bastante nítido que, de acordo com a “ortografia da casa”, o governo do presidente Vargas era o responsável maior pela situação de crise econômica que afligia o Brasil nos anos 1930, crise esta causada, na visão do núcleo diretor do diário carioca, sobretudo, pela ausência de cultura e pela ineficácia do sistema de ensino vigente no Brasil.

Neste sentido, assim como ocorreu em relação ao desenvolvimento de uma indústria petrolífera no país, ou no que diz respeito ao incremento de uma estrutura agrária mais moderna e produtiva, as políticas educacionais implementadas durante o cardenismo foram expostas pelo corpo redacional do *Correio da Manhã* como alternativa adequada à realidade brasileira. Ao longo do sexênio cardenista, o jornal carioca apresentou um discurso bastante positivo acerca das mudanças e reformas empreendidas pelo Estado nas políticas pedagógicas vigorantes no México, enquanto, paralelamente, destilava toda a sua acidez em relação ao comportamento adotado pelas autoridades locais no que se referia ao mesmo assunto.

Em editorial publicado em agosto de 1935, por exemplo, o *Correio da Manhã* afirmou que o governo mexicano fornecia um sólido exemplo para as nações que valorizavam a cultura e a educação como meio de transformar a realidade econômica nacional, disseminando a instrução em todos os níveis de sua sociedade. Neste sentido, o Estado foi elogiado por fomentar a criação de escolas, bem como por desenvolver meios para que autores mexicanos pudessem publicar mais livros. De acordo com o periódico fluminense, o cardenismo enfrentou os monopólios da produção de papel, já que este produto, quando inflacionado, aumentava sensivelmente os índices de analfabetismo. Dessa forma, o governo atenuou, por meio de medidas enérgicas, a especulação em torno desta matéria prima, em

“[...]defesa do jornal, dos livros e das próprias escolas”²⁰⁵. O editorial foi concluído em tom reflexivo, asseverando que no México o Estado se empenhava em benefício da instrução popular, enquanto no Brasil a situação, infelizmente, mostrava-se bastante diferente.

Posteriormente, o *Correio da Manhã* publicou novo editorial onde apresentou a gestão cardenista referente à educação como modelo para as autoridades brasileiras. De acordo com o jornal carioca, as notícias vindas do México demonstravam que naquele país havia se iniciado uma campanha maciça e formidável contra o analfabetismo, na qual o governo local empreendia o desenvolvimento da instrução com um olhar moderno, formidável e auspicioso²⁰⁶. Desse modo, o homem mexicano se tornava cada vez mais consciente de sua cidadania, assim como mais capaz de compreender a necessidade de, em alguns momentos, sacrificar-se em prol de sua pátria.

As considerações positivas que o *Correio da Manhã* promoveu em relação à questão educacional no México decorreram, a nosso ver, do fato de que a gestão cardenista, por meio da instrução, disseminou uma série de valores que legitimavam, antes de tudo, um modelo nacionalista de sociedade. É neste íterim que, paralelamente, o diário carioca publicou interpretações bastante distintas acerca da realidade brasileira, afirmando que a educação, aqui, sofria com o descaso irracional das autoridades locais. Em artigo de Calos Maul²⁰⁷, por exemplo, afirmou-se que o nacionalismo era, no Brasil, um assunto metafísico, manifestando-se raramente e em pouquíssimos indivíduos. O jornalista asseverou, todavia, que era possível reverter esta situação por meio da promoção de cultura e saber, tal como o México demonstrava cotidianamente. Desse modo, através de uma educação de viés nacionalista, isto é, que valorizasse a história e as experiências nacionais, a população brasileira se conscientizaria de que, para superar as barreiras impostas pelas potências estrangeiras, que tão descaradamente procuravam boicotar o progresso nacional, seriam necessários sacrifícios, a fim de garantir uniformidade entre os anseios da população e as medidas a serem adotadas pelo governo federal. O texto de Maul apresentou as reformas promovidas por Lázaro Cárdenas em âmbito mexicano como modelo de inspiração para o Brasil e exaltou, inclusive, a revolução iniciada em 1910, afirmando que a mesma foi determinante para a consolidação de uma identidade nacional no México.²⁰⁸

²⁰⁵ *Correio da Manhã*, “Tópicos & Notícias”, 29/08/1935, p. 04.

²⁰⁶ *Correio da Manhã*, “Tópicos & Notícias”, 20/12/1935, p. 04.

²⁰⁷ Carlos Maul foi poeta, jornalista e deputado entre os anos de 1928 e 1930, além de um importante colaborador do *Correio da Manhã*. No jornal carioca, escreveu alguns artigos ao longo dos anos 1930, versando sobre o papel da cultura como meio de promoção de uma identidade nacional entre os brasileiros. (*Carlos Maul*. Disponível em: <http://destinopetropolis.com.br/5950_carlos-maul> Acesso em: 02/11/2014.)

²⁰⁸ MAUL, Carlos. “A construção das pátrias americanas”. *Correio da Manhã*, 27/02/1936, p. 04.

O modelo educacional mexicano, aliás, de acordo com o *Correio da Manhã*, apresentava uma série de elementos vanguardistas. Para o jornal carioca, o que ocorria no país latino-americano era, sobremaneira, uma cruzada em benefício do ensino, alavancada por uma administração pública estimuladora e moderna. O diário comparou a situação mexicana à brasileira, concluindo pesarosamente que o governo Vargas se mostrava incapaz de desenvolver esforços que se assemelhassem à gestão cardenista. Desse modo, a consequência que recaía diretamente sobre a população brasileira era a absurda porcentagem de analfabetos, resultante, segundo o matutino carioca, da inépcia do governo brasileiro:

Como se vê, e não é novidade, no México a cruzada do ensino está intensamente desenvolvida, e o poder público lança apelos e provoca o estímulo de quantos estejam em condições de colaborar nesta campanha patriótica.

O Brasil certamente não há de querer que continuem a apontá-lo, no mapa da América, como não incapaz de desenvolver o mesmo esforço, a fim de se libertar dos estigmas do analfabetismo.²⁰⁹

Dentre as muitas medidas consideradas salutares que foram adotadas pelo governo de Lázaro Cárdenas para o desenvolvimento da educação no México, o periódico destacou o fato de que, naquele país, ao menos 10% de toda a receita federal era investida diretamente em melhoramentos do aparelho público educacional. Criticamente, o matutino carioca afirmou que no Brasil, embora o texto constitucional estabelecesse que, no mínimo, os mesmos 10% fossem também direcionados à educação, em aspectos práticos a realidade era infelizmente completamente distinta, uma vez que tal lei, aqui, mostrava-se inexecutável. De modo cada vez mais frequente e crítico, o *Correio da Manhã* condenou o descaso com o qual o governo brasileiro abordava as questões referentes ao desenvolvimento da educação no país.²¹⁰

Em artigo de Mario Pinto Serva, foram apresentadas as motivações que levaram o *Correio da Manhã* a tão enfaticamente reivindicar melhorias no aparelho educacional brasileiro. De acordo com o jornalista, as potências dominantes na sociedade moderna eram aquelas em que a capacidade e a cultura permeavam todos os níveis da nação, em todas as suas camadas sociais. Dessa maneira, a grandeza de cada país repousava na superioridade intelectual dos homens que o compunham:

²⁰⁹ *Correio da Manhã*, “Tópicos & Notícias”, 15/03/1936, p. 04.

²¹⁰ *Correio da Manhã*, “Tópicos & Notícias”, 21/06/1936, p. 04.

Porque tudo está na vida humana e das nações subordinado ao fator intelectual. O homem e, coletivamente, a humanidade são governados pelo espírito. Cada criatura humana, através de toda a sua existência, é dirigida pela sua cabeça e pelos conhecimentos e orientações que nela se elaboram, como cada nação é dirigida por sua própria capacidade.

Porque os povos precisam ser cultos, precisam ter uma mentalidade positiva e precisam renovar-se constantemente, adaptando-se ao momento e ao conjunto circunstancial, ao realismo dos fatos dentro dos quais estão vivendo e não podem deixar de viver. Os homens e os povos dirigem-se pela inteligência, pelo cérebro.

Os homens e os povos dirigem-se pela inteligência, pelo cérebro. E cérebros vazios de cultura equivalem a cérebros inexistentes.²¹¹

Em conformidade com o artigo publicado por Mário P. Serva, o Brasil era, nesse sentido, uma vítima de sua população inculta, com a anuência e permissividade do governo federal, uma vez que 80% de seus filhos eram analfabetos. Segundo o texto, com exceção do México, onde se operava um assombroso e benéfico desenvolvimento da instrução; e da Argentina, que desde os tempos de Sarmiento privilegiava o saber e a cultura, todos os povos latino-americanos padeciam dos males oriundos do analfabetismo. Do ponto de vista do jornalista, não existiam povos superiores ou povos inferiores, mas sim povos cultos ou povos vilipendiados pelo analfabetismo. O Brasil, nesse contexto, inseria-se no segundo exemplo, e caso pretendesse atingir o brilho intenso do desenvolvimento social e material teria que, obviamente, ilustrar a sua população. Para tal, Serva cobrou de modo ardoroso maior comprometimento do governo federal nas questões referentes à promoção de uma educação de melhor qualidade, demonstrando constantemente o seu aborrecimento para com a situação imperante até aquele momento.

Em novo artigo de Mário Pinto Serva, publicado em julho de 1938, o diário carioca exteriorizou a urgência que o problema educacional encerrava e, mais uma vez, demandou que as autoridades brasileiras se empenhassem em alfabetizar os quase 80% de iletrados que viviam no país. Neste ínterim, o *Correio da Manhã* recomendou a todas as Câmaras Municipais que promovessem cursos de alfabetização Brasil afora, com o intuito de alterar aquele quadro tão negativo.

Segundo Serva, os indivíduos não alfabetizados acabavam por reproduzir as ideias aprendidas na “[...] venda da esquina, na calaçaria, absorvendo todos os erros, fantasias, abusões e absurdos fabricados nas cabeças de outros mais vagabundos e mais ignorantes”²¹². O movimento do cangaço no Nordeste, por exemplo, no ponto de vista bastante

²¹¹ SERVA, Mário Pinto. “O fato dominante da história nacional”. *Correio da Manhã*, 16/07/1938, p. 04.

²¹² SERVA, Mário Pinto. “A urgência do problema”. *Correio da Manhã*, 31/07/1938, p. 04.

preconceituoso do autor, era uma manifestação direta do analfabetismo, que reinava soberano nas regiões mais distantes do Brasil. Em sua análise, o autor desconsiderou as reivindicações dos cangaceiros, que lutavam para obter condições de vida dignas:

O cangacerismo no Nordeste é resultado, sobretudo, do analfabetismo. Por que todas as Câmaras Municipais do norte do país não se transformariam em poderes culturais, dedicados à tarefa de ensinar a ler, escrever e contar, a todo mundo, sem exceção? Seria uma formidável transformação nacional.²¹³

Para o jornalista, a solução de tais problemas estaria na necessária e rápida intervenção do governo federal, que deveria promulgar uma lei sob a qual todas as municipalidades do país assumissem o compromisso de erradicar o analfabetismo de seus perímetros.

Conforme Serva, o Brasil constituía uma aberração fenomenal, já que comportava dentro de suas fronteiras 35 milhões de analfabetos. O Estado, ao tergiversar sobre o estabelecimento de uma lei nacional em defesa da educação, subtraía-se de seu dever mais urgente: o de extirpar de uma vez por todas o nefasto analfabetismo. O jornalista defendeu, também, que o poder público construísse uma biblioteca em cada município brasileiro, e que houvesse uma Universidade Popular em cada recanto do país. Desse modo, em pouco tempo, a educação brasileira atingiria os níveis de eficiência observados na Argentina e no México, para depois alcançar o padrão existente nos Estados Unidos e nas demais grandes nações europeias. Ao introduzir a conclusão de seu raciocínio, Serva criticou pessoalmente o presidente Getúlio Vargas, já que:

[...] tivemos um Oswaldo Cruz, que resolveu o problema da febre amarela. Já tivemos um Rio Branco, que resolveu o problema das fronteiras. Já tivemos um Pereira Passos, que modernizou o Rio de Janeiro. Precisamos agora de um estadista que, no governo nacional, seja o nosso Sarmiento e resolva de vez o problema predominante do analfabetismo, pois os homens e as nações valem por sua inteligência, pela soma de conhecimentos que possuem e não podem ser julgados, como o gado, apenas pelo número de cabeças.²¹⁴

²¹³ *idem.*

²¹⁴ *idem.*

As considerações de Serva, contundentemente críticas em relação ao presidente Getúlio Vargas, parecem advir de antigas rugas alimentadas pelo jornalista contra o presidente brasileiro. Em artigo de Vanessa Nunes²¹⁵, demonstrou-se que Mário P. Serva, na verdade, procurou, por meio de suas publicações, deslegitimar o movimento revolucionário de 1930, por meio do qual Vargas atingiu a presidência da República; e estabelecer a Revolução Constitucionalista de 1932 como o marco simbólico do inaugurar de uma nova era:

A Revolução brasileira de 1930 [...] não fez senão substituir a tirania e ditadura do sr. Washington Luiz pela tirania e ditadura do sr. Getúlio Vargas, com a agravante de ser este um irresponsável atrás do qual se esconde meia dúzia de tenentes. A Revolução de 1930 pretende reduzir o povo brasileiro à condição de rebanho paciente e uniforme. E pretendeu, adiando indefinidamente a Constituinte, manter a ditadura permanente. E assim essa Revolução de 1930 resultou em um simples assalto ao poder para os promotores ratearem entre si os despojos respectivos, distribuindo-se os Estados, os ministérios e todos os negócios públicos [...] Não houve o que a Revolução de 1930 não destruísse no Brasil. Não houve absurdo que não praticasse. Não houve dislate que não realizasse. Não houve falta de senso que não cometesse [...] Todas as ideologias, as mais monstruosas, desabaram sobre o Brasil depois de 1930, como verdadeira praga de gafanhotos [...] A Revolução de 1930 fez em tudo o avesso do que devia fazer. Proporcionalmente e relativamente ao tempo, o acervo de erros e abusos da revolução é muito maior que o do regime deposto. Sob o pretexto de acabar com a tirania do sr. Washington Luiz, a Revolução de 1930 pretendeu estabelecer uma tirania permanente, adiando indefinidamente a convocação da Constituinte, que era o seu primeiro e mais sagrado dever. Coagida pela opinião nacional unânime, é que ela vai convocar a constituinte. Quer dizer, essa ditadura só restituiu o seu a seu dono, isto é, a soberania à nação, depois que esta bradou indignada contra o esbulho de que era vítima. Se não fosse a nação gritar, não lhe era restituído o que lhe pertence.²¹⁶

No texto acima, publicado no jornal *O Nacional*, do Rio Grande do Sul, torna-se bastante nítido que, de acordo com o ponto de vista do jornalista Mário Pinto Serva, Getúlio Vargas não era nada mais do que um ditador, um tirano que usurpara o poder em benefício próprio, aproveitando-se das insatisfações populares ao final da República Velha sob o pretexto de promover um movimento de caráter revolucionário.

As críticas que o *Correio da Manhã* promoveu ao modo como o governo brasileiro administrava as questões referentes à educação não foram uma exclusividade de Mário Pinto

²¹⁵ (*Revolução Constitucionalista de 1932: Articulações de um movimento*. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/outubro2011/historia_artigos/10historia_artigo_nunes_vanessa.pdf>. Acesso em: 16/03/2015.)

²¹⁶ SERVA, Mario Pinto, 1932 apud NUNES, Vanessa, 2011, p. 02.

Serva. Costa Rego, o redator-chefe do diário carioca, por exemplo, condenou a lei federal que tornava obrigatória a frequência dos alunos às aulas de educação física, a despeito do bom relacionamento que mantinha com o presidente Getúlio Vargas. De acordo com Rego, tal medida tinha o efeito de arrombar uma porta aberta, haja vista que as aulas de educação física eram bastante populares entre o alunato e dispunham de boa assiduidade. As críticas se tornaram mais intensas no decorrer do texto, já que Rego discordava que os alunos considerados inaptos para as aulas de ginástica fossem impedidos de frequentar as escolas de ensino secundário. O jornalista exigiu a revogação de tal lei, apelando para o bom senso das autoridades e relembrando Aleijadinho, o grande mestre da arte barroca no Brasil que, mesmo sem qualquer possibilidade de obter um bom desempenho em aulas de ginástica, marcara seu nome na história artística do país devido à sua genialidade. Em verdade, o jornalista criticou a conduta excessivamente rigorosa adotada nas escolas brasileiras, que privilegiavam a educação de caráter cívico e moral em detrimento daquela de caráter intelectual e crítico. O redator-chefe do *Correio da Manhã* parecia temer que a população, caso fosse submetida a um sistema de ensino doutrinador, se tornasse cada vez mais recrudescida, ordeira e acrítica, e que as tão comuns violações democráticas ocorrentes durante o Estado Novo se incrustassem de modo permanente na vida política da sociedade brasileira.²¹⁷

Posteriormente, Mario Pinto Serva, por meio de novo artigo, reafirmou o discurso condenatório que o *Correio da Manhã* direcionava a maneira adotada pelo governo Vargas de gerir a educação no Brasil. O autor, em sua análise, discorreu sobre a dominância exercida pelos países que privilegiavam a cultura e o saber perante aqueles nos quais imperavam a ignorância e a desvalorização da instrução. Conforme Serva, no Brasil prevalecia a ultrapassada noção de que a riqueza material superava a educação, de modo que havia mais esforços do poder público para descobrir novas jazidas de ferro do que para cumprir a sagrada missão de alfabetizar as crianças. O articulista afirmou que tal tendência consistia em um grave erro estratégico, uma vez que a cultura, e somente ela, poderia fomentar o progresso material da sociedade brasileira. O jornalista, em nova ocasião, afirmou que, em se tratando de povos, não havia raças superiores ou inferiores, já que todas elas descendiam dos mesmos ancestrais símios. Desse modo, a diferença que prevalecia entre os povos, em seu ponto de vista, explicava-se somente pela maneira como os governos nacionais abordavam as questões referentes ao saber, destacando-se, neste sentido, as civilizações europeia e norte-americana, superiores em relação aos povos latino-americanos, asiáticos e africanos, devido às políticas

²¹⁷ REGO, Costa. “Modificação indispensável”. *Correio da Manhã*, 31/07/1938, p. 04.

públicas promovidas por seus governantes, que garantiram a supremacia intelectual de suas populações. A inferioridade dos povos latinos decorria, nesse sentido, da inferioridade dos colonizadores ibéricos:

Eis porque precisamos fazer de todas as cidades brasileiras focos intensíssimos de disseminação do saber. Quando todas as 1500 municipalidades do Brasil decretarem a extinção do analfabetismo em seus respectivos territórios, quando criarem todas as escolas necessárias, quando despenderem sempre de trinta ou quarenta por cento de seus orçamentos com a educação do povo, e quando as quase três mil paróquias que há no Brasil criarem tantas outras escolas elementares paroquiais, quando todos os brasileiros forem cidadãos cultos e sadios, quando tiverem todos os cinquenta milhões de brasileiros o culto do aperfeiçoamento físico e mental, então o Brasil emparelhará com os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha, a França ou o Japão.²¹⁸

Ao final de sua análise, Mário Pinto Serva afirmou que o Brasil só superaria a situação semicolonial que impedia seu desenvolvimento caso desenvolvesse esforços semelhantes aos que se operavam na Argentina e no México.

As recriminações promovidas pelo *Correio da Manhã* à situação em que se encontrava a educação brasileira simplesmente não cessavam. De acordo com o jornal carioca, o Brasil, em qualquer comparação estatística com outras nações, ocupava sempre os últimos lugares. Tal tendência se refletiu também em relação ao número de analfabetos que compunham a população brasileira nos anos 1930. Segundo o matutino fluminense, o Brasil, neste quesito se assemelhava à China, já que cerca de 70% de sua população poderia ser considerada analfabeta. Tendo em vista essas condições, o cardenismo, e as melhorias que promoveu na educação mexicana, foram apresentados como alternativa para as autoridades locais, pois na América, os melhores índices educacionais foram obtidos, respectivamente, por Estados Unidos, México e Venezuela.²¹⁹

Para o *Correio da Manhã*, a grave crise econômica vigente no Brasil era uma decorrência natural de sua arcaica e falida estrutura de ensino. O diário carioca, em editorial publicado em janeiro de 1939, analisou os antecedentes históricos que conduziram o país à situação na qual se encontrava. De acordo com o jornal, a espécie humana, ou seja – os europeus, os asiáticos, os africanos, os americanos e os australianos – descendia de um

²¹⁸ SERVA, Mário Pinto. “Educação e Riqueza”. *Correio da Manhã*, 31/11/1938, p. 04.

²¹⁹ *Correio da Manhã*, “Tópicos & Notícias”, 13/12/1938, p. 04.

ancestral comum, e esta espécie, a humana, colonizou todo o planeta, de modo que os diferentes ambientes determinaram a multiplicidade de culturas existentes.

Neste sentido, o homem ibérico, segundo o diário carioca, teve importância bastante destacada, já que no século XV, por meio das grandes navegações, apresentou novos horizontes e perspectivas à humanidade. Contudo, a partir de meados do século XVI, a estrela dos povos ibéricos, segundo o *Correio*, começou a desvanecer. A história destes povos se tornou sem brilho e infrutífera, apresentando o ocaso de sua existência. O que motivou este ocaso, segundo o editorial, foi a desvalorização com a qual os povos ibéricos abordaram a cultura e o saber a partir do século XVI, desvalorização esta que atingiu todos os locais por eles colonizados, indo do México à Patagônia. As nações latino-americanas, dessa maneira, iniciaram uma trajetória árdua, e aquelas que concentravam seus esforços em superar as heranças ibéricas, como o México e a Argentina, que dirigiam políticas pedagógicas de modo determinado e moderno, apresentavam melhoras consideráveis. Era este o caminho que, segundo o *Correio da Manhã*, o Brasil deveria trilhar, de modo que os cidadãos e o Estado se mobilizassem em luta conjunta contra o analfabetismo, o mal que corroía todos os projetos que visavam o bem comum.²²⁰

Ao final de 1939, Pimentel Gomes teceu críticas bastante aprofundadas em relação ao sistema educacional brasileiro, afirmando que a missão de instruir ultrapassava em muito a questão da alfabetização dos jovens e das crianças. Conforme o articulista, a má educação à qual estavam condicionados os trabalhadores do campo, por exemplo, os deixavam completamente deslocados no espaço das cidades, embora muitos deles soubessem ler e escrever. Em verdade, segundo Gomes, a ausência de cultura produzia o efeito de marginalização dos indivíduos em relação ao mundo que os cercava, colocando-os em uma situação de inutilidade que reproduzia uma espécie de torpor mental. Para o jornalista, as escolas primárias, mal administradas pelo governo estadonovista, eram as principais responsáveis por essa situação tão lamentável, uma vez que apresentavam uma estrutura completamente defasada em relação a outras nações mais modernizadas. Gomes, que em outras publicações, como analisamos, elogiou o modo escolhido por Lázaro Cárdenas para gerir o sistema agrícola mexicano, bem como as opções do Estado cardenista em favor das escolas rurais baseadas no princípio de “instrução socialista”, sugeriu que no campo brasileiro, por exemplo, as escolas rurais procurassem desde cedo inculcar nos jovens noções acerca dos ofícios da lavoura. Como explanação, o jornalista mencionou o caso de São Paulo,

²²⁰ *Correio da Manhã*, “Tópicos & Notícias”, 12/01/1939, p. 04.

afirmando que era este o único Estado onde existia um ensino direcionado às atividades econômicas reinantes em seus limites:

Interessante é o que se começa a fazer no Estado de São Paulo: multiplicam-se as escolas profissionais especializadas. Se na região predomina a pecuária, a escola profissional cuida de questões zootécnicas, ensina a examinar o leite, a fabricar o queijo e a manteiga. Se dominam pequenas lavouras, veem, na escola profissional, ensinamentos sobre o amanho dos solos, os alfobres, as sementeiras, as culturas da cebola e da batatinha, do repolho e do tomate. Num centro industrial a escola profissional tende para a química e para a mecânica. Compreende-se facilmente que criaturas saídas de tais escolas encontrarão o seu lugar na sociedade, prosperarão facilmente e contribuirão para a prosperidade da região em que se encontram, pois para ela foram educados.²²¹

O texto de autoria de Pimentel Gomes, aliás, expressou elementos de uma mudança de orientação que o núcleo diretor do *Correio da Manhã* promoveu em suas interpretações acerca do modelo educacional vigente no Brasil. O teor das colocações, assim como ocorreu para com as reportagens sobre a indústria petrolífera a serem desenvolvidas no país, bem como em relação aos incentivos que o Estado prestava ao sistema agropecuário brasileiro, deixou de conter reprovações e passou a ostentar elogios e felicitações. As notícias sobre o analfabetismo, por exemplo, desapareceram, enquanto asseverações positivas acerca das políticas pedagógicas promovidas pelo Estado entraram em cena.

A educação física, anteriormente abordada de maneira crítica por Costa Rego, por exemplo, foi exaltada em editorial publicado em junho de 1940. Conforme o *Correio da Manhã*, corpos bem treinados produziram cidadãos mais bem preparados, intelectualmente, para construir o futuro da nação:

A verdadeira pedagogia é a do desenvolvimento paralelo do corpo e do espírito, dentro da certeza de que o trabalho não molesta a liberdade no gozo que esta traz ao trabalhador. Esta pedagogia moderna, toda fisiológica, é que tem de organizar o trabalho, sob o princípio de que o tempo chega para tudo: para as obrigações, como para o recreio.²²²

²²¹ GOMES, Pimentel. “O problema do ensino”. *Correio da Manhã*, 16/12/1939, p. 04.

²²² *Correio da Manhã*, “Tópicos & Notícias”, 05/06/1940, p. 04.

A mudança de posicionamento do *Correio* foi de encontro, até mesmo, às colocações de Mário Pinto Serva, que tantas vezes defendeu o ponto de vista de que, em se tratando de educação, os conceitos de raças eram dispensáveis. No matutino carioca despontou um discurso diferente, de caráter abertamente mais preconceituoso, cujo conteúdo afirmava que o quadro educacional brasileiro só se alteraria de modo positivo caso “[...] a mão da higiene e da eugenia [...]”²²³ passasse a conduzir o alunato. Somente desse modo, de acordo com o jornal fluminense, o homem brasileiro se curaria fisicamente das patologias oriundas de suas degeneradas heranças raciais, apresentando-se pronto para fecundar o potencial de riqueza do solo pátrio.

As reflexões e análises positivas que os redatores e colaboradores do *Correio da Manhã* promoveram em relação à gestão cardenista da educação, no ano de 1940, desapareceram das páginas do matutino carioca porque, obviamente, tal experiência não compunha mais um exemplo ou alternativa digna de ser imitada pelas autoridades brasileiras. A nosso ver, o discurso sobre as políticas educacionais nacionais – que até então utilizara a experiência mexicana como modelo – seguiu o mesmo trilhar dos discursos sobre as indústrias petrolíferas que deveriam ser desenvolvidas no Brasil, ou sobre o sistema agropecuário brasileiro, e adquiriu um caráter nacionalista e ufanista que dispensava as vivências estrangeiras como referencial comparativo.

²²³ *idem.*

Capítulo 3.

O Estado de S. Paulo e o Correio da Manhã: Duas óticas sobre o mesmo prisma

Ao longo dos dois primeiros capítulos procuramos analisar como *O Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã* repercutiram sobre as práticas políticas do cardenismo. As conclusões obtidas evidenciaram que a situação política e econômica do Brasil nos anos 1930 determinou ou influenciou boa parte das interpretações produzidas por estes órgãos, que captaram a experiência mexicana de modo bastante distinto. No periódico paulistano prevaleceu uma visão enfaticamente negativa acerca do governo Cárdenas, enquanto no matutino fluminense a percepção foi, em geral, bastante positiva.

A nosso ver, tal disparidade decorreu do fato de que *O Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã* sustentavam dois projetos políticos concorrentes, caracterizados por diferenças bastante alargadas. São essas diferenças, ou melhor, esses dois projetos, os objetos de análise do último capítulo de nossa dissertação, já que ambos se refletiram no modo como os núcleos diretores dos dois jornais interpretaram diversos acontecimentos do cardenismo. Neste ínterim, torna-se primordial averiguar uma série de questões debatidas pelos periódicos, como os efeitos negativos da Grande Depressão ou os perigos projetados pela iminente guerra na Europa, já que estas nos darão a condição de examinar em que medida *O Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã* intensificaram as campanhas em favor de seus diferentes projetos de desenvolvimento.

Para tanto, decidimos organizar este capítulo em três seções distintas. Primeiro, verificaremos o papel de oposição desempenhado pel'*O Estado de S. Paulo* durante parte do governo de Getúlio Vargas, inserindo o matutino paulistano na cena política dos anos 1930. Depois, realizaremos exercício semelhante com o *Correio da Manhã*, examinando a atuação do diário carioca durante parte da Era Vargas. Finalmente, nossa análise recairá sobre os projetos políticos concorrentes sustentados tanto pel'*O Estado de S. Paulo* quanto pelo *Correio da Manhã*, bem como no posicionamento assumido por estes órgãos em torno de uma série de questões mais amplas, presentes em suas páginas a partir da segunda metade dos anos 1930. Investigaremos aqui como as diferenças dessas tendências influenciaram ou determinaram as interpretações dos redatores de ambos os jornais com relação às políticas colocadas em prática por Lázaro Cárdenas del Río, no México.

3.1. *O Estado de S. Paulo*

A atuação d'*O Estado de S. Paulo* se vincula à própria história recente do Brasil. Este periódico se destacou devido ao oposicionismo que alimentou em relação ao governo federal, característica que lhe acompanhou desde sua fundação. A origem do jornal *Província de São Paulo*, em 1875, remonta à campanha republicana, veiculada fortemente no Brasil a partir do último quartel do século XIX. A despeito disso, inicialmente o matutino tergiversou-se expressar como porta-voz do Partido Republicano Paulista, e assumiu uma postura de independência e autonomia em seus apontamentos sobre os assuntos políticos e sociais.

Tal conduta se modificou somente no ano de 1882, quando Francisco Rangel Pestana se tornou proprietário do periódico. Naquele momento, *A Província de São Paulo* se tornou representante oficial do Partido Republicano Paulista, e intensificou as campanhas em favor da abolição do escravagismo e do dismantelamento do regime imperial. Com a superação da combatida monarquia, em 1889, e a posterior organização do regime federalista, o jornal finalmente passou a ser denominado *O Estado de S. Paulo*. (LEAL, 2001, n.p.)

Destacou-se na atuação d'*O Estado de S. Paulo*, o ideal de liderança conferido a São Paulo. Na visão do núcleo diretor do matutino, caberia a este estado de tradição liberal realizar o movimento de renovação política do país. Desde o final dos anos 1920, os representantes do diário participaram intensamente das disputas partidárias que se travaram no estado. Algumas vezes, as semelhanças entre as diretrizes que norteavam o Partido Democrático (PD) e as colocações do jornal poderiam sugerir uma relação de intimidade entre ambos. Todavia, *O Estado de S. Paulo* se preocupou em desempenhar sua atuação de forma desvinculada das organizações partidárias, constituindo um grupo político independente, formado por seus diretores e colaboradores. Neste movimento, o periódico se afastou completamente do Partido Republicano Paulista, alvejado por inúmeras críticas e apoiador do governo de Artur Bernardes. Muitas vezes este partido foi identificado como a expressão das “oligarquias” que os representantes do jornal tão ardentemente procuravam despojar. (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 32-33)

No ano de 1930, já sob a posse de Júlio de Mesquita Filho, o jornal paulistano aderiu ao movimento revolucionário desferido pela Aliança Liberal. Todavia, destaca-se o fato de que este apoio só pôde ser percebido a partir do momento em que Washington Luís fora

destituído. Depois, paulatinamente, a inclinação favorável do jornal em favor da Revolução desapareceu. Tal postura decorreu do posicionamento crítico das autoridades governistas, fiadoras da ideia de que o regionalismo excessivo da política paulista impedia as lideranças daquele estado de encararem os problemas econômicos e sociais em nível nacional.²²⁴

Tais conflitos evoluíram para o choque entre o governo federal e o estado de São Paulo, sintetizados na Revolução Constitucionalista de 1932. De acordo com João Paulo Rodrigues (2010, n.p.), os diretores do periódico, naquele momento, compunham parte da FUP, Frente Única Paulista, órgão surgido da união entre o Partido Democrático (PD) e o Partido Republicano Paulista (PRP). O governo provisório de Getúlio Vargas, introduzido a partir da Revolução de 1930, foi contestado por esta frente, que reivindicava, entre outras medidas, a autonomia política de São Paulo, a nomeação de um interventor paulista e civil para governar o estado e a elaboração de uma nova Constituição Federal. (CAPELATO, 1981)

As tensões culminaram em um levante armado, eclodido em 9 de julho de 1932. O jornal apoiou completamente a revolta, como sugeria a capa do dia 10, na qual se destacava a manchete “Está vitorioso em todo o estado o movimento revolucionário constitucionalista”. A partir de então, as costumeiras reportagens promovidas pelo diário cederam lugar às fotografias exaltadoras dos batalhões, que honrosamente partiam para a guerra em favor da liberdade.

A derrota do movimento paulista foi um duro golpe para *O Estado de S. Paulo*. Júlio de Mesquita Filho, Antônio Mendonça, Francisco Mesquita e Paulo Duarte, seus diretores, foram exilados. A oposição nas páginas do matutino, todavia, embora enfraquecida, não desapareceu. O jornal entoou, a partir de meados de 1934, apoio ao recém-surgido Partido Constitucionalista, e passou a divulgar a campanha de Armando de Salles Oliveira, representante deste partido, para a disputa do governo estadual. A vitória de Armando de Salles, de certa forma, foi uma vitória d’*O Estado de S. Paulo*.

Quando das eleições previstas para 1938, uma vez mais *O Estado de S. Paulo* se colocou em favor de Armando de Salles Oliveira. Desta vez, o matutino paulistano promoveu sua campanha à presidência da República. Neste sentido, a candidatura de José Américo de Almeida, candidato situacionista e, de certa forma, continuador da obra da Aliança Liberal,

²²⁴ *idem*.

em contrapartida, foi duramente criticada, acusada de se constituir puramente dos fantasmas da demagogia. (LEAL, 2001, n.p.)

No entanto, como é sabido, as eleições não ocorreram, sendo boicotadas pelo golpe desfechado em 10 de novembro de 1937, inaugurador da ditadura estadonovista. Neste cenário, a atuação do jornal, caracterizada até aquele momento por uma constante intervenção nos assuntos políticos pátrios, foi bastante restringida, sobretudo em decorrência do estreito rigor imposto pela censura. No final dos anos 1930, Júlio de Mesquita Filho foi preso em três ocasiões, e partiu para a França em exílio, acompanhado por Armando de Salles Oliveira, que se tornara seu amigo. O jornal se viu, neste contexto, aliado de seu caráter político, e, em suas análises, passou a dar ênfase aos desdobramentos que se colocavam em torno da grande guerra, desenhada no horizonte da civilização europeia. Ainda assim, podemos perceber em nossa pesquisa críticas direcionadas pel'*O Estado de S. Paulo* ao varguismo. A oposição, na visão dos redatores do matutino paulistano, compunha parte do processo democrático, fazendo-se sempre indispensável e benéfica. (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 24)

O Estado de S. Paulo, ao longo de sua história, defendeu de modo intransigente os postulados do liberalismo político e econômico, bem como se apropriou de acontecimentos diversos, os quais muitas vezes provinham do estrangeiro, para justificar e legitimar suas opções e projetos de desenvolvimento para o Brasil. De modo frequente, e como verdadeiros atores políticos, os redatores do matutino paulistano interferiram em discussões e debates acerca do futuro do país, sustentando posições que, em larga medida, encontravam-se em conformidade com os interesses de determinados grupos sociais.

Neste sentido, ressaltam-se os muitos conflitos existentes entre as práticas políticas do cardenismo, geralmente associadas às experiências de esquerda, e os princípios liberais que nortearam a atuação d'*O Estado de S. Paulo*. Foram estes conflitos que nos permitiram estabelecer duas hipóteses: a primeira é de que as interpretações construídas pelo matutino paulistano acerca da experiência mexicana determinaram-se, antes de tudo, pelas posições ideológicas sustentadas por seu núcleo diretor; a segunda afirma que estas interpretações, nas quais as opções de Lázaro Cárdenas foram constantemente menosprezadas, foram utilizadas pelos redatores do jornal para justificar ou legitimar um projeto de desenvolvimento nacional assentado sobre os princípios liberais.

Em muitas ocasiões, *O Estado de S. Paulo* se utilizou do cardenismo para desferir críticas ou legitimar suas opções com relação à política varguista. O enfoque conferido pelos

redatores e articulistas do matutino, que privilegiaram certos eventos do cardenismo em detrimento de outros, parece ter sido orientado, antes de qualquer coisa, por questões de âmbito interno. Desse modo, as interpretações produzidas acerca do cardenismo foram determinadas, em verdade, pela conjuntura política do Brasil naquele momento de sua história.

Conforme Maria Helena R. Capelato e Maria L. Prado (1980, p. 26), no final dos anos 1930 *O Estado de S. Paulo* se insurgiu contra as tendências centralizadoras presentes no varguismo. Neste contexto, a autonomia política dos estados foi frequentemente defendida como parte do projeto político do matutino paulistano, e as experiências das democracias liberais, sobretudo a norte-americana, foram apresentadas como referencial para as autoridades brasileiras. Como o cardenismo se caracterizou por um centralismo excessivo do poder político, as críticas direcionadas pel’*O Estado de S. Paulo* a este regime podem ser encaradas até mesmo com naturalidade.

Também compõe parte desta discussão a rivalidade que caracterizou as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e o México nos anos 1930. O jornal paulistano, conforme Maria Helena R. Capelato e Maria L. Prado (1980, p. 26), frequentemente se valeu das experiências norte-americanas como exemplos ideais para a realidade brasileira e exaltou a Constituição daquele país como a “expressão máxima da democracia”. Dessa maneira, nos conflitos que caracterizaram o relacionamento entre os Estados Unidos e o México, houve certa antipatia nutrida pelos redatores do matutino para com o país de origem hispânica, acusado de ostentar má vontade em relação aos sinceros esforços de Washington.

A nosso ver, o posicionamento d’*O Estado de S. Paulo* com relação ao cardenismo dialoga abertamente com o momento político vivenciado pelo Brasil a partir da segunda metade dos anos 1930. Também é relevante o projeto liberal defendido pelo matutino paulistano, que levava seus diretores a construir uma determinada visão acerca do México cardenista, utilizada, depois, para disseminar suas opções políticas. Dessa forma, *O Estado de S. Paulo* compunha um espaço simbólico, no qual os interesses de um determinado grupo de pessoas procuravam se constituir como o único caminho possível para o progresso.

3.2. O *Correio da Manhã*

O *Correio da Manhã*, desde sua gênese, a 15 de junho de 1901, se notabilizou como um “jornal de opinião”. Edmundo Bittencourt, o fundador, concebeu o jornal como uma ferramenta de intervenção na vida social e política do Brasil, com vistas a beneficiar a luta e a liberdade popular:

A praxe de quantos até hoje têm proposto pleitear no jornalismo nosso a causa do direito e das liberdades populares tem sido sempre a afirmação antecipada, ao público, da mais completa neutralidade. Em bom senso, sabe o povo que essa norma de neutralidade com que certa Imprensa tem por costume carimbar-se, é puro estratagem para, mais a gosto e a jeito, poder ser parcial e mercenária. Jornal que se põe a defender a causa do povo não pode ser de forma alguma jornal neutro. Há de ser, forçosamente, jornal de opinião. (ANDRADE, 1991, p. 69)

Bittencourt se empenhou, ainda, em desenvolver um jornal eclético, admitindo colaboradores dos mais diversos matizes políticos. Para o idealizador do *Correio da Manhã*, seu jornal se conformaria como porta-voz da justiça, aproximando-se das camadas médias urbanas e de seus anseios.

Ao longo de sua história, o diário carioca assumiu uma feição bastante combativa, e se instituiu como uma espécie de frente organizada em oposição ao poder do Estado. Desse modo, tornou-se nacionalmente conhecido devido à postura intransigente com a qual se colocou perante o governo federal em inúmeras situações, bem como por uma suposta independência ostentada em relação aos grupos que controlavam a cena política da época.

Tais aspectos são bastante relevantes e explicam, ao menos parcialmente, as posições ácidas que o matutino carioca nutriu em relação ao governo de Getúlio Vargas nos anos 1930. Esta acidez, por sua vez, encontrava-se em conformidade com o projeto idealizado pelos fundadores do *Correio* em sua origem, vinculando-se à tradicional “ortografia da casa”²²⁵, e se refletiu, decerto, nas representações construídas pelo diário acerca de outras experiências discutidas em suas páginas, como a cardenista, o objeto de nosso estudo, por exemplo. (ANDRADE, 1991, p. 95)

O papel do *Correio da Manhã* nos anos 1930 se relacionou diretamente com os desdobramentos da Revolução de 1930. Ainda no ano de 1929, enquanto a campanha de sucessão de Washington Luís se iniciava, Paulo Bittencourt recebia de seu pai a direção do *Correio*. De início, Paulo aprovou a articulação entre os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que culminou na formação da Aliança Liberal, e defendeu de modo veemente a candidatura de Getúlio Vargas. (LEAL, 2001, n.p.)

Em 1930, com o início do movimento revolucionário, o *Correio da Manhã* descreveu a intensa mobilização popular verificada na cidade do Rio de Janeiro, e destacou em seus editoriais o fim da censura, imposta à “imprensa independente” durante o governo de Washington Luís. De acordo com o diário fluminense, o processo revolucionário se originara do caráter predatório da hegemonia de São Paulo, somada aos efeitos catastróficos da crise em torno do café.

O *Correio da Manhã*, naquele momento, justificava a importância da realização das eleições de modo autônomo, bem como o reconhecimento de deputados e senadores sem a interferência do presidente da República. Na visão do núcleo diretor do diário, o respeito à autonomia dos estados era uma necessidade, e se destacava, sobretudo, a escolha do chefe do Executivo sem as imposições do presidente em exercício.

Durante o Governo Provisório, o *Correio da Manhã* se manteve em uma posição de ambiguidade, ocasionalmente apoiando Getúlio Vargas. Todavia, conforme o movimento de oposição ao presidente brasileiro alcançava proporções maiores em São Paulo, o diário fluminense se colocou a favor da causa revolucionária:

Em janeiro de 1932, uma série de editoriais tornava clara a adesão do jornal ao movimento paulista pela constitucionalização. Ainda assim, mesmo se colocando em manifesta oposição aos interesses do Governo Provisório, quatro dias após o início do movimento revolucionário em São Paulo, o jornal ressaltava não ter ligação com qualquer partido político, vinculando-se o tempo todo às propostas defendidas no momento de sua fundação.²²⁶

Em 1934, sob a direção de M. Paulo Filho, enquanto se articulavam os debates da Assembleia Nacional Constituinte, o *Correio da Manhã* realizou cobertura minuciosa acerca dos trabalhos parlamentares. Surgiu assim a coluna intitulada “O que houve ontem na Assembleia Constituinte”, presente na primeira página do jornal, até então reservada

²²⁶ *idem*.

exclusivamente para os assuntos relacionados à política internacional. A intenção do diário com esta sessão era fiscalizar os trâmites operados pelos legisladores, bem como asseverar sua posição contrária a Getúlio Vargas. O matutino carioca foi um grande defensor do reestabelecimento da ordem democrática, e acusou Getúlio, em inúmeros momentos, de ser um usurpador do poder.

As colunas assinadas, naquela época, também se destacaram bastante, principalmente a de Costa Rego, redator-chefe do jornal fluminense. O político alagoano era defensor, entre outras causas, da autonomia dos estados, além de denunciador da situação das contas do governo revolucionário e crítico do Decreto de Reajustamento Econômico²²⁷ promulgado por Getúlio Vargas em 1934. Rego foi o jornalista que mais se aproximou da essência defendida por Edmundo e Paulo Bittencourt, e o representante mais fiel à “ortografia da casa” além dos fundadores do jornal. (ANDRADE, 1991, p. 96)

Quando da morte de Costa Rego, em julho de 1954, Paulo Bittencourt escreveu:

Ontem publicávamos, com a notícia de sua morte, a das primeiras e generosas homenagens que lhe prestaram, e eram, quase todas, de antigos colegas: os do Senado, da Câmara, da Imprensa. Costa Rego, na verdade, foi o colega perfeito. Aquele com quem se trabalhava ombro a ombro e sempre dava mais que seu quinhão de trabalho, e tinha a paixão da tarefa bem acabada e era fiel e solidário.²²⁸

Conforme Andrade (1991, p. 99-102) Costa Rego era, na ausência de Paulo Bittencourt, a opinião personificada do *Correio da Manhã*, e este fator é importantíssimo, uma vez que Paulo viajava bastante, e porque Costa Rego, como vimos, sustentou um posicionamento em relação à exploração do petróleo brasileiro que contaminou todo o jornal na cobertura da espetacular expropriação mexicana. O jornalista não se intimidou em denunciar os gastos indevidos de dinheiro público, nem em criticar duramente o Ministro da Fazenda de Vargas, sr. Osvaldo Aranha. Talvez a amizade pessoal que unia Rego a Getúlio estimulasse o redator-chefe do *Correio da Manhã* a questionar assuntos que somente a intimidade permitia. No âmbito da censura, que passou a vigiar Costa Rego de perto,

²²⁷ Este decreto buscou auxiliar produtores de café, cujas dívidas haviam aumentado em virtude das políticas cambiais estabelecidas pelo governo. O documento garantia a redução das dívidas à metade das dívidas existentes em 1º de dezembro de 1933, desde que estas houvessem sido contraídas antes de junho do mesmo ano. (LEAL, 2001, n.p.)

²²⁸ BITTENCOURT, Paulo. “Redator-Chefe”. *Correio da Manhã*, 08/07/1954, p. 04.

sobretudo após a instauração do Estado Novo, o redator-chefe do *Correio* pilheriava, afirmando ser um deleite ter ao seu dispor um leitor tão fiel e assíduo como o censor.

Os editoriais do matutino carioca, de modo conservador, se colocaram contra a imigração, afirmando que esta trazia ao país somente indivíduos desprezíveis. Neste momento, já se podia perceber nas páginas do *Correio da Manhã* a tendência a valorizar certos elementos nacionais, em detrimento de outros oriundos do exterior. As políticas em torno da imigração serviram para o jornal carioca reforçar suas críticas em relação ao governo de Getúlio Vargas. Neste ínterim, a entrada de sírios e japoneses no país foi duramente contestada pelos colaboradores do jornal, bem como o planejamento proposto pelo governo no tocante à imigração. Todavia, o clímax da oposição desferida pelo *Correio da Manhã* ao governo de Getúlio Vargas foi, sem sombra de dúvidas, o apoio concedido à candidatura do ministro José Américo de Almeida, em 1937. A campanha de Américo foi catapultada pelo jornal fluminense, que elogiou e destacou sua figura de modo constante, publicando dezenas de cartas recebidas em apoio ao candidato. (LEAL, 2001, n.p.)

Com a deflagração do Estado Novo, em novembro, o *Correio da Manhã* passou a conviver com um censor instalado no jornal, que examinava diariamente todas as matérias antes dessas serem publicadas. Foi nesse momento que o núcleo diretor do jornal carioca, para não abandonar completamente seu papel de oposição, desenvolveu o chamado “estilo de censura”, ortografia sutil, cujos resultados foram artigos e editoriais com uma mensagem política fina, quase imperceptível para a maior parte dos leitores.²²⁹

A censura, aliás, se abateu sobre as interpretações produzidas pelo *Correio da Manhã* acerca do cardenismo. O discurso crítico do jornal carioca com relação à política varguista referente ao desenvolvimento de uma indústria petrolífera brasileira se alterou drasticamente a partir da criação do Conselho Nacional do Petróleo, em 1938. Esta tendência foi percebida, também, em relação às reprovações direcionadas à administração do setor agropecuário brasileiro, bem como acerca das políticas pedagógicas desenvolvidas pelo governo Vargas no final dos anos 1930. Naquele contexto, os exemplos advindos do exterior, sintetizados, por exemplo, nas práticas da política cardenista, passaram a ser considerados dispensáveis.

²²⁹ LEAL, Carlos Eduardo, 2001, *op. cit.*

3.3. Duas tendências conflitantes

Verificamos ao longo dos dois primeiros capítulos que a disposição liberalista d'*O Estado de S. Paulo* e a inclinação nacionalista do *Correio da Manhã* foram determinantes para a abordagem realizada por estes periódicos acerca da experiência cardenista. Demonstramos, também, de que maneira a conjuntura política brasileira dos anos 1930 influenciou na confecção de seus discursos, delimitando os temas abordados nas páginas dos dois jornais. Contudo, há ainda uma série de discussões que, até o momento, não compuseram nosso objeto de análise, mas que decerto se relacionaram à apreensão feita tanto pel'*O Estado de S. Paulo* quanto pelo *Correio da Manhã* com relação ao governo de Lázaro Cárdenas.

Uma das primeiras impressões que tivemos quando analisamos a repercussão do cardenismo n'*O Estado de S. Paulo* foi a de que o periódico paulistano reprovava tal experiência porque ela não era favorável à presença do capital estrangeiro na composição da economia mexicana. Por sua vez, o *Correio da Manhã* se mostrava simpático ao presidente do México devido à disciplina com a qual ele combateu a entrada de investimentos oriundos do exterior na formatação da economia local.

Podemos evidenciar este comportamento quando analisamos a maneira com a qual os periódicos se colocaram em face dos conflitos entre Lázaro Cárdenas e Plutarco E. Calles, por exemplo, no contexto da crise política de 1935. N'*O Estado de S. Paulo*, o Chefe Máximo da Revolução Mexicana foi brevemente representado como um indivíduo íntegro e verdadeiramente revolucionário, suficientemente sábio para compreender que a cooperação estrangeira era, além de necessária, benéfica. Já no *Correio da Manhã*, Calles foi constantemente resgatado como um indivíduo corrupto, egoísta, associado aos interesses escusos do capital de origem estrangeira, a força oportunista que tão descaradamente procurava aprisionar as nações em desenvolvimento em uma espécie de escravismo semicolonial.

Obviamente nos questionamos sobre os motivos que levaram os núcleos diretores dos dois jornais a assumirem visões tão díspares e antagônicas acerca da cooperação do capital estrangeiro para o desenvolvimento do México cardenista. Ao analisar tais conflitos interpretativos, concluímos que as diferentes tendências políticas sustentadas pelos diários, determinadas, em larga medida, pelo liberalismo, no caso d'*O Estado de S. Paulo*, e pelo

nacionalismo, no caso do *Correio da Manhã*, foram fundamentais para as apreensões realizadas sobre este e outros importantes momentos da história política mexicana.

N’*O Estado de S. Paulo*, devido aos princípios do liberalismo econômico, componentes de seu universo ideológico, a opção por desenvolver a economia nacional mediante a utilização de recursos advindos do exterior foi constantemente defendida e encorajada. Como destacaram Maria H. Capelato e Maria L. Prado (1980, p. 88), o jornal, por admitir a necessidade da ajuda externa, sempre ressaltou a importância de preservar os interesses estrangeiros. Nos anos 1930, os redatores do diário paulistano “Admitiam que a economia da América do Sul era tipicamente colonial, e como os capitais ainda não se houvessem formado em suficiente abundância, o Brasil, situado no contexto sul-americano, continuava a ser ‘colônia’”. (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 89)

Segundo a visão dos redatores d’*O Estado de S. Paulo*, é evidente que a cooperação externa se mostrava indispensável para a superação do estágio colonial no qual o Brasil se encontrava. Somente desse modo o país adentraria a almejada era industrial, manifestação última do projeto político idealizado pelos colaboradores do diário paulistano. O México cardenista, nesse sentido, encarnava o exemplo típico de nação agressora dos interesses estrangeiros. Como vimos, em muitos momentos o governo do general Cárdenas se envolveu em conflitos com o capital oriundo do exterior, sendo o mais grave, indubitavelmente, aquele que culminou na expropriação das companhias petrolíferas, em março de 1938. *O Estado de S. Paulo* analisou e repercutiu sobre tal evento, conforme já analisamos, mas neste momento torna-se interessante averiguar outras reportagens que estavam nas páginas do jornal, indiscutivelmente apologistas ao capital estrangeiro, que endossavam um discurso notoriamente contrário ao nacionalismo econômico.

Em julho de 1935, através de um editorial, *O Estado de S. Paulo* divulgou matéria que evidenciava sua aversão ao nacionalismo econômico, modelo de gestão considerado inadequado pelo corpo redacional do jornal, uma vez que fechava as portas das nações em desenvolvimento à cooperação do capital estrangeiro. Ao analisar o panorama da economia internacional nos anos subsequentes à grande crise de 1929, o matutino paulistano asseverou que a situação mundial, já bastante complicada, era duramente agredida pelo aumento do número de países que adotavam o nacionalismo econômico como meio de gerir suas políticas financeiras. Na visão dos jornalistas, prevalecia naquele cenário o protecionismo, assim como uma profunda falta de bom senso, que em nada contribuía para a superação dos efeitos da

Grande Depressão. Para os redatores do diário paulistano, tal conjunto colaborava para a ampliação das instabilidades políticas, sobretudo nas nações que se encontravam em processo de desenvolvimento, como o Brasil e o México, já que as mesmas, nos momentos de dificuldades, se viam mais facilmente seduzidas pelas armadilhas doutrinárias do esquerdismo.

No desenrolar do texto, afirmou-se que a crise econômica local era potencializada pelos exageros da economia de viés nacionalista, modelo de gestão erroneamente adotado por Getúlio Vargas. Assim, decorria da situação de crise vivenciada pelo Brasil nos anos 1930 um pessimismo desalentador que, segundo os redatores d'*O Estado de S. Paulo*, era reflexo do nacionalismo econômico. Os principais problemas financeiros do país eram potencializados pelo afastamento do capital de origem estrangeira, recurso considerado imprescindível para a construção da infraestrutura que levaria o Brasil a competir em um cenário econômico verdadeiramente industrial:

Por mais que se procure defender as virtudes do nacionalismo econômico, ninguém poderá negar que a uma nação como a nossa, onde quase tudo ainda está por fazer, difícil seria prescindir dos capitais estrangeiros. Infelizmente, estamos perdendo a oportunidade de atraí-los, porque não podemos retribuí-los à altura do que aqui produzem por falta de meios de transferência.²³⁰

Poucas semanas depois de divulgar este editorial, *O Estado de S. Paulo* publicou a reportagem analisada no primeiro capítulo de nosso trabalho, recriminando Lázaro Cárdenas por sua má vontade para com os Estados Unidos da América, nação que contribuía com suas próprias divisas para o desenvolvimento econômico mexicano. Na visão dos redatores do periódico paulistano, Cárdenas demonstrava toda sua ingratidão, cometendo um erro de cálculo ao seguir tal conduta. Este exemplo, de agressão ao capital estrangeiro, jamais deveria, segundo *O Estado de S. Paulo*, ser imitado pelo governo brasileiro.

O colapso que atingia a humanidade em 1935, na visão d'*O Estado de S. Paulo*, decorria em larga medida do caráter fechado das economias autárquicas. A guerra que se desenhou na Europa, o autoritarismo que se irradiava América Latina afora e a crise da

²³⁰ *O Estado de S. Paulo*, “Notas e Informações”, 13/10/1935, p. 03.

economia de mercado, em geral, foram interpretadas pelo matutino paulistano como consequências do nacionalismo econômico:

Para essa situação obscura o único remédio é promover uma verdadeira política de paz: reduzir os armamentos, renunciar às autarquias e às economias fechadas, restabelecer gradualmente a liberdade das trocas e, pois, reconstituir a economia e dar segurança às moedas, agora, mais que nunca, incertas.

Mas a lógica é privilégio de um reduzido número de homens; as massas humanas são guiadas pelas paixões e a guerra exacerbou todas as paixões e todos os instintos que um longo período de paz e de convivência civilizada mantinha sopitado.

O nacionalismo econômico e as autarquias econômicas são coisa ilógica, mas todo país da Europa, que teme a guerra ou deseja a guerra, crê dever fechar-se como numa fortaleza assediada, de maneira que, em caso de guerra, venha a poder contar com seus próprios recursos. Prevalece a lógica do absurdo. Assim se dispersam capitais onde faltam capitais, e destrói-se a economia quando esta mais diminui.²³¹

A superação de tais dificuldades certamente passava pelo aproveitamento dos investimentos estrangeiros, sendo esta a alternativa oferecida pelo *O Estado de S. Paulo* para a retomada do crescimento no Brasil.

Entre agosto e setembro de 1938, no calor do momento em que o periódico paulistano recriminava o radicalismo do decreto de expropriação mexicano, seus redatores e colaboradores discorriam em várias oportunidades sobre as dificuldades que as atitudes de caráter nacionalista causavam à estabilidade política e diplomática internacional. Um sem número de matérias se debruçaram sobre esta temática, como, por exemplo, um artigo sem autoria, publicado em 28 de setembro de 1938, cujo conteúdo atacava o imperialismo das nações que elaboravam projetos de desenvolvimento pautados sobre a valorização do elemento nacional. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, a prática nacionalista havia originado o imperialismo, mascarado em doutrinas nazifascistas, no caso da extrema direita, ou em doutrinas bolchevistas, no caso da extrema esquerda.

Para o jornal, o esquerdismo reproduzia ainda uma série de outras complicações, uma vez que era utilizado como justificativa para legitimar projetos políticos totalitários, baseados no racismo, na censura e na economia de caráter autárquico. O exemplo da Tchecoslováquia, neste sentido, era bastante oportuno para explanar tal situação. A república

²³¹ NITTI, F. “Novos antagonismo na Europa”. *O Estado de S. Paulo*, 25/08/1935, p. 04.

européia, até então governada por “lúcidos intelectuais”, havia sido falsamente acusada pelos alemães de estar a serviço dos ideais bolchevistas, propagados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Segundo *O Estado de S. Paulo*, tais acusações não procediam, e serviam unicamente para legitimar um massacre que se desenhava no horizonte. As previsões pessimistas tecidas no artigo de fato se confirmaram, pois no dia 15 de março de 1939, meses depois de sua publicação, a Tchecoslováquia foi vítima das políticas expansionistas do *Reich*.

No texto foi retomada a ideia de que todos os problemas vivenciados no continente europeu decorriam única e exclusivamente do caráter ultranacionalista que se apossara das economias locais depois da crise do sistema capitalista, eclodida em 1929. O nacionalismo econômico foi novamente representado como fator desagregador, porque limitava o estabelecimento de laços de afeição entre as diferentes nações ao boicotar a cooperação em nível financeiro. Em contrapartida, a apologia em relação ao capital estrangeiro se destacou novamente, neste caso de modo quase idealizado, pois remetia a um cenário em que a nação que concedia créditos o fazia de modo praticamente filantrópico, a fim de estabelecer laços genuínos de irmandade com aquela que, em situação de apuros, era contratante de empréstimos:

Mais do que nunca, o mundo sente hoje a necessidade de possuir uma doutrina sólida e coerente a respeito do problema da economia nacional. Com efeito, de um lado o movimento do nacionalismo econômico que atualmente submerge o mundo [...] conduz tão rapidamente a uma pobreza generalizada, inquietadora para os seus vizinhos, os seus países que a ele se abandonam desmedidamente, como a Alemanha e a Itália, que se é levado a condená-lo sumariamente e sem apelação, vendo nisso apenas um acesso de loucura coletiva.²³²

Paralelamente, o diário paulistano louvava a Política de Boa Vizinhança dos Estados Unidos, bem como os esforços da grande nação do continente para impedir o alastramento das doutrinas nacionalistas entre as nações latino-americanas. Neste sentido, *O Estado de S. Paulo* ressaltou os aspectos positivos do acordo comercial firmado em setembro de 1938 entre os Estados Unidos da América e a Inglaterra, afirmando que aqueles que acompanhavam de perto o governo de Franklin D. Roosevelt deveriam imitar os esforços comerciais do

²³² *O Estado de S. Paulo*, “Para julgar bem”, 28/09/1938, p. 02.

Departamento de Estado para prosperar economicamente em um cenário cada vez mais irracional e autárquico.²³³

Na visão d’*O Estado de S. Paulo*, a ameaça de guerra na Europa era uma decorrência da asfixia a qual a economia mundial estava submetida devido à Grande Depressão, todavia, os Estados Unidos davam um exemplo ao mundo de como proceder naqueles tempos delicados, pois “[...] na sua nova política, atenua-se sempre a situação desastrosa, e constrói-se um grande passo para a paz econômica por que todos anseiam.”²³⁴

A maneira como Cárdenas conduziu seu governo, principalmente em se tratando das políticas econômicas adotadas durante o período em que presidiu o México, era, dessa forma, visivelmente desagradável para os redatores e colaboradores d’*O Estado de S. Paulo*. Ao analisar as muitas interpretações presentes nas páginas do periódico, concluímos que para o núcleo diretor do jornal paulistano, os anos 1930 foram tempos de crise, sobretudo, devido à propagação do nacionalismo econômico, que “contaminava” muitas nações. Neste sentido, o cardenismo congregava uma série de valores que eram combatidos nas muitas reportagens do matutino, afinal, o governo do presidente mexicano se mostrou nacionalista em vários momentos. Neste sentido, a apreensão desta experiência se inseriu em um discurso muito mais amplo, defensor de um projeto político liberalista para o desenvolvimento do Brasil e favorável à “cooperação” entre as diferentes nações. As iniciativas dos investimentos estrangeiros no país, sobretudo os norte-americanos, eram largamente apoiadas pel’*O Estado de S. Paulo*.

A tendência política que orientou a produção do *Correio da Manhã* nos anos 1930, por sua vez, seguiu caminho diametralmente oposto àquela defendida pelos representantes d’*O Estado de S. Paulo*. Nas páginas do jornal carioca, o cardenismo foi apreendido de outra maneira, uma vez que as atitudes de caráter nacionalista do presidente mexicano foram fornecidas como exemplos a serem reproduzidos pelas autoridades políticas no Brasil.

Este posicionamento se evidenciou em muitos momentos, e se destacou, certamente, na cobertura realizada pelo jornal fluminense acerca da expropriação das companhias petrolíferas, a partir de março de 1938. Naquele cenário, Cárdenas foi congratulado devido à sua coragem e força, enquanto o elemento advindo do exterior representava a escravidão e o colonialismo. O presidente mexicano foi retratado como um verdadeiro herói por se opor aos

²³³ *O Estado de S. Paulo*, “Notas e Informações”, 29/09/1938, p. 03.

²³⁴ *idem*.

interesses do capital estrangeiro que, na visão dos redatores e colaboradores do *Correio da Manhã*, constituía a força corrosiva diluidora dos propósitos nacionais.

A abordagem realizada pelo matutino carioca em relação ao cardenismo também compunha parte de um todo maior, porém, diferentemente d’*O Estado de S. Paulo*, no *Correio* a experiência mexicana era considerada inspiradora e exemplar porque se pautava justamente sobre o nacionalismo cultural, político e econômico.

Em 1935, o periódico afirmou, por meio de um editorial, que o nacionalismo não constituía uma opção, mas sim uma consequência natural do desenvolvimento da economia capitalista. O exemplo tácito que comprovava tal tendência era fornecido pela Inglaterra, nação na qual a lógica liberalista havia surgido em um já distante século XVIII. Segundo os redatores do jornal carioca, o nacionalismo constituía um fato, e o país britânico, que dava indícios de recuperação econômica em um cenário apocalíptico pós Grande Depressão, um exemplo, digno de ser imitado por todas as nações que procuravam catalisar em âmbito interno o progresso material e o desenvolvimento social.²³⁵

Conforme o *Correio da Manhã*, a retração causada pela Crise de 1929 atingira seu ápice no ano de 1932. A partir daquela data, em muitos países o crescimento econômico fora lentamente retomado, até atingir resultados mais substanciais em meados de 1935. Na visão dos redatores do periódico carioca, esta retomada era o resultado da incrementação de um processo de nacionalização das economias “[...] fato inelutável, essencial e característico da época em que estamos vivendo.”²³⁶

Desse modo, o nacionalismo econômico, nas páginas do matutino carioca, foi geralmente apresentado em meio a um discurso de caráter salvacionista. As diversas nações, sobretudo aquelas que se encontravam em franco processo de desenvolvimento, eram estimuladas a abandonarem o antigo *laissez-faire* e a adentrarem um novo tempo. Na visão do corpo editorial do diário, tal postura se aplicava perfeitamente às necessidades latino-americanas:

O desenvolvimento do nacionalismo econômico continuou a ser o fato preponderante e mais significativo da vida dos países da América Latina, e os governantes desses países em sua quase totalidade adotaram novas

²³⁵ *Correio da Manhã*, “Nacionalismo Industrial”, 05/03/1935, p. 04.

²³⁶ *Correio da Manhã*, “Tópicos & Notícias”, 19/08/1937, p. 04.

medidas destinadas a consolidar os resultados já obtidos por essa política.

A *grande depressão* determinou profundas modificações na estrutura econômica mundial. A retração violenta e prolongada do comércio internacional foi acompanhada por toda parte por um esforço pertinaz no sentido da intensificação das trocas nos mercados internos.

Os países latino-americanos cuja economia sempre dependeu em elevado grau do comércio exterior sofreram terrivelmente em consequência disso.²³⁷

Neste sentido, de acordo com o *Correio da Manhã*, no contexto da crise financeira dos anos 1930, a economia de caráter nacionalista era o único meio para reverter uma indesejada situação:

Começou-se então a compreender na América Latina, especialmente no Brasil, na Argentina, no Chile, no Peru, na Colômbia e no México que o nacionalismo econômico não é apenas uma terapêutica da depressão. Gradativamente se tornou visível que tal política constitui nas presentes condições do mundo a única via de emancipação e progressão dos *países novos*.²³⁸

Entre os anos de 1938 e 1939, enquanto o *Correio da Manhã* narrava de modo enfaticamente entusiasta os desdobramentos da expropriação das companhias petrolíferas no México, bem como o golpe que tal medida representava às “pretensões escravagistas do capital estrangeiro”, outras tantas matérias em defesa dos ideais nacionalistas foram publicadas em suas páginas. Destacamos, entre estas, o artigo de Carvalho e Souza, divulgado em novembro de 1938, cujo conteúdo afirmava ser o patriotismo um sentimento único e verdadeiro, capaz sem dúvidas de tornar um indivíduo destituído de bom senso e “pressuroso” na defesa de seu próprio país, porém verdadeiramente sincero em seus sentimentos para com sua pátria e seus “irmãos”. Conforme Souza, o nacionalismo era animado pela afeição instintiva e espontânea nutrida por um indivíduo em relação aos seus compatriotas, pelo orgulho inspirado pelas realizações da comunidade da qual se fazia parte e pela crença de que a pátria representava uma nobre tradição e um alto ideal. Para o articulista, a dedicação à

²³⁷ BERQUÓ, Urbano de C. “América Latina, 1937”. *Correio da Manhã*, 12/01/1938, p. 04, grifo do autor.

²³⁸ *idem*.

causa nacional era “[...] o sentimento mais profundo e mais poderoso [...]”²³⁹ daqueles tempos, uma vez que nela residiam o sucesso do solo e do sangue, da propriedade, da religião e da família.

Na visão de Carvalho e Souza, o nacionalismo compunha a força elementar da própria natureza humana, tal como um direito natural. Neste sentido, os povos que pretendiam sobressair em relação a outros deveriam, antes de tudo, promover a intensificação deste sentimento, pois do contrário acabariam dominados por outros, cujo desejo de evoluir era mais sincero e honesto. Segundo sua interpretação, para que a vida dos povos atingisse a completude, necessitava-se do vigor de uma força criadora, de um desejo quase inconsciente de seguir em uma mesma e pré-determinada direção. Desse modo, o nacionalismo levava o patriota a compreender que a terra natal “[...] por instinto do coração e por imposição da inteligência [...]”²⁴⁰ era o plano que mais genuinamente favorecia os interesses da coletividade.

O artigo prosseguiu afirmando que nos anos 1930, a humanidade enfrentava tempos de pessimismo e desesperança, carecendo o mundo civilizado de uma transformação profunda, capaz de salvá-lo da ruína que o espreitava. A fim de reverter tal situação, Souza propunha uma transformação radical e nacionalista da estrutura econômica capitalista, bem como o combate à “preguiça intelectual”, defendida pelos liberais, que emperrava a “marcha do progresso”.

No caso do Brasil, Souza defendia um posicionamento mais agressivo por parte do povo, uma vez, em sua opinião, este aceitava a crise de modo exageradamente passivo. Assim, caberia ao governo federal rearranjar o sentimento nacional na consciência popular, restaurando os valores de humanidade estimuladores de uma força propulsora e criativa. A educação, neste cenário, assumia um papel determinante, pois atacaria o individualismo das práticas liberais em seu cerne, promovendo os ideais de união em torno de um projeto totalmente nacionalizante. A ânsia e o desejo de lucro, as forças “pervertidas” características do *laissez-faire*, deveriam ser superadas, e a educação lhes daria o golpe derradeiro, redimindo o Brasil do “excessivo materialismo” que o contaminara.²⁴¹

²³⁹ SOUZA, Carvalho e. “Imperialismo”. *Correio da Manhã*, 01/11/1938, p. 04; 06.

²⁴⁰ *idem*.

²⁴¹ *idem*.

A nosso ver, no enfático artigo de Carvalho e Souza transpareceram noções que ultrapassavam até mesmo as causas defendidas pelo núcleo diretor do *Correio da Manhã* com relação ao nacionalismo econômico. A composição do texto e os adjetivos eloquentes, carregadamente emocionais, disseminaram uma apologia sutil, mas indubitavelmente favorável à Alemanha, apresentada pelo autor como o principal exemplo de superação de dificuldades nos âmbitos econômico e social. Nas páginas do matutino carioca, o nacionalismo foi elevado em vários momentos como o meio de reconstruir um mundo abalado pela Grande Depressão. O liberalismo, em contrapartida, congregava o despreparo que conduzira o mundo à beira do caos, fomentando as dissensões que se alinhavam no horizonte com a trágica e iminente guerra.

Em nossa análise, percebemos ainda que, na visão do núcleo diretor do *Correio da Manhã*, a entrada de capital estrangeiro no Brasil deveria ser desestimulada pelo governo federal, pois tal prática constituía um mal à economia. Em épocas de estabilidade econômica, o financiamento oriundo do exterior era considerado por muitos como benéfico e salutar, porém, jamais em tempos de crise, caso dos anos 1930, quando o corte do fluxo desta categoria de investimentos era acompanhado, sempre, da sangria de uma economia dependente. No ponto de vista dos jornalistas do *Correio*, o governo deveria direcionar seus esforços com vistas a promover o abastecimento do mercado interno, e a tendência a conceder benesses ao capital estrangeiro com o objetivo de atraí-lo deveria ser tacitamente repudiada. A posição do matutino fluminense era a de que as nações que procurassem investir seus capitais no Brasil deveriam ser orientadas a fazê-lo, submetendo-se, todavia, a condições protecionistas que evitariam o caráter predatório de tal ação²⁴². Neste sentido, a abordagem da Standard Oil Company em relação às jazidas petrolíferas brasileiras foi representada pelo *Correio* como exemplo típico do caráter predatório do capital estrangeiro. Aliás, esta tendência interpretativa foi claramente perceptível em todas as discussões que o matutino carioca realizou acerca da exploração do petróleo no Brasil.

Outro desdobramento interessante das diferentes tendências políticas defendidas pel’*O Estado de S. Paulo* e pelo *Correio da Manhã* se deu em relação ao suposto “comunismo” atribuído às práticas políticas cardenistas.

²⁴² *Correio da Manhã*, “Com o orçamento equilibrado temos motivos para encarar o porvir com confiante esperança”, 01/01/1938, p. 07.

Como examinado, as interpretações d'*O Estado de S. Paulo* acerca do cardenismo associaram esta experiência ao socialismo de Estado soviético, estabelecendo relações entre variadas escolhas do presidente mexicano e as políticas difundidas pelo *Komintern*. Neste sentido, o México representava um foco de agitação socialista no continente, e tal percepção se refletiu em diversas ocasiões, como, por exemplo, na cobertura realizada pelo jornal acerca da chegada de Leon Trotsky à América. De modo paralelo, a nação herdeira do Império Asteca foi representada como um mau exemplo, enquanto uma série de outras representações tecidas pelo diário contribuía para a consolidação de um projeto visivelmente anticomunista.

Em conformidade com o núcleo diretor d'*O Estado de S. Paulo*, o perigo vermelho deveria ser tácita e firmemente repudiado, e como consequência desta postura, notamos uma perseguição quase histórica por parte dos jornalistas às expressões da doutrina marxista. Neste cenário, o hipotético relacionamento entre o bolchevismo e o cardenismo compôs parte de um discurso que extrapolava as experiências mexicanas, por meio do qual era defendido um projeto político de viés liberal. Em suma, na visão dos redatores e colaboradores d'*O Estado de S. Paulo*, o maior problema do bolchevismo residia nas questões econômicas, uma vez que prevalecia nas nações que adotavam este modelo de gestão a autarquia, a “nefasta” intervenção do Estado na economia e a agressão imperdoável ao direito de propriedade privada.

Conforme o diário, o bolchevismo russo em pouco se diferenciava do também repudiado nacional socialismo alemão. Ambos surgiram como consequências da Primeira Guerra Mundial, e ambos proclamavam a completa falência das liberdades democráticas. Congregavam ainda, em nível internacional, os dois projetos político-econômicos mais importantes e mais prejudiciais da história da humanidade, pautados, sumariamente, na valorização exagerada de elementos nacionais.

Segundo *O Estado de S. Paulo*, o bolchevismo e o nazismo pareciam, a princípio, representar visões de mundo conflitantes, anuladoras entre si, porque carregavam em seu cerne “[...] escopos e ideologias de natureza completamente oposta”²⁴³. Todavia, em uma análise mais criteriosa, percebia-se que estes dois projetos nacionais se regulamentavam claramente sobre uma mesma linguagem, linguagem esta destrutiva, vinculada à guerra

²⁴³ NITTI, F. “As afinidades naturais entre o bolchevismo russo e o socialismo nacional da Alemanha”. *O Estado de S. Paulo*, 08/09/1935, p. 04.

imperialista, no caso do nazismo, ou à guerra entre classes, no caso do bolchevismo. Dessa forma, ambas as práticas se constituíam como as forças dissolventes do grandioso legado europeu.

Para os redatores e colaboradores do matutino paulistano, os prejuízos causados pela Primeira Grande Guerra não se restringiram aos excessivos numerais das carnificinas, tampouco a imoral destruição de múltiplas riquezas nacionais. A despeito de tudo isso, a principal e mais grave consequência do grande conflito era antes um desarranjo no espírito das massas, cada vez mais sedentas por violência e sangue. A irracionalidade atingiu, neste cenário, níveis sem precedentes, e à sombra de um suposto amor patriótico foram engendrados os perniciosos mecanismos do nacionalismo econômico, das autarquias e dos sonhos ilusórios de um sistema econômico completamente organizado pelo Estado. Na visão do núcleo diretor d'*O Estado de S. Paulo*, em decorrência destas perigosas ilusões, foram disseminados outros tantos desastres, e o principal deles era sem sombra de dúvidas a rápida e desastrosa difusão do marxismo.²⁴⁴

Conforme muitas matérias veiculadas no diário paulistano nos anos 1930, Marx não poderia ser considerado filósofo, tampouco um conhecedor do campo da economia. Também não possuía uma visão privilegiada acerca da história, mas constituía de uma maneira estranha uma poderosa inteligência, e carregava consigo um “temperamento hebraico” que lhe conferia uma dignidade profética nas opiniões e expressões.

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, Karl Marx pôde difundir, assim, duas grandes “mentiras”; a primeira delas afirmava que o socialismo conduziria a humanidade à igualdade; e a segunda, mais perigosa, defendia que este processo de transformação social deveria ser administrado por uma ditadura proletária. Assim, na opinião do matutino paulistano, nos conturbados tempos dos anos 1930, muitos indivíduos pobres de espírito e de inteligência, e alguns outros oportunistas, perversos e centralizadores, haviam se convencido de que o pensador alemão possuía de fato razão, e passaram a divulgar seus credos por meio de golpes e agressões à ordem democrática. Cárdenas, de certa forma, era percebido como desses indivíduos. Quanto ao nazismo, *O Estado de S. Paulo* também o considerava irrestritamente destrutivo, pois embora este regime preconizasse uma filosofia avessa ao socialismo de Estado, utilizava-se dos mesmos métodos de difusão e controle presentes em Moscou.²⁴⁵

²⁴⁴ *idem.*

²⁴⁵ *idem.*

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, a Rússia soviética abandonara nos anos 1930 a ideia de universalidade entre as camadas operárias. Neste meio tempo, a máxima “uni-vos, proletários do mundo inteiro!” fora completamente substituída por um projeto de caráter nacionalista, e para tal foram adotados todos os métodos de produção do sistema capitalista, com a inserção de um inconcebível e danoso controle do Estado sobre a economia. No nacionalismo social da Alemanha, por sua vez, as mesmas estratégias e práticas foram adotadas por Hitler, com o agravante de que os princípios norteadores desta ideologia foram transferidos para a filosofia, para as artes, para a história e para todas as ciências conhecidas pela humanidade. Dessa forma, o nazismo assumiu o controle total sobre a vida individual na Alemanha.

Conforme *O Estado de S. Paulo*, embora digladiassem entre si, estes dois projetos políticos apresentavam estranhas e inesperadas concordâncias, pois representavam a superação de uma série de direitos inalienáveis ao homem, bem como o irrevogável fim de suas liberdades:

Em qualquer dos dois regimes, a intolerância leva à crueldade, as perseguições são as mesmas e os campos de concentração, Dechan, na Alemanha, Salovctzki, na Rússia, são a mesma coisa [...]
Quando ocorre a mais leve dissidência, não somente acerca de seus programas, mas de seus métodos, acham que é excelente oportunidade para depurar o partido, conforme dizem em linguagem eufemística.²⁴⁶

Contudo, em um cenário hipotético, no qual os representantes d’*O Estado de S. Paulo* necessitassem apontar qual doutrina era mais viável para conduzir uma nação a um cenário de mínimo desenvolvimento, se o bolchevismo ou o nacional socialismo, certamente a opção se daria em favor da segunda. No ponto de vista do núcleo diretor do diário paulistano, o *Reich* compunha uma nação da “antiga civilização”, portadora de uma cultura riquíssima. O grande país bolchevique, por sua vez, era ainda primitivo, habitado por uma “gente bárbara”, afeiçoada às ultrapassadas tradições feudais. Desse modo, na Rússia as “[...] atrocidades, pois, consequência do sistema, são pelo menos cem vezes maiores [...]” do que na Alemanha.

²⁴⁶ *idem*.

A alternativa oferecida pel’*O Estado de S. Paulo* para que tais problemas fossem evitados estava no grande exemplo das democracias liberais, das nações que atingiram um alto grau de desenvolvimento sem agredir as liberdades individuais de seus cidadãos. Era o exemplo destes países, sobretudo o dos Estados Unidos, que compunha o projeto político defendido pel’*O Estado de S. Paulo*. Embora houvessem sido vitimadas pela Grande Depressão, eram a grande nação do Norte, a Inglaterra e a França as “[...] melhores expressões da vida social [...]”.²⁴⁷

Após esta análise, as críticas direcionadas pelo corpo redacional d’*O Estado de S. Paulo* às práticas políticas do cardenismo se tornam ainda mais evidentes. A experiência mexicana era avaliada como uma catástrofe para as nações latino-americanas porque o país era apreendido como uma espécie de “agente soviète” latino-americano. Esta percepção se confirmou, por exemplo, em artigo de Hubert Renfro Knickerbocker, cujo conteúdo avaliou as relações diplomáticas mantidas entre a Guatemala, o México e os Estados Unidos no final dos anos 1930. Conforme o texto, o trágico cenário desenhado pela guerra conferiu às nações latino-americanas vital importância para a sustentação da hegemonia estadunidense no continente. Na visão do núcleo diretor do matutino paulistano, a potência do Norte era o principal sustentáculo das ameaçadas democracias liberais e, em um plano simbólico, sua queda significaria a ruína de todo o mundo civilizado.²⁴⁸

Neste sentido, o México cardenista foi representado como a ameaça mais próxima dos regimes políticos baseados no *laissez-faire*, na defesa das liberdades individuais e no direito de autodeterminação dos povos. Na visão dos redatores d’*O Estado de S. Paulo*, as políticas de Cárdenas eram, pois, os piores exemplos de má fé exibidos por um Estado independente no século XX, afinal confiscavam de modo despuadorado um patrimônio de mais de 200 milhões de dólares, atacando todos os princípios da vida civilizada. Conforme o jornal, tal escolha constituía um elogio à barbárie, pois se orientava sobre ideais que, em qualquer circunstância, desarranjariam as relações naturais entre os povos.²⁴⁹

Era o México cardenista, também, o responsável por fomentar desestabilizações políticas no continente americano, seguindo orientações específicas do *Komintern*, a cumprir com seu papel de “agente soviète”. Segundo *O Estado de S. Paulo*, este tipo de conduta

²⁴⁷ *idem*.

²⁴⁸ KNICKERBOCKER, H. R. “A Guatemala e a política de Boa Vizinhança.” *O Estado de S. Paulo*, 24/03/1939, p. 04.

²⁴⁹ *idem*.

ocorreu, por exemplo, nas propagandas financiadas por Lázaro Cárdenas sobre o relacionamento entre o general Ubico, presidente da Guatemala, e o Departamento de Estado norte-americano. De acordo com Knickerbocker, um desavisado poderia facilmente tomar o presidente Ubico como um grande inimigo dos estadunidenses no continente, “[...] incessantemente hostil à América”, “pró-Nazismo” e “sob o polegar dos italianos”. Esta visão era disseminada pelos mexicanos de modo frequente, por meio de artigos publicados em seus jornais, e era provavelmente a impressão que prevalecia entre a maior parte das populações americanas, desconhecedoras da Guatemala e de seus relacionamentos políticos e diplomáticos.²⁵⁰

Conforme o articulista, o México odiava a Guatemala, que por sua vez odiava o México. Esta indisposição remontava a uma história de 100 anos, desde os tempos em que o Imperador mexicano Iturbide se apossara da província guatemalteca de Chiapas. No século XX, devido a novos componentes, estas diferenças se reforçaram, sobretudo porque o México se tornara uma “ditadura bolchevista”, enquanto a Guatemala se dirigira para um regime político orientado pela extrema direita. O principal elemento de dissonância entre as duas nações era, na visão de Knickerbocker, o pendor mexicano para o socialismo, que colocava em risco a estabilidade de toda a América Central. De acordo com o texto, no caso de uma guerra total, a imprevisibilidade mexicana poderia ser fatal.

A Guatemala, no entanto, era a principal aliada dos Estados Unidos da América. Segundo o artigo:

O presidente da Guatemala é o único e verdadeiro amigo dos Estados Unidos na América Central. Ele declarou às autoridades norte-americanas que podem considerar como sendo seus os recursos da Guatemala. Declarou-lhes que pode por em armas 70 mil homens, e que o fará em favor dos Estados Unidos, quando se apresentar a necessidade. A delegação que compareceu a Conferência de Lima ordenou que seguisse a orientação dos Estados Unidos. Por ocasião da crise da Tchecoslováquia, quando a guerra parecia certa. Ubico chamou o seu ministro dos negócios exteriores e lhe disse: “Se os Estados Unidos entrarem em guerra, nós também entraremos.”²⁵¹

²⁵⁰ *idem.*

²⁵¹ *idem.*

À vista disso, conforme Knickerbocker, as falsas propagandas mexicanas acerca das relações mantidas entre os Estados Unidos e a Guatemala visavam única e exclusivamente promover a desunião no continente americano, a serviço dos ideais bolchevistas, que penetravam com maior facilidade os terrenos semeados pela calúnia, pela mentira e pelo ódio. Este tipo de ação era bastante comum entre as nações serventes às instruções do *Komintern*, cujo objetivo era espalhar a desordem e caos soviète para “os quatro cantos do planeta”.

No *Correio da Manhã* o cardenismo também foi, em alguns momentos, associado ao socialismo bolchevique. Este tipo de comportamento se deu, por exemplo, em um editorial sobre artigo de Otávio Brandão, publicado na revista *La Correspondence Internationale*, em agosto de 1937, cujo conteúdo afirmava que as escusas táticas da doutrina marxista pretendiam favorecer a penetração dos agentes de Moscou em solo americano. Neste ínterim, o comunismo, “disfarçado sob o liberalismo e a democracia”, buscava solapar as instituições nacionais, destruindo-as de dentro para fora. Na visão de Otávio Brandão, o México e o Brasil, líderes naturais dos povos latinos na luta pelas liberdades democráticas contra a escravidão comunista, deveriam se posicionar acerca deste problema. Dessa maneira, era fundamental que o governo brasileiro oferecesse uma alternativa às nações latino-americanas, apresentando a elas um modelo democrático diferente do mexicano que, por se pautar sobre a Revolução, era muitas vezes confundido com o bolchevismo.

É interessante ressaltar, no entanto, que o diário carioca, apesar de publicar interpretações desta qualidade, que claramente relacionavam o cardenismo ao comunismo, não criticou as políticas mexicanas, nem as rotulou como socialistas. Pelo contrário, como vimos, em muitas ocasiões elas foram elogiadas, tomadas como exemplos para o Brasil, destacando-se os aspectos positivos do nacionalismo econômico, político e cultural no México.

A única vez em que o *Correio* de fato associou o México de Cárdenas ao socialismo soviète se deu em artigo de Carvalho e Souza. Neste texto, discutiu-se o papel do *Profintern* – abreviação russa para *Internacional Profsojusov* (Internacional Sindical) – instituição sediada em Moscou que, supostamente, transmitia ordens do *Komintern* a sindicatos estrangeiros através de falsos líderes operários. Segundo o articulista, estes agentes infiltrados eram mantidos em vários países do mundo com o único intuito de adestrar os proletariados locais nas “irracionalidades comunistas”. O fim ulterior desta organização seria bolchevizar

completamente as massas operárias e reunir sob a direção soviète todas as confederações ou federações sindicais existentes no planeta.

De acordo com o *Correio*, a ação do *Profintern* com relação à América Latina causava demasiada preocupação, uma vez que depois do surgimento deste órgão a propaganda comunista no Brasil se intensificara de modo alarmante. Os primeiros frutos deste esforço se viram cristalizados, por exemplo, na descabida ação rebelde da Aliança Nacional Libertadora, de Luís Carlos Prestes, em 1935.

No contexto latino-americano, Moscou considerava os proletariados do Chile e do México como portadores de uma mentalidade verdadeiramente revolucionária. Dessa forma, por ordem do *Komintern*, as confederações e federações sindicais mexicanas haviam empreendido, durante o governo Cárdenas, um intenso trabalho contra o anticomunismo na América Latina, com o intuito de implantar neste continente a temida ditadura proletária. Destacamos, contudo, que esta foi a única manifestação do *Correio da Manhã* que claramente acusou o México de ser um “agente soviète” no continente americano. O texto de Carvalho Souza, entre um sem número de interpretações favoráveis à política cardenista, parece perder força, constituindo-se em um desvio²⁵². A nosso ver, esta interpretação, até mesmo por ter sido a única encontrada durante a pesquisa do *Correio da Manhã*, está deslocada do discurso promovido pelo periódico, amplamente entusiasta acerca da experiência cardenista.

Em geral, a tendência sustentada pelo matutino carioca em relação ao cardenismo, antes de apresentá-lo como “agente soviète”, sugeria suas práticas como solução para uma série de problemas brasileiros. Em abril de 1935, por exemplo, o diário fluminense publicou reportagem acerca da crise econômica que afetava o valor do mil-réis em face da libra, prejudicando as exportações nacionais. O jornal apresentou o “Estado forte do México” como alternativa para o Brasil, já que as medidas de grande energia tomadas por Lázaro Cárdenas foram capazes de defender a moeda “indígena”, beneficiando os comerciantes daquele país. A política financeira do varguismo, em contrapartida, foi criticada porque deixava os comerciantes brasileiros à deriva, sem condições de competir com os produtos exportáveis de outras nações.²⁵³

²⁵² SOUZA, Carvalho e. “A nova tática dos comunistas”. *Correio da Manhã*, 11/08/1937, p. 04.

²⁵³ *Correio da Manhã*, “Tópicos & Notícias”, 30/04/1935, p. 04.

Este editorial exprimiu o ponto de vista que acompanhou os redatores do *Correio da Manhã* em toda a cobertura que realizaram acerca do cardenismo. Em nenhum momento as atitudes do governo mexicano foram depreciadas, ou o país foi representado como uma “ditadura bolchevique” orientada por um nacionalismo exagerado. O Estado forte e intervencionista, aliás, tão criticado pel’*O Estado de S. Paulo*, era passível de elogio no *Correio*.

Este comportamento se deve ao caráter heterogêneo dos núcleos diretores de ambos os jornais, possuidores de visões de mundo diferentes e orientados por interesses políticos também diferentes. A consequência última dessa divergência era a apreensão das experiências alheias de maneira distinta. O projeto político sustentado pel’*O Estado de S. Paulo* levou seu núcleo diretor a reconstruir o governo de Lázaro Cárdenas como um aliado da União Soviética, pronto a disseminar o caos América afora. No *Correio*, que apresentava outro projeto de desenvolvimento para o Brasil, as políticas mexicanas foram sugeridas como possibilidades para um Brasil em crise, ou utilizadas como meios de justificar as críticas de seus redatores em relação ao varguismo. Percebemos, assim, que o cardenismo foi utilizado tanto pel’*O Estado de S. Paulo* quanto pelo *Correio da Manhã* para corroborar suas visões de mundo, refletindo-se nos modelos que defendiam para desenvolver o Brasil enquanto nação.

Considerações finais

Os discursos promovidos pelos periódicos certamente não se pautam sobre a neutralidade. A apreensão que *O Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã* realizaram acerca do cardenismo evidencia esta afirmação. Os acontecimentos deste importante momento da história mexicana foram utilizados por ambos os jornais para divulgarem as visões de mundo que orientavam a atuação de seus diretores, assim como para propagar os diferentes projetos políticos que estes indivíduos propunham para o desenvolvimento do Brasil nos anos 1930.

Estes diferentes órgãos, como verdadeiros atores políticos procuraram influenciar de modo efetivo nos processos de tomadas de decisões daquele período, reconstruindo a experiência mexicana de modo peculiar e útil aos seus interesses. O cardenismo foi apreendido pelos jornais, assim, em dois níveis distintos: primeiro, relacionando-se à conjuntura política e econômica do Brasil na segunda metade da década de 1930; segundo, determinando-se pelo aparato ideológico que orientava a atuação desses jornais, assim como pelos diferentes projetos políticos sustentados por seus diretores.

Ao longo de nossa pesquisa, notamos que *O Estado de S. Paulo*, de modo paulatino, construiu uma retórica para desqualificar o cardenismo. Conforme o programa de reformas proposto pelo presidente mexicano se acentuou, tão mais severas se apresentaram as reprovações do jornal para com as políticas cardenistas. Em várias oportunidades, o matutino afirmou que a experiência mexicana, sintetizada em um governo capitaneado pelas classes trabalhadoras, reproduziu o “execrável” modelo bolchevista.

Em geral, *O Estado de S. Paulo* construiu representações negativas acerca do cardenismo que foram determinadas, sobretudo, por seu dispositivo ideológico, embasado sobre a defesa dos princípios liberais. O governo do presidente Cárdenas, quando analisado de perto, foi associado ao socialismo de Estado. Ademais, como percebemos no episódio da expropriação das companhias petrolíferas, o forte caráter nacionalista da economia mexicana foi abundantemente criticado nas representações veiculadas pelo matutino paulistano. Em âmbito externo, as escolhas políticas do cardenismo foram agregadas de modo negativo à propagação das doutrinas totalitárias pelo continente americano.

No *Correio da Manhã*, a abordagem em relação ao cardenismo foi bastante distinta. O jornal carioca acolheu o presidente mexicano com uma simpatia bastante evidente, e encontrou no general michoacano uma espécie de herói latino-americano. A adjetivação com a qual Cárdenas foi retratado nas páginas do *Correio* nos surpreendeu, pois externou a

admiração profunda nutrida pelos redatores e colaboradores do diário carioca para com o líder daquela nação.

No episódio da expropriação das companhias petrolíferas, assim como no modelo de gestão desenvolvido por Cárdenas para estimular o setor agropecuário mexicano ou nas reformas por ele promovidas no âmbito educacional daquele país, o *Correio da Manhã* encontrou exemplos dignos de serem imitados pelas autoridades brasileiras. Dessa maneira, a vivência mexicana foi trazida pelo diário carioca para o cotidiano de seus leitores em uma tonalidade que misturava a admiração e o otimismo. O nacionalismo econômico, cultural e político do México administrado por Cárdenas foi explorado de modo frequente pelos redatores e colaboradores do matutino fluminense, que observaram naquela experiência elementos aplicáveis à realidade brasileira.

A abordagem positiva direcionada pelo jornal carioca à experiência mexicana, aliás, variou no decorrer dos anos. Ela se caracterizou por uma desconfiança breve em relação ao cardenismo, para depois, conforme o programa de reformas do presidente mexicano se avolumava tornar-se crescentemente otimista. Finalmente, a percepção favorável do diário carioca com relação ao cardenista cedeu lugar à valorização dos elementos nacionais, em uma clara manifestação ufanista projetada pelo controle dos censores. N’*O Estado de S. Paulo*, os efeitos da censura, característica do Estado Novo, também se fizeram perceber, mas de modo menos intenso que no *Correio da Manhã*.

As interpretações produzidas por estes periódicos sobre o cardenismo entre os anos de 1934 e 1940 evidenciaram as preocupações de seus núcleos diretores para com os rumos da política brasileira em um cenário nebuloso, marcado pelo pessimismo decorrente da Grande Depressão e pelos temores suscitados pela Segunda Guerra Mundial. Em um momento de reorganização do sistema político local, os diários se valeram das experiências mexicanas de várias maneiras distintas. O cardenismo foi utilizado tanto para debater questões internas, quanto para fornecer exemplos ao governo brasileiro. Também reforçou os princípios ideológicos sustentados pelos dois jornais, ou serviu como meio para recriminar as opções da política varguista. Nesse processo, evidentemente a visão de mundo dos redatores d’*O Estado de S. Paulo* e do *Correio da Manhã* ajustaram o governo de Lázaro Cárdenas del Ríó às suas necessidades.

FONTES

O Estado de S. Paulo. Disponível no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa. CEDAP. Faculdade de Ciências e Letras. UNESP. Campus de Assis.

Correio da Manhã. Disponível no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa. CEDAP. Faculdade de Ciências e Letras. UNESP. Campus de Assis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de *et alii* (coords.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro - Pós 1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

ANDRADE, Jeferson de. *Um jornal assassinado: A última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

ANGUIANO, Arturo. *El Estado y la política obrera del cardenismo*. Cidade do México: Ediciones Era, 1975.

ASSAD, Carlos M. “La rebelión cedillista o el ocaso del poder tradicional”. *Revista mexicana de sociologia*. Ciudad de Mexico: Universidad Nacional Autónoma de Mexico, Vol. 41, Nº. 3, p. 709-728, 1979.

_____. *Los rebeldes vencidos*. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1993.

BARBOSA, C. A. S. *A Revolução Mexicana*. Direção [da série] de Emília Viotti da Costa. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

BENITEZ, Fernando. *Lázaro Cárdenas y la Revolución Mexicana. I - El Porfirismo*. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1977.

_____. *Lázaro Cárdenas y la Revolución Mexicana. II - El Caudilhismo*. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1977.

_____. *Lázaro Cárdenas y la Revolución Mexicana. III - El Cardenismo*. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1977.

BORRAT, Héctor. *El periódico: actor político*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1989.

CAMÍN, Héctor A. & MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana - História mexicana contemporânea (1910-1989)*. São Paulo: Edusp, 2000.

CAPELATO, Maria H. & PRADO, Maria L. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo"*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. *O controle da opinião e os limites da liberdade: Imprensa Paulista (1920-1945)*. In *Revista Brasileira de História*, vol. 12, nº 23/24, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, setembro de 1991/agosto de 1992, p. 55 – 75.

_____. *Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CÁRDENAS, Lázaro. *Lázaro Cárdenas - Ideário Político*. Selección e presentación de Leonel Duran. Cidade do México: Ediciones Era, 1972.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro - São Paulo: Difel, 1976.

CERVO, Amado L. & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

CERVO, Amado L. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001.

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa, Difel: 1990.

CÓRDOVA, Arnaldo. *La política de masas del cardenismo*. Cidade do México: Ediciones Era, 1974.

_____. *La formación del poder político en México*. Cidade do México: Ediciones Era, 1972.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CRIPA, Ival de Assis. *A política de massas do governo Cárdenas*. In Revista de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, nº 12, Assis, SP - Brasil, 2004, p. 87-101.

DE LUCA, Tânia R. & MARTINS, Ana L. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

DI TELLA, Torcuato *et alii* (coords.). *Diccionario de ciencias sociales y políticas*. Buenos Aires: Emecé, 2001, p. 564-568.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá - Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930 - Historiografia e História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

FERREIRA, Jorge. (org.). *O populismo e sua história - debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucilia de A. N. *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FALCÓN, Romana G. “El sistema frente al cacicazgo: El caso de Cedillo”. *Diálogos: Artes, Letras, Ciências humanas*. Vol. 19, Nº. 5, p. 77-86, 1983.

_____. “El surgimiento del agrarismo cardenista: Una revisión de las tesis populistas”. *Historia Mexicana*. Ciudad de Mexico: El Colegio de Mexico, Vol. 27, Nº. 3, p. 333-386, 1973.

_____. “Esplendor y ocaso de los caciques militares - San Luis Potosí en la revolución mexicana”. *Mexican Studies/Estudios mexicanos*. Ciudad de Mexico: University of California Press, Vol. 4, Nº. 2, p. 265-293, 1988.

FONSECA, Maricela L. “Saturnino Cedillo, el cacique y su circunstancia”. *Expedientes digitales del INEHRM*. Ciudad de Mexico: Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de Mexico, n.p., 2012.

GARCIDIEGO, Javier. “La oposición conservadora y de las clases medias al cardenismo”. *Propuesta*. Ciudad de Mexico: Centro de Investigación y Docencia Económicas, Vol. 1, Nº. 8, p. 09-35, 1999.

GILLY, Adolfo. *El cardenismo - Una utopía mexicana*. Cidade do México: Ediciones Era, 1994.

GOMES, Ângela M. C. OLIVEIRA, Lúcia L. & VELLOSO, Mônica P. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

_____. *Diplomacia e imperialismo na América Latina*. São Paulo: Cadernos CEBRAP, 1973.

LA PEÑA, Sergio. *La Clase Obrera en la Historia de México*. Cidade do México: Siglo veintiuno editores, 1984.

LEAL, Carlos Eduardo. “Correio da Manhã” [verbete]. In DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (Pós-1930). Coord. Alzira Alves de Abreu [et.al], Rio de Janeiro, Editora GGV; CPDOC, 2001.

LEAL, Carlos Eduardo; SAUL, Vicente; BASTOS, Ana Flávia. “O Estado de S. Paulo” [verbete]. In DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (Pós-1930). Coord. Alzira Alves de Abreu [et.al], Rio de Janeiro, Editora GGV; CPDOC, 2001.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de A. N. *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LERNER, Victoria. “Los fundamentos socioeconómicos del cacicazgo en el Mexico postrevolucionario: El caso de Saturnino Cedillo”. *Historia Mexicana*. Ciudad de Mexico: El Colegio de Mexico, Vol. 29, N°. 3, p. 375-446, 1980.

MEDIN, Tzvi. “Ideología y praxis del cardenismo”. *Revista de Ciencia Política*. Ciudad de Mexico: Siglo XXI, Vol. 13, N°. 4, p. 124-125, 1973.

MILZA, Pierre. Política interna e política. externa. In REMOND, René. (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, Conflitos e Reconciliações - México e Brasil (1822-1992)*. São Paulo: Edusp, 2008.

PECEQUILO, Cristina S. *Introdução às relações internacionais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

PEREA, Alberto E. *Alfonso Reyes en los Albores del Estado Nuevo Brasileño (1930-1936)*. México, D.F.: El Colegio Nacional, 2009.

RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RODRIGUES, João Paulo. “Levante paulista de 1932: entre os domínios da memória e os (des)caminhos da história”. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História*. Vol. 41, 2010, (n.p.)

SILVA, Rafael P. *Poder e legitimidade do México nos anos 30: as leituras do cardenismo entre a Revolução e o Populismo*. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/ SP – USP: São Paulo, 2008.

SODRÉ, Nelson W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Fábio da Silva. *A repercussão da Revolução Mexicana na imprensa operária brasileira (1911-1918)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

TOBLER, Hans W. *La Revolución Mexicana - Transformación social y cambio político 1876-1940*. Cidade do México: Alianza Editorial, 1984.

TOTA, Antonio P. *O Imperialismo Sedutor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VAUGHAN, Mary K. *La política cultural en la revolución*. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1997.

ZICMAN, Renée B. História através da Imprensa - Algumas considerações metodológicas. In *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*, nº 04, São Paulo: PUC/SP, junho de 1985, p. 89-100.